

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

RAQUEL PIAZZA BRANCO

**VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO LEGAL DA REGIÃO METROPOLITANA DA
GRANDE FLORIANÓPOLIS**

Florianópolis
2009

RAQUEL PIAZZA BRANCO

**VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO LEGAL DA REGIÃO METROPOLITANA DA
GRANDE FLORIANÓPOLIS**

Monografia para apresentação à banca examinadora do curso de graduação de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Msc. Flávio da Cruz.

Florianópolis
2009

Raquel Piazza Branco

VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO LEGAL DA REGIÃO METROPOLITANA DA
GRANDE FLORIANÓPOLIS

Esta monografia foi apresentada no curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota final _____ atribuída pela banca examinadora constituída pelo(a) professor(a) orientador(a) e membros abaixo mencionados.

Florianópolis, SC, 1º de dezembro de 2009.

Professora Valdirene Gasparetto, Dra.
Coordenadora de Monografias do Departamento de Ciências Contábeis

Professores que compuseram a banca examinadora:

Professor(a) Flávio da Cruz, Msc.
Orientador(a)

Professor(a) Eleonora Milano Falcão Vieira, Dra.
Membro

Professor(a) Waldirene Gasparetto, Dra.
Membro

Para minha família, em especial aos meus pais, Elmo Piazza Branco e Ana Maria Coral Branco, que são meus exemplos de coragem e pessoas do bem.

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos aos professores que acompanharam esta jornada, em especial ao meu orientador, professor Msc. Flávio da Cruz, que, em sua passagem pela Universidade Federal de Santa Catarina, será lembrado para sempre por sua experiência e profunda sabedoria sobre o setor estatal e sobre a vida, pela atenção dedicada aos seus alunos, por me proporcionar encontros agradáveis e repletos de ensinamentos.

Agradeço também de maneira especial ao dedicado professor Dr. Orion Augusto Platt Neto, pelas aulas admiráveis sobre contabilidade pública e análise das demonstrações contábeis, e aos demais professores com os quais me identifiquei no decorrer da graduação, professora Dra. Waldirene Gasparetto, professor Msc. Leandro Luis Daros e professora Dr. Bernadete Limonge.

Aos meus pais, Ana Maria Coral Branco e Elmo Piazza Branco, pelo investimento em minha educação e pelos valores morais e éticos passados. Por todo o carinho, amor e dedicação em tempo integral. A minha irmã, Msc. Eloisa Piazza Branco, pela demonstração de dedicação acadêmica a ser seguida. Ao meu esposo, meu amor, meu amigo, meu companheiro, Vitor Luis Rodrigues Barbosa, que me apoiou e incentivou em todos os momentos. A todos os meus amigos, que torceram por mim e acreditaram em minha capacidade. A Deus, pela vida maravilhosa e repleta de oportunidades.

“Nunca conheci alguém que não tivesse nada a aprender” (Albert Einstein)

RESUMO

BRANCO, Raquel Piazza. **Verificação da Habilitação Legal da Região Metropolitana da Grande Florianópolis**. 2009, Florianópolis: UFSC. Monografia (Graduação do Curso de Ciências Contábeis).

Orientador: Prof. Msc. Flávio da Cruz.

Este trabalho monográfico tem como objetivo verificar a habilitação legal da Região Metropolitana da Grande Florianópolis. A Grande Florianópolis foi criada em 1997 e é formada por 22 municípios, os quais são enquadrados como municípios conurbados, municípios integrantes e municípios pertencentes à área de expansão da região metropolitana. A metodologia de pesquisa aplicada a este estudo foi executada por meio de uma abordagem qualitativa. Quanto aos objetivos, a abordagem foi de caráter exploratório e, quanto aos procedimentos, a aplicação foi de pesquisa bibliográfica. Os motivos para criação da Região Metropolitana da Grande Florianópolis foram os seguintes: participação igualitária dos municípios que integram a região metropolitana, a participação de todos os prefeitos no apoio e nas decisões da região e a implantação de orçamento regionalizado que proporcionaria entrosamento entre as aspirações regionais. A partir da vigência da Lei Complementar 381/07, as regiões metropolitanas catarinenses foram desabilitadas, quase na totalidade, e foram substituídas pelas Secretarias Regionais de Desenvolvimento do Estado. Sendo assim, conclui-se que, em 2007, a Grande Florianópolis deixou de ser uma Região Metropolitana legalmente habilitada e verificam-se possíveis prejuízos, entre eles, a perda de recursos destinados a regiões metropolitanas e a não conclusão de projetos idealizados anteriormente ao novo modelo.

Palavras-chave: Região Metropolitana. Criação. Habilitação.

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

Quadro 1: Composição dos níveis de administração pública (âmbito estadual)	21
Quadro 2: Atuação do Estado no desenvolvimento social e econômico.....	21
Quadro 3: Municípios conurbados integrantes da Grande Florianópolis.....	29
Quadro 4: Entidades que compõem a administração indireta	35
Quadro 5: Princípios do Orçamento	37
Quadro 6: Tipos de Receitas Orçamentárias	39
Quadro 7: Classificação da despesa quanto à natureza	42
Quadro 8: Classificação da despesa quanto à natureza em 2008	42
Quadro 9: Exemplos de consórcios ativos no Brasil	50
Quadro 10: Composição das Regiões Metropolitanas em 2003.....	60
Quadro 11: Dados do Município de Águas Mornas	71
Quadro 12: Dados do Município de Alfredo Wagner	72
Quadro 13: Dados do Município de Angelina.....	73
Quadro 14: Dados do Município de Anitápolis.....	74
Quadro 15: Dados do Município de Antônio Carlos.....	75
Quadro 16: Dados do Município de Biguaçu	76
Quadro 17: Dados do Município de Canelinha	77
Quadro 18: Dados do Município de Florianópolis	78
Quadro 19: Dados do Município de Garopaba.....	79
Quadro 20: Dados do Município de Governador Celso Ramos	80
Quadro 21: Dados do Município de Leoberto Leal	81
Quadro 22: Dados do Município de Major Gercino.....	82
Quadro 23: Dados do Município de Nova Trento	83
Quadro 24: Dados do Município de Palhoça.....	84
Quadro 25: Dados do Município de Paulo Lopes.....	85
Quadro 26: Dados do Município de Rancho Queimado	86
Quadro 27: Dados do Município de Santo Amaro da Imperatriz.....	87
Quadro 28: Dados do Município de São Bonifácio.....	88
Quadro 29: Dados do Município de São João Batista.....	89
Quadro 30: Dados do Município de São José	90
Quadro 31: Dados do Município de São Pedro de Alcântara.....	91
Quadro 32: Dados do Município de Tijucas.....	92

Figura 1: Regiões Metropolitanas de Santa Catarina	52
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALESC	Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
AMFRI	Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí
AMUREL	Associação dos Municípios da Região de Laguna
ARO	Antecipação de Receita Orçamentária
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRDE	Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
CF	Constituição Federal
CIDE	Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico
CIS	Consórcio Intermunicipal de Saúde
COFINS	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
CPMF	Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Crédito e Direitos de Natureza Financeira
CTN	Código Tributário Nacional
DF	Distrito Federal
EC	Emenda Constitucional
FECAM	Federação Catarinense de Municípios
FDM	Fundo de Desenvolvimento Metropolitano
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUNDEB	Fundo de Manutenção de Desenvolvimento da Educação Básica
GRANFPOLIS	Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação
IE	Imposto de Exportação
II	Imposto de Importação
IOF	Imposto sobre Operações Financeiras
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veículo Automotor
IR	Imposto de Renda
ISS	Imposto Sobre Serviço
ITBI	Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis

ITR	Imposto Territorial Rural
ITVI	Imposto de Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis
LC	Lei Complementar
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
ONU	Organização das Nações Unidas
PR	Paraná
RS	Rio Grande do Sul
SA	Sociedade Anônima
SC	Santa Catarina
SOF	Secretaria de Orçamento Federal
SP	São Paulo
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TCE/SC	Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina
TCU	Tribunal de Contas da União
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Tema e Problema	13
1.2 Objetivos.....	14
1.3 Justificativa.....	14
1.4 Metodologia.....	15
1.5 Limitações da Pesquisa.....	17
1.6 Organização	17
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	19
2.1 Governo e Administração Pública	19
2.2 Financiamento da Administração Pública	21
2.3 Estado – Composição e Formas de Atuação	22
2.4 Divisionismo Regional – IBGE e a Região da Grande Florianópolis	26
2.5 Contabilidade Pública.....	29
2.6 Setor Estatal.....	31
2.7 Fluxo Orçamentário.....	35
2.8 Fontes de Financiamento – Transferência de Recursos.....	41
2.9 Prestação de Contas, Transparência, Convênios e Consórcios	44
3 DESENVOLVIMENTO.....	49
3.1 A Região Metropolitana da Grande Florianópolis	49
3.2 A Criação – Lei Complementar Estadual nº 162 de 1998	52
3.3 Contribuições da Região Metropolitana da Grande Florianópolis e a Experiência Brasileira.....	55
3.4 Lei Complementar Estadual nº 381 de 2007 e as Secretarias Regionais.....	58
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES.....	60
4.1 Conclusões.....	60
4.2 Recomendações para Trabalhos Futuros	61
REFERENCIAS	62

1 INTRODUÇÃO

A Constituição de 1988 permitiu que os Estados criassem regiões metropolitanas. A partir dessa permissão, verificaram-se implicações nas políticas estaduais para a definição e abrangência destas áreas. É o artigo 25 da Constituição Federal brasileira de 1988 que atribui aos Estados a instituição de regiões metropolitanas. A criação dessas regiões se dá por meio de Leis Complementares estaduais. As regiões metropolitanas são constituídas por agrupamentos de municípios vizinhos, que fazem limites territoriais entre si, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum. Uma região metropolitana, ou área metropolitana, é um grande centro populacional, que consiste em uma grande cidade central (uma metrópole) e sua zona adjacente de influência.

Em Santa Catarina, no ano de 1998, foram criadas três regiões metropolitanas: a de Florianópolis, a do Vale do Itajaí e a do Norte/Nordeste Catarinense. A pesquisa abordará a Lei Complementar 162/98, que originou essas regiões metropolitanas, a Lei Complementar 381/07, que criou as Secretarias Regionais de Desenvolvimento e, especificamente, verificará se a Região Metropolitana da Grande Florianópolis continua apta a receber recursos para realização de obras e projetos. Entre as regiões criadas, aquela que efetivamente passa por um forte processo de urbanização é a da Grande Florianópolis. Neste sentido, esta pesquisa objetiva diagnosticar se a Grande Florianópolis continua habilitada legalmente como região metropolitana.

1.1 Tema e problema

O setor estatal e administração dos bens públicos são constantes fontes de estudos no meio acadêmico, científico e profissional. O setor estatal tem suas atividades diretamente ligadas ao atendimento das necessidades da coletividade e os bens públicos são utilizados para viabilizar esse atendimento. Cabe aos componentes do povo, os cidadãos, verificarem a correta administração do setor estatal e utilização dos seus recursos.

A Região Metropolitana da Grande Florianópolis foi criada em 1998 pela Lei Complementar Estadual nº 162 e extinta em 2007 pela Lei Complementar Estadual nº 381. A partir dessa constatação, procurou-se identificar quais os recursos deixaram de ser recebidos pela região e que providências são necessárias aditivamente para a retomada do recebimento desses recursos, ou se inexistia condição de retomada. Neste sentido, a pesquisa procura responder ao seguinte problema de pesquisa:

A Região Metropolitana da Grande Florianópolis está habilitada a receber recursos destinados a regiões metropolitanas?

1.2 Objetivos

Com o intuito de resolver o problema de pesquisa anteriormente citado, de maneira clara e objetiva, englobando os pontos imprescindíveis da teoria unida à análise, foram estabelecidos os seguintes objetivos, a serem alcançados durante a apresentação do referencial teórico e da exposição da análise efetuada:

1.2.1 Geral

O objetivo geral desta pesquisa consiste em verificar se a Região da Grande Florianópolis está habilitada a receber recursos destinados a regiões metropolitanas legalmente constituídas.

1.2.2 Específicos

Os objetivos específicos consistem em:

- verificar a Lei Complementar Estadual que originou a Região Metropolitana Grande Florianópolis;
- verificar a Lei Complementar Estadual que criou as Secretarias Regionais de Desenvolvimento do Estado;
- identificar a fonte de recursos que são destinados às regiões metropolitanas e exemplificar demonstrando alguns desses recebimentos.

1.3 Justificativa

A escolha do tema está relacionada com a experiência profissional desta acadêmica e a identificação pessoal com a área de contabilidade pública, pois durante minha vida profissional exerci atividades na controladoria da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia Brasil S.A. e, atualmente, exerço atividade na Caixa Econômica Federal. A importância

pessoal deste estudo é o aprofundamento do conhecimento relacionado ao tema em questão, o qual será aproveitado na vida profissional.

O trabalho também atenderá ao requisito acadêmico e ficará disponível na universidade para a futura utilização da comunidade acadêmica em pesquisas relacionadas ao tema, na medida em que este tema costuma ser tratado no campo jurídico e administrativo sem o complemento de abordagens acerca dos efeitos contábeis.

A pesquisa visa fornecer maior clareza sobre o tema e acrescentar entendimento ao meio acadêmico e social, visto que a Região da Grande Florianópolis é um conglomerado de municípios próximos à localização da Universidade Federal de Santa Catarina. Especificamente no curso de Ciências Contábeis, tem-se necessidade de distinguir os efeitos de captação e disponibilidade de recursos financeiros oriundos da União para regiões metropolitanas diante das transferências voluntárias em geral.

Diante da importância do assunto que foi pesquisado, pois se trata de tema pouco explorado, é relevante evidenciar os conceitos teóricos referentes à contabilidade pública, receitas, transferências e divisionismo regional, fortalecendo e incrementando os estudos na área. A pesquisa também fornece a possibilidade de continuação de análise e poderá se estender ao estudo de todas as regiões metropolitanas do Brasil e do mundo, contribuindo para a ampliação de conhecimento na área de contabilidade pública e mapeamento de políticas e recursos aplicados às regiões metropolitanas. A análise das leis relacionadas à criação da Região Metropolitana da Grande Florianópolis efetuada neste trabalho pode ser um ponto de partida para uma pesquisa ampliada sobre as regiões metropolitanas em nível nacional, possibilitando o aperfeiçoamento de técnicas de administração e controle da aplicação de recursos destinados a essas formações.

1.4 Metodologia

A metodologia científica se faz necessária a partir do momento em que o pesquisador precisa traçar um caminho lógico, o qual será seguido e repetido por outros pesquisadores futuramente. Partindo desse princípio, a lógica indica o caminho a ser seguido para alcançar o objeto a ser atingido. Segundo Parra Filho e Santos (2003), esse objeto “é a verdade. O método é esse conjunto de processos, que etimologicamente tem o significado de caminho para chegar a um fim.” Além da necessidade de se traçar um roteiro, o estudo implica a

escolha de um método específico à área pesquisada. Muitos são os campos da ciência, e a escolha do método mais adequado enriquecerá o processo inicial de levantamento de dados e, em seu fim, alcançará conclusões.

Galliano (1988, p. 67) define a palavra “conhecer” como:

Conhecer significa, fundamentalmente, descrever um fenômeno, seja em suas particularidades estruturais, seja em seus aspectos funcionais, prever a probabilidade de ocorrência futura de um evento (ou relatar outro evento passado); e por fim, manipular e utilizar, adequadamente, um objeto qualquer, além de produzi-lo, alterando, até, as suas características básicas.

Quanto ao enquadramento, o presente trabalho adotou o procedimento de pesquisa bibliográfica, necessário para o embasamento teórico às indagações efetuadas. Tem caráter exploratório, pois aborda um assunto pouco pesquisado no meio acadêmico, e tem abordagem qualitativa, pois não fornece quantificadores numéricos, ou seja, dados estatísticos.

A pesquisa bibliográfica é necessária, pois antes de se iniciar um estudo, faz-se presente uma revisão sobre os temas abordados e congêneres, ou seja, verifica-se a bibliografia existente sobre determinado assunto a ser tratado. De acordo com as informações dadas por Parra Filho e Santos (2003), o pesquisador de laboratório trabalha com fontes primárias, e a maioria dos pesquisadores trabalha com fontes bibliográficas, ou seja, com informações já escritas em livros, jornais e revistas, entre outros.

De acordo com Cervo e Bervian (1996), a pesquisa descritiva pode assumir diversas formas: estudos exploratórios, estudos descritivos, pesquisa de opinião, pesquisa de motivação, estudo de caso e pesquisa documental. O que realmente interessa para este estudo são os estudos exploratórios e os estudos de caso.

O estudo exploratório é a vertente para futuros estudos sobre temas relacionados. De acordo com Cervo e Bervian (1996), “os estudos exploratórios não elaboram hipóteses a serem testadas no trabalho, restringindo-se a definir objetivos e buscar maiores informações sobre determinado assunto de estudo.” Tais estudos buscam o aprofundamento do tema, de maneira a enriquecer o conhecimento do pesquisador e a fomentação de novas idéias. A pesquisa exploratória é recomendada, segundo Cervo e Bervian (1996), quando existem poucos subterfúgios sobre o problema a ser estudado.

Os dados pesquisados foram coletados por meio de pesquisa na internet, no *site* da Assembléia Legislativa de Santa Catarina (ALESC) e em visita ao arquivo físico da própria ALESC.

Vistos os principais aspectos das modalidades de pesquisa adotadas, é possível confirmar a metodologia aplicada ao presente estudo com o objetivo principal de demonstrar como este foi conduzido.

1.5 Limitações da Pesquisa

A pesquisa está limitada ao estudo da Região Metropolitana da Grande Florianópolis, ao seu espaço geográfico e ao seu tempo de existência, compreendendo o período de 1998 a 2007. A Região Metropolitana da Grande Florianópolis, de acordo com dados do IBGE (2009), é composta por quatro municípios conurbados, sendo eles Biguaçu, Florianópolis, Palhoça e São José e demais integrantes da área de expansão, totalizando 22 municípios.

A pesquisa também se limita à busca de dados em livros da Biblioteca da Universidade Federal de Santa Catarina, periódicos eletrônicos, monografias anteriores, *sites* relacionados ao tema, troca de *e-mails* com entidades relacionadas à Região Metropolitana da Grande Florianópolis, consulta ao acervo de leis e projetos de leis da ALESC (Assembléia Legislativa de Santa Catarina) e acesso eletrônico a leis federais e estaduais.

Em relação aos aspectos analisados, a pesquisa se limita a verificar a criação da Região Metropolitana da Grande Florianópolis e seus desdobramentos futuros até o ano de 2007 e quais recursos foram destinados à região em tela.

1.6 Organização

A presente pesquisa foi organizada da seguinte maneira:

O capítulo 1 aborda a introdução ao tema, a definição do problema, o objetivo geral e os objetivos específicos, a justificativa na escolha do tema, a metodologia de pesquisa e as limitações da pesquisa.

No capítulo 2, consta a fundamentação teórica, composta pelos tópicos governo e administração pública, financiamento da administração pública, Estado – composição e formas de atuação, divisionismo regional – IBGE e a Região da Grande Florianópolis, contabilidade pública, setor estatal, fluxo orçamentário, fontes de financiamento e transferência de recursos e prestação de contas, transparência, convênios e consórcios.

No capítulo 3, é apresentado o desenvolvimento do trabalho, que está subdividido em quatro tópicos: a Região Metropolitana da Grande Florianópolis, a criação – Lei

Complementar Estadual nº 162 de 1998, contribuições da Região Metropolitana da Grande Florianópolis e a experiência brasileira e Lei Complementar Estadual nº 381 de 2007 e as Secretarias Regionais.

Por fim, no capítulo 4, são apresentadas as conclusões e recomendações para trabalhos futuros.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, a pesquisa é fundamentada de acordo com os autores e artigos que abordam o assunto. A abordagem parte da fundamentação dos conceitos de governo, administração pública, Estado e Povo. Avançando o entendimento ao tema, aborda-se o divisionismo regional brasileiro e a Região da Grande Florianópolis. A área foco de estudo, contabilidade pública, é aprofundada pela fundamentação teórica sobre o setor estatal brasileiro, o fluxo orçamentário, as fontes de financiamento e formas de parcerias entre entes públicos e privados. Por meio da fundamentação, pretende-se firmar o entendimento sobre as primícias de atuação no setor público.

2.1 Governo e Administração Pública

Governo e administração são conceitos que normalmente são confundidos devido ao paralelismo entre ambos. Para esclarecer e sanar dúvidas, é apresentado o conceito de governo, que, de acordo com Meirelles (2002, p. 63), “Em sentido formal, é o conjunto de Poderes e órgãos constitucionais; em sentido material, é o complexo de funções estatais básicas; em sentido operacional, é a condução política dos negócios públicos.”

A palavra “povo” tem muitos significados e pode estar relacionada a contextos distintos e variados como: Estado/Direito, Econômico/Social, Étnico e Religioso. De acordo com a definição encontrada no Dicionário Michaelis (2009), povo significa “sociedade composta de diversos grupos locais, ocupando território delimitado e cômico da semelhança existente entre seus membros pela homogeneidade cultural”. É possível chegar à conclusão de que povo é um conjunto de indivíduos que estão sujeitos ao mesmo regime e a estes é conferida a denominação de cidadãos. O povo é aquele que se submete à vontade do Estado e dá sua participação para a formação da vontade comum. O povo é cidadão e sujeito ao mesmo tempo, ora participando, ora se submetendo às suas regras.

Por outro lado, Meirelles (2002, p. 63) também apresenta o conceito de administração pública:

Em sentido formal, é o conjunto de órgãos instituídos para consecução dos objetivos do Governo; em sentido material, é o conjunto das funções necessárias aos serviços públicos em geral; em acepção operacional, é o desempenho perene e sistemático, legal e técnico, dos serviços próprios do Estado ou por ele assumidos em benefício da coletividade.

Segundo o conceito de Meirelles (2002), a administração pública, de uma maneira geral, é o instrumento o qual o Estado utiliza para a realização dos serviços para a coletividade. De maneira direta e imediata o Estado atende as necessidades do povo por meio da implementação da administração pública. A administração tem a função de executar e não possui poder para governar.

A administração pública é dividida em dois níveis: administração direta e administração indireta. De acordo Araújo e Arruda (2006):

O primeiro, a administração direta, compreende a estrutura administrativa dos três poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário) e suas subdivisões (estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios, Secretarias estaduais e/ou municipais com seus respectivos departamentos e seções). É um conjunto de unidades organizacionais que integram a estrutura administrativa de cada um dos Poderes da União, Estados e dos Municípios.

O segundo, a administração indireta, constitui-se de entidades públicas dotadas de personalidade jurídica própria, que se encontram vinculadas a esses Poderes por meio de determinação em Lei.

A administração pública exerce a função de realização e coordenação, que está relacionada ao ente investido do dever de satisfazer dadas atribuições em prol de interesses de outros. Objetivamente, a expressão administração pública designa pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos a exercerem essa função em qualquer um dos poderes. Para ilustrar esses conceitos, o Quadro 1 demonstra os níveis da administração pública estadual:

Composição dos níveis de administração pública (âmbito estadual)	
DIRETA <ul style="list-style-type: none"> • Poder Legislativo <ul style="list-style-type: none"> 1-Assembleia Legislativa 2-Tribunal de Contas • Poder Executivo <ul style="list-style-type: none"> 1-Governo do Estado 2-Secretarias de Estado • Poder Judiciário <ul style="list-style-type: none"> 1-Tribunal de Justiça 	INDIRETA <ul style="list-style-type: none"> • Autarquias • Fundações • Empresas Públicas • Sociedades de economia mista

Quadro 1 - Composição dos níveis de administração pública (âmbito estadual).

Fonte: Adaptado de Araújo, Arruda (2006).

O Quadro 1 mostra a divisão da administração pública (estadual) de maneira sintética e proporciona uma visão objetiva da administração direta, dividida em poderes, e a indireta,

dividida em autarquias, fundações e empresas estatais, estas sendo totalmente públicas ou de capital misto.

O Quadro 2 aparece ilustrando a atuação do Estado no desenvolvimento social e econômico do país. É efetuada uma segmentação entre o setor social e o mercado. A relação do Estado com o setor social prima em garantir a ordem social e a geração de benefícios sociais; já a relação do Estado com o mercado prima em garantir a ordem econômica, a produção de bens e serviços para abastecer esse mercado e a geração de lucros.

Administração Pública	Iniciativa Privada	
Ação direta do Estado por meio de órgãos e entidades públicos	SOCIEDADE CIVIL Relação de fomento e parceria: Convênios, termo de parceria e contrato de gestão	Setor Social
Relação interna entre órgão e hierarquia ou de tutela/supervisão	EMPRESAS Relação contratual: Compra de serviços ou produtos Relação de parceria: Cessão e concessão	Mercado

Quadro 2 – Atuação do Estado no desenvolvimento social e econômico.

Fonte: Adaptado do Ministério do Planejamento (2009).

O Estado foi segmentado para melhor atender as necessidades da coletividade, ou seja, apoiado por diferentes entidades para a realização de suas atividades. O Estado atua em parceria direta e indireta com diversos tipos de entidades ampliando os serviços e atendimentos essenciais disponíveis à coletividade. Cada um desses entes pode ser considerado como um instrumento de atuação específica, daí o termo aparelhamento, utilizado para caracterizar a composição de um ente público equipado por diversas entidades.

2.2 Financiamento da Administração Pública

Para governar e administrar o Estado, são necessários recursos que viabilizem o atendimento ao povo. O governo tem como finalidade inicial manter o melhor nível de atendimento à coletividade. Para essa realização, o governo utiliza técnicas de planejamento e ações programadas que, juntas, são diagnosticadas, segundo Kohama (2008, p. 34), como planejamento integrado:

A adoção de um sistema de Planejamento Integrado deveu-se a estudos técnicos e científicos, levados a efeito pela Organização das Nações Unidas (ONU), com o objetivo de determinar as ações a serem realizadas pelo poder público, escolhendo as

alternativas prioritárias e compatibilizando-as com os meios disponíveis para colocá-las em execução.

O sistema integrado busca a melhor aplicação de recursos para atender prioridades e diminuir os problemas sociais encontrados.

Segundo Kohama (2008), o Sistema de Planejamento Integrado é dividido em três ferramentas, que estão definidas no art. 165 da Constituição Federal de 1988: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei de Orçamentos Anuais (LOA). O orçamento público é composto pelas receitas e despesas públicas. Por meio da execução do orçamento, são previstas receitas, as quais são dotadas de créditos para iniciar as ações programadas no planejamento integrado observando, o equilíbrio das contas de arrecadação em contrapartida ao dispêndio.

2.3 Estado – Composição e Formas de Atuação

A Lei que regulamenta o Estado é Constituição, que se faz pela necessidade de organizar o poder. Existem diversos conceitos que definem o que é o Estado. Inicialmente, é adotado o conceito de Meirelles (2002), complementado por Nalini (1997). Segundo Meirelles (2002, p. 58):

O conceito de Estado varia segundo o ângulo em que é considerado. Do ponto de vista sociológico, *é corporação territorial dotada de um poder de mando originário (Jellinek)*; sob o aspecto político, *é comunidade de homens, fixada sobre um território, com potestade superior de ação, mando e de coerção (Malberg)*; sob o prisma constitucional, *é a pessoa jurídica territorial soberana (Biscaretti di Rffia)*; na conceituação do nosso Código Civil, *é a pessoa jurídica de Direito Público Interno (art. 14, I)*.

Já Nalini (1997, p.102), define que Estado:

é a organização da comunidade e do poder. Este se encontra a serviço da comunidade e a organização permite permanência de ambos.” Nalini (1997) ainda acrescenta que “O Estado é a sociedade de homens concretos, constituída com duração indefinida em lugar determinado e provida de um poder exercido em nome dessa mesma sociedade.

Embora explicado de maneiras diferentes, é possível sintetizar a explicação do termo declarando que o Estado é uma organização composta de pessoas que detêm o poder soberano e estão estabelecidas em um território determinado.

O Estado se organiza por meio de elementos, sendo estes divididos em três: povo, território e governo soberano. De acordo com Nalini (1997), o conceito de soberania, poder incontestável de fixar competências e de querer coercitivamente, está bastante relativizado na era em que os Estados se agrupam e tendem a atenuar suas próprias independências.

Segundo Meirelles (2002), “Povo é o componente humano do Estado; Território a sua base física; Governo soberano, o elemento condutor do Estado, que detém e exerce o poder absoluto de autodeterminação e auto-organização emanado do Povo.” Meirelles (2002) ainda relata que não há nem pode haver Estado independente sem soberania, ou seja, sem o poder incontestável e absoluto de organizar e conduzir de acordo com a vontade do povo e, se necessário, fazer cumprir as suas decisões utilizando a força.

Quando verificada a história humana, percebe-se que o conceito de povo encontra sentido sociológico, político, religioso e jurídico. O povo é constituído por indivíduos que se submetem à vontade do Estado e que são regidos por uma norma própria. No Brasil, a vontade do povo é manifestada por meio da Constituição Federal de 1988. É nesse documento que estão descritas as vontades do povo, seus direitos e as obrigações às quais este está sujeito ao integrar e interagir com o Estado brasileiro. O Estado brasileiro é soberano, e mesmo para os cidadãos que não se encontram nos limites territoriais do país, estes são exigíveis de conduta em conformidade com a Constituição.

A forma de Estado remete a entendimentos distintos e cria algumas confusões. Não se deve confundir a forma de governo, por exemplo, monarquia e república, com a forma de Estado, que divide o seu poder frente a outros poderes de natureza similar. Nalini (1997, p. 106) define que “forma de Estado é a maneira de o Estado dispor o seu poder face de outros poderes de igual natureza.” É como parte da sociedade responsável pela política estabelece as diferenças entre os governados, povo, e os governantes, políticos.

Meirelles (2002, p. 60) descreve que:

a organização do Estado é matéria constitucional no que concerne a divisão política do território nacional, à estruturação dos poderes, à forma de governo, ao modo de investidura dos governantes, aos direitos e garantias dos governados.

De acordo com a explicação dada por Nalini (1997), a distinção se dá entre Estado unitário ou simples e Estado composto ou complexo. O Estado unitário é formado pela junção

de poderes políticos de ordem interna de maneira centralizada ou não. Já o Estado composto é formado pela variedade de sistemas e órgãos, podendo ser Estado federal ou federação de Estados e União Real.

Kohama (2008, p. 11) afirma que:

“a forma com a qual se exerce o poder político em função do território pode ser de unidade, em que se configura o estado unitário, ou, como no caso em que se divide por organizações governamentais regionais, em que estaríamos diante do Estado federal.

De maneira simples, é possível entender que o Estado pode ser todo formado e administrado de maneira centralizada, com poderes políticos em um único ente ou de maneira distribuída, contando com a partição, que seriam as unidades federativas e dirimindo os poderes entre todos.

De acordo com o art. 1º da Constituição Federal de 1988, o Brasil é definido como Estado federal:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I – a soberania;

II – a cidadania;

III – a dignidade da pessoa humana;

IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V – o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que exerce por meio de representantes eleitos diretamente, nos termos desta Constituição.

De acordo com as cláusulas pétreas da Constituição Federal de 1988, o Estado brasileiro não pode ter suas unidades federativas desmembradas em hipótese alguma, salvo se confeccionada nova Constituição Federal e, nesta, for celebrada a inclusão de possibilidade de desmembramento de suas unidades.

O art. 1º da Constituição Federal de 1988 está relacionado a uma das cláusulas pétreas presente no regimento brasileiro. Os donos do poder são os componentes do povo, ou seja, cada cidadão brasileiro. A República Federativa do Brasil é a reunião de unidades territoriais menores designadas Estados, Distrito Federal e Municípios. De acordo com os preceitos fundamentais da Constituição Federal brasileira vigente, o Estado é democrático e possui sua estrutura fundamentada na soberania, na cidadania, na dignidade da pessoa humana, nos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e no pluralismo partidário.

A atuação da população no controle do Estado resulta em gestões responsáveis e em uma administração mais transparente na aplicação dos recursos públicos. Di Pietro (2002, *apud* SOARES 2002) enfatiza:

que o princípio da participação popular na gestão da administração pública pontifica na Constituição da República do Brasil de 1988, como exemplo, nos arts. 10, 187, 194, 194, VII, 198, III, 204, II, 206, VI e 216,§1º, bem assim os instrumentos de controle, como se vê, entre outros, no art. 5º, XXXIII, LXXI e LXXIII, e no art. 74, §2º. Essa participação do cidadão se implementa de várias formas, tais a presença de ouvidores nos órgãos públicos, criação de "disque-denúncia", audiências públicas e consultas públicas.

As audiências públicas funcionam como mecanismo de prestação de contas e aproximação do poder público à população. A audiência pública devolve a voz e a opinião à coletividade, pois permite a expressão da aprovação ou não da gestão dos recursos públicos. Para Coelho e Cruz (2009, *apud* MENCIO; LOTTA e PAULICS, 2005, p. 1):

a audiência pública é um dos instrumentos de promoção da participação popular nos municípios. Consiste numa sessão de discussão aberta a toda a população para tratar de qualquer tema de importância para o Município, tanto para coleta de opinião no momento de formulação de uma política pública, quanto para debate em uma tomada de decisão.

Coelho e Cruz (2009) comentam que a população pode participar das audiências públicas por meio de cada cidadão, como também, por meio de representantes da sociedade civil organizada. Pode-se acrescentar mais duas formas de participação popular, os referendos e plebiscitos. O referendo está definido no artigo 14 da Constituição Federal de 1988 e pode ser realizado após a aprovação de uma lei, seja ela complementar, ordinária ou emenda à Constituição. Já no plebiscito, ao contrário, a consulta é feita antes da elaboração da lei. De acordo com a definição encontrada no Dicionário Michaelis (2009), plebiscito significa “Voto do povo por sufrágio universal dos adultos, de algum distrito ou região especificada, sobre a questão apresentada por um tratado de paz ou por uma entidade internacional a respeito da escolha de soberania”. A Constituição Federal prevê a realização de plebiscito tanto em nível local como nacional. De maneira geral, o plebiscito local acontece com frequência quando se deseja consultar a população a respeito de desmembramentos e junções entre territórios municipais. Em nível nacional, o plebiscito só foi utilizado duas únicas vezes e, em ambas, discutia-se sobre o sistema de governo.

2.4 Divisionismo Regional – IBGE e a Região da Grande Florianópolis

De acordo com dados fornecidos pelo IBGE (2009), os estudos das divisões regionais iniciaram em 1941, para sistematizar as várias divisões regionais que vinham sendo propostas, de forma que fosse organizada uma única divisão regional do Brasil para a divulgação das estatísticas brasileiras. Com o prosseguimento desses trabalhos, foi aprovada, em 31.1.1942, por meio da Circular nº 1 da Presidência da República, a primeira divisão do Brasil em regiões, a saber: Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste.

A Resolução 143, de 6 de julho de 1945, por sua vez, estabelece a divisão do Brasil em zonas fisiográficas, baseadas em critérios econômicos do agrupamento de municípios. De acordo com o IBGE (2009), essas zonas fisiográficas foram utilizadas até 1970 para a divulgação das estatísticas produzidas pelo próprio instituto e pelas unidades da federação. Já na década de 1960, em decorrência das transformações ocorridas no espaço nacional, foram retomados os estudos para a revisão da divisão regional, em nível macro, e das zonas fisiográficas.

De acordo com o IBGE (2009), o caráter intrínseco da revisão da divisão regional do Brasil refere-se a um conjunto de determinações econômicas, sociais e políticas que dizem respeito à totalidade da organização do espaço nacional, referendado no caso brasileiro pela forma desigual como vem se processando o desenvolvimento das forças produtivas em suas interações como o quadro natural. Sem deixar de lado as partes constitutivas da referida totalidade, a divisão regional em macrorregiões a partir de uma perspectiva histórico-espacial enfatiza a divisão inter-regional da produção no país, a par da internacionalização do capital ocorrida após os anos de 1960, buscando as raízes desse processo na forma como o Estado ora tende a intervir, ora a se contrair, em face da evolução do processo de acumulação e de valorização do capital, que pode ser traduzido em sucessivos e variados planos de governo.

Ainda segundo IBGE (2009), a divisão regional do Brasil em mesorregiões, partindo de determinações mais amplas em nível conjuntural, buscou identificar áreas individualizadas em cada uma das Unidades Federadas, tomadas como universo de análise. Assim, as mesorregiões foram definidas com base nas seguintes dimensões: o processo social como determinante, o quadro natural como condicionante e a rede de comunicação e de lugares como elemento da articulação espacial. Verificando o que motiva a divisão regional, é possível destacar a elaboração de políticas públicas que desejam subsidiar o sistema de decisões quanto à localização de atividades econômicas, sociais e tributárias. Ou seja, o

divisionismo regional serve como guia para identificar as áreas que melhor se desenvolverão caso atividades econômicas e políticas de crescimento ali forem aplicadas.

O Brasil é um país com mais de 70% dos habitantes vivendo em cidades e vilas, classificadas como áreas urbanas. De acordo com Silva (1988), o componente espacial da urbanização encontra particular representação no sistema de cidades, que constitui um tipo de forma/estrutura por meio da qual o espaço integra transformações econômicas e sociais em curso.

Recentemente, pode-se observar mudança no comportamento social, na organização e atuação das forças produtivas, nos mercados e nos hábitos de deslocamento e consumo das populações. Dentre as mudanças, tem sido salientada a formação de regiões de dimensões variáveis e com dinâmicas e identidades próprias. Para exemplificar, é possível citar o crescimento das cidades catarinenses, Itapema e Balneário Camboriú. O grau de urbanização nos últimos dez anos nessas duas cidades litorâneas é visível. Esse crescimento se dá pelo aumento da população nas temporadas de verão e também pela migração de pessoas de fora do Estado catarinense, que passam a residir nessas cidades na busca por melhor qualidade de vida.

De acordo com a Fundação Prefeito Faria Lima (1999), a necessidade e possibilidade de colaboração entre municípios isolados, pequenos ou distantes em áreas em formação facilitam o desenvolvimento local. A cooperação estreita entre municípios de funções complementares para atividades econômicas complexas, ou por possuírem características especializadas de recursos naturais, de serviços públicos ou de potencial cultural, propicia melhores condições de vida e diversidade de oportunidades e direitos aos cidadãos que vivem na região.

Essas condições são observadas facilmente na formação de cooperativas municipais, por exemplo, para o beneficiamento de produtos agrícolas, como o arroz, o leite e a soja, ou na distribuição de energia elétrica.

O objetivo principal de uma região metropolitana é:

congregar os municípios que tenham uma relação entre si, para, juntos, elaborarem projetos e buscarem recursos, visando implementar obras de interesse regional – já que as de interesse local são atendidas pela respectiva municipalidade (THEIS *et al.*, 2001, p. 234).

Os municípios atendem seus cidadãos fornecendo infra-estrutura local, mas quando esse atendimento local não é suficiente e a deficiência se estende por outros municípios vizinhos, a união de forças e recursos para solucionar a dificuldade comum a todos é

favorecida, como, por exemplo, a construção de um hospital regional. O Quadro 3 apresenta os maiores municípios integrantes da Região Metropolitana de Florianópolis, a população de cada um destes, área em Km² e a densidade demográfica.

Município	População (nº de Hab)	Área (km²)	Densidade Demográfica (hab/km²)
Florianópolis	402.346	433	938,9
São José	201.103	114,7	1.753,3
Palhoça	128.102	395	324,3
Biguaçu	58.435	302,92	192,9

Quadro 3: Municípios conurbados integrantes da Grande Florianópolis.

Fonte: Adaptado do IBGE (2009).

Os municípios do Quadro 3 são ditos conurbados, ou seja, formam uma área urbana contínua: Biguaçu, Florianópolis, Palhoça e São José. Os demais municípios integrantes da Região Metropolitana de Florianópolis são: Águas Mornas, Antônio Carlos, Governador Celso Ramos, Santo Amaro da Imperatriz e São Pedro de Alcântara. A área de expansão da Região da Grande Florianópolis compreende também os municípios de Alfredo Wagner, Angelina, Anitápolis, Canelinha, Garopaba, Leoberto Leal, Major Gercino, Nova Trento, Paulo Lopes, Rancho Queimado, São Bonifácio, São João Batista e Tijucas, totalizando 22 municípios.

Com base na definição encontrada no Dicionário Michaelis (2009), o termo conurbação significa “coalescência de várias cidades e sua fusão em uma única área metropolitana”. Esse termo é aplicado a formações urbanas compostas por cidades que foram se desenvolvendo uma ao lado da outra. Esse fenômeno urbano resulta em grandes aglomerações de cidades, que de tal forma acabam se unindo como se fossem uma única cidade. O problema apontado para o aumento da conurbação é a possibilidade de transferência das deficiências de uma cidade à cidade vizinha. O combate a esse efeito negativo pode ser feito por meio de um eficiente planejamento do crescimento urbano.

No entanto, maiores detalhes a respeito da criação e organização da Região Metropolitana da Grande Florianópolis serão apresentados no capítulo 3, bem como acerca da criação das Secretarias Regionais de Desenvolvimento do Estado de Santa

2.5 Contabilidade Pública

A contabilidade possui muitas áreas de atuação, porém, nesta pesquisa, o foco de trabalho é a contabilidade pública, que está relacionada à gestão de recursos públicos, à prestação de contas à sociedade e à transparência fiscal. De acordo com o entendimento dado por Marion (1993), a contabilidade é uma ciência vasta e pode ser aplicada em diversas áreas. A contabilidade analisa e registra os fenômenos ligados a variação do patrimônio das entidades. Diante de sua abrangência, a contabilidade destaca entre as suas principais áreas de atuação a divisão em contabilidade voltada aos entes públicos e ao setor privado.

A contabilidade é bastante utilizada como ferramenta gerencial, bem como para auxiliar os gestores a tomar as melhores decisões de acordo com a situação econômica do momento, favorecendo futuros resultados. A contabilidade é uma ciência social e, nessa condição, demonstra valores por intermédio da observação das mudanças ocorridas no patrimônio das empresas, nas suas relações diretas de operação e também naquelas influenciadas pela sociedade. De acordo com Marion (1993, p.29), a contabilidade é:

o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões, ela coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e resumizando-os em forma de relatórios ou de comunicados, que contribuem para a tomada de decisão.

Para enriquecer o entendimento sobre contabilidade, mais um conceito é apresentado. Araújo e Arruda (2006, p. 31) afirmam que:

A contabilidade pode ser definida como o sistema de informações capaz de captar, registrar, reunir, divulgar e interpretar os fenômenos avaliáveis monetariamente que afetam as situações patrimoniais, financeiras e econômicas de qualquer ente.

O objeto da contabilidade pública são os fatos ligados à administração pública, seja ela federal, estadual, distrital ou municipal. Sua finalidade, assim como na contabilidade do setor privado, respeitando as devidas diferenças, é controlar a execução orçamentária, seus registros e as variações do patrimônio público durante o exercício financeiro. Araújo e Arruda (2006, p. 31) afirmam ainda que a contabilidade governamental:

corresponde à “contabilidade aplicada às entidades públicas”, cuja finalidade é determinar procedimentos normativos para que os fatos decorrentes da gestão orçamentária, financeira e patrimonial das mesmas “realizem-se em perfeita ordem e

sejam registrados sistematicamente, de modo a mostrar, em épocas prefixadas, os respectivos resultados.

A contabilidade pública utiliza como ferramenta auxiliar sistemas de contas escrituradas. São quatro sistemas distintos, diferente da contabilidade do setor privado, que utiliza apenas um sistema. Os quatro sistemas utilizados pela contabilidade pública são: sistema orçamentário, sistema financeiro, sistema patrimonial e sistema de compensação. As entidades participantes da administração pública, União, Estados, Distrito Federal e Municípios, empresas públicas e todas aquelas entidades que recebem dinheiro ou são controladas pelo setor estatal, são obrigados a utilizar esses métodos de apuração e registros.

De acordo com Araújo e Arruda (2006, p. 32), a contabilidade pública deve permitir “o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos industriais, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros.”

As principais características da contabilidade pública apontadas por Araújo e Arruda (2006, p. 32) são:

- Sua área de ação compreende os três níveis de governo: federal, estadual e municipal;
- Tem por fim selecionar, estudar, registrar, interpretar, orientar, controlar, resumir e demonstrar os fatos que afetam o patrimônio estatal;
- Seu objeto de estudo é a gestão do patrimônio das entidades públicas quanto aos aspectos contábil, orçamentário, patrimonial, financeiro e de resultado;
- Constitui um importante instrumento de planejamento e controle da gestão governamental;
- No Brasil, suas normas estão definidas na Lei nº 4.320/64.

A prestação de contas feita por meio da contabilidade é necessária para o novo recebimento de verbas. Para as entidades que mantêm uma boa governança de suas finanças, prestam contas de como o recurso foi utilizado e publicam corretamente seus demonstrativos contábeis, a contemplação com novas remessas financeiras acontece de maneira natural e, assim, estas não sofrem penalizações por má administração.

2.6 Setor Estatal

O setor estatal é responsável pela organização e execução dos serviços prestados à coletividade e também é chamado de primeiro setor da economia. As atividades prestadas pelo Estado são registradas pela contabilidade pública, que é regida pela Lei nº 4.320/64.

De acordo com a Lei nº 9.784/99, “entidade é a unidade de atuação dotada de personalidade jurídica, órgão é a unidade de atuação integrante da estrutura da administração direta e da indireta e autoridade é o servidor ou agente público dotado de poder de decisão”.

O setor estatal deve prestar contas à sociedade de maneira transparente e que estejam de acordo com a gestão pública exercida. O entendimento sobre governança corporativa e transparência é necessário para conhecer a maneira adequada de prestação de contas pelo setor estatal. Esses conceitos são apresentados por Platt Neto *et al.* (2009, p. 14) e assim os define:

A governança corporativa representa um sistema que assegura aos proprietários e demais interessados uma gestão organizacional com equidade (*fairness*), transparência (*disclosure*), responsabilidade pelos resultados (*accountability*) e cumprimento de normas (*compliance*). O termo “*disclosure*” pode ser traduzido como “evidenciação”. Segundo os mesmos autores (2003), a evidenciação adequada, também chamada de evidenciação justa ou plena, é o processo de apresentação de informações que permitam a avaliação do sistema patrimonial e das mutações do patrimônio, além de possibilitar que se façam inferências sobre o futuro.

A prática da governança corporativa possibilita às empresas um grau mais elevado de transparência, o que gera maior confiabilidade do mercado e dos investidores. As administrações que adotam os métodos da governança corporativa alcançam resultados mais sólidos quando comparados àqueles que não a praticam, pois possuem padronização em seus procedimentos operacionais e administrativos, demonstram com equidade seus dados econômicos e apresentam uma administração comprometida com os resultados obtidos e os resultados a serem alcançados.

Transparência e publicidade são alguns dos requisitos necessários à prestação de contas públicas. Outro requisito é a possibilidade de compreensão das informações, e segundo Platt Neto (2009), cabe também ao usuário a responsabilidade pela compreensão da informação e caso necessite de entendimento adicional deve buscar fontes extras para a correta compreensão das informações publicadas.

Para Cruz *et al.* (2006), gestão pública é todo processo gerencial que aponte a consecução de políticas públicas assumidas, direta ou indiretamente, por um ente estatal. Pode-se dividir gestão pública em estatal ou não-estatal.

A gestão pública estatal pode ser exemplificada a partir das políticas públicas do governo federal brasileiro, como campanhas de combate à falsificação de remédios, combate ao déficit habitacional, incentivos fiscais para melhorar a movimentação da economia do país, como o programa Bolsa Família. Além das políticas de governo, todo o planejamento e a execução de atividades ligadas à infra-estrutura, segurança, educação, saúde e áreas de responsabilidade direta do setor público são atribuídas à gestão pública estatal quando executadas diretamente por sua administração e corpo funcional. Pode existir a união de esforços do setor estatal ao setor privado para a realização de projetos. Nesse caso, de maneira geral, o setor privado, interessado em obter bons resultados, entra como financiador e disponibiliza parte dos recursos para a realização do projeto.

A gestão pública não estatal ou terceirizada acontece quando o poder público repassa (terceiriza) para o setor privado a execução das políticas públicas. Esse repasse pode ter fins lucrativos ou não.

Ao que se percebe, a realização de atividades que antes eram executadas pela administração pública direta passou às mãos do setor público indireto. Cruz *et al.* (2006), define como administração desconcentrada quando a administração distribui o poder público entre vários órgãos da mesma entidade, com o objetivo de acelerar e simplificar o processo, ao passo que chama de administração descentralizada quando o poder público transfere sua titularidade ou execução a autarquias, fundações, empresas estatais, privadas ou particulares individualmente.

De acordo com Kohama (2008), as entidades que compõem a administração direta ou centralizada são: Presidência da República e Ministérios em âmbito federal, Gabinete do Governador e Secretarias de Estado, no âmbito estadual, e gabinete do prefeito e secretarias do município em âmbito municipal. A administração direta ou centralizada é aquela que se encontra integrada e ligada à estrutura organizacional subordinada ao chefe do poder executivo.

De acordo com Kohama (2008), dentre as entidades que podem compor a administração indireta ou descentralizada, é permitida ao Estado a utilização de instituições de direito público ou privado. As entidades que compõem a administração indireta são: autarquias, entidades paraestatais, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações e serviços sociais autônomos.

De acordo com Meirelles (2002, p. 327), “a prestação do serviço público ou de utilidade pública pode ser centralizada, descentralizada e desconcentrada, e sua execução,

direta e indireta”. Meirelles (2002, p. 327) também define claramente o que é serviço centralizado, descentralizado e desconcentrado:

Serviço Centralizado – É o que o Poder público presta por seus próprios órgãos em seu nome e sob exclusiva responsabilidade. Em tais casos o Estado é, ao mesmo tempo, titular e prestador do serviço, que permanece integrado na agora denominada Administração Direta.

Serviço Descentralizado – É todo aquele em que o Poder Público transfere sua titularidade ou, simplesmente, sua execução, por outorga ou delegação, a autarquias, fundações, empresas estatais, empresas privadas ou particulares individualmente.

Serviço Desconcentrado – É todo aquele que a Administração executa centralizadamente, mas o distribui entre vários órgãos da mesma entidade, para facilitar sua realização e obtenção pelos usuários.

Essa divisão é adotada com o intuito de melhorar a qualidade dos serviços prestados, diminuir o tempo de espera pelo atendimento e capilarizar o atendimento à coletividade. O Quadro 4 apresenta a definição de cada uma das entidades que compõem a administração indireta.

ENTIDADE	DEFINIÇÃO	EXEMPLO
AUTARQUIAS	Autarquia é a forma de descentralização administrativa, através da personificação de um serviço retirado da administração centralizada.	BACEN, UFRJ, INSS, ANATEL, ANVISA e CVM
ENTIDADES PARAESTATAIS	Entidades paraestatais são pessoas jurídicas de direito privado, cuja criação é autorizada por Lei, com patrimônio público ou misto, para a realização de atividades, obras ou serviços de interesse coletivo, sob normas e controle do Estado. A entidade paraestatal é de caráter quase público, pois não exerce serviços públicos, mas serviços de interesse público, reconhecidos ou organizados pelo Estado e entregues a uma administração privada, que, se não é desmembramento do Estado, não goza de privilégios estatais, salvo quando concedidos expressamente em Lei.	Ordens e Conselhos Profissionais, Fundações de Apoio, Empresas controladas pelo Poder Público, Serviços Sociais Autônomos, Organizações Sociais e Organizações da sociedade civil de interesse público
EMPRESA PÚBLICA	Empresa pública é uma entidade de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivamente governamental, criação autorizada por Lei, para exploração de atividade econômica ou industrial, que o governo seja levado a exercer por força de contingência ou conveniência administrativa.	BNDES, CEF, EMBRAPA e CORREIOS
SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA	Sociedade de economia mista é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio, criação autorizada por Lei, para a exploração de atividades econômicas ou serviço, com participação do poder público e de particulares no seu capital e na sua administração.	BB, ELETROBRAS, PETROBRAS, CELESC e REFAP
FUNDAÇÕES	Fundações são instituídas pelo poder público e são dotadas de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio, criação autorizada por Lei, escritura pública e estatuto registrado e inscrito no Registro civil das Pessoas Jurídicas, com objetivos de interesse coletivo, geralmente “culturais ou de assistência”	FEBEM, FEPESE, Fundação Memorial da América Latina e PROCON

Quadro 4: Entidades que compõem a administração indireta.

Fonte: Adaptado de Kohama (2008).

Cada uma dessas entidades da administração indireta foi criada para desenvolver um tipo específico de atividade com o objetivo de combater a centralização excessiva de processos, morosidade e burocracia, deficiência por falta de especialização no setor econômico explorado e melhores oportunidades financeiras respectivas, pois áreas que não são de interesse do governo podem ser concedidas a terceiros interessados.

2.7 Fluxo Orçamentário

As entidades que compõem a administração pública direta e indireta participam do orçamento geral da União, cada uma delas com orçamentos próprios e que, somados, integram um orçamento maior e geral. O orçamento é uma ferramenta de apoio para a entidade encontrar o melhor meio de alocação de recursos disponíveis e, dessa maneira, alcançar com eficiência seus objetivos. Welsch (1983) define que o orçamento é como um plano administrativo que abrange todas as fases das operações para um período futuro definido e é uma peça do planejamento que antecede o período em que a ação irá ocorrer.

Kohama (2008, p. 40 *apud* ESTUPINAN, 1970) adiciona que a integração do processo de planejamento-orçamento é:

O processo pelo qual se elabora, expressa, executa e avalia o nível de cumprimento da quase totalidade do programa de governo, para cada período orçamentário. É um instrumento de governo, de administração e de efetivação e execução dos planos gerais de desenvolvimento sócio-econômico.

Segundo Kohama (2008) os princípios básicos do orçamento surgiram da necessidade de apresentar uma linguagem padrão para a elaboração e compreensão adequada aos orçamentos anuais, e devem ser seguidos para a confecção e controle do orçamento. Essa regulamentação está presente na Constituição Federal e na Lei nº 4.320/64. Os princípios aos quais é necessária a obediência, segundo Kohama (2008), são: programação, unidade, universalidade, anualidade, exclusividade, clareza e equilíbrio.

De acordo com o Manual de Despesa Nacional (2008), os princípios básicos para elaboração, execução e controle do orçamento público são: unidade, universalidade, anualidade ou periodicidade, exclusividade, equilíbrio, legalidade, publicidade, especificação ou especialização e não-afetação da receita. A seguir, o Quadro 5 aborda esclarecimentos apresentados por Kohama (2008) para cada princípio e contrasta com os esclarecimentos prestados pelo Manual de Despesa Nacional (2008).

KOHAMA (2008)	MANUAL DE DESPESA NACIONAL
Programação – programar é selecionar os objetivos que se procuram alcançar, assim como determinar as ações que permitam atingir tais fins e calcular e consignar os recursos humanos, materiais e financeiros, para a efetivação dessas ações;	Não foi mencionado.
Unidade – os orçamentos de todos os órgãos autônomos que constituem o setor público devem-se fundamentar em uma única política orçamentária estruturada uniformemente e que se ajuste a um método único;	Unidade – De acordo com este princípio previsto no artigo 2º da Lei nº 4.320/1964, cada ente da federação (União, Estado ou Município) deve possuir apenas um orçamento, estruturado de maneira uniforme.
Universalidade – deverão ser incluídos no orçamento todos os aspectos do programa de cada órgão, principalmente aqueles que envolvam qualquer transação financeira ou econômica;	Universalidade – Segundo os artigos 3º e 4º da Lei nº 4.320/1964, a Lei Orçamentária deverá conter todas as receitas e despesas. Isso possibilita controle parlamentar sobre todos os ingressos e dispêndios administrados pelo ente público.
Anualidade – utiliza-se, convencionalmente, o critério de um ano para o período orçamentário, por apresentar a vantagem de ser o adotado pela maioria das empresas particulares;	Anualidade ou Periodicidade – O orçamento deve ser elaborado e autorizado para um determinado período de tempo, geralmente um ano. No Brasil, o exercício financeiro coincide com o ano civil, conforme dispõe o artigo 34 da Lei nº 4320/1964.
Exclusividade – deverão ser incluídos no orçamento, exclusivamente, assuntos que lhe sejam pertinentes;	Exclusividade – Tal princípio tem por objetivo impedir a prática, muito comum no passado, da inclusão de dispositivos de natureza diversa de matéria orçamentária, ou seja, previsão da receita e fixação da despesa.
Clareza – o orçamento deve ser expresso de forma clara, ordenada e completa;	Não foi mencionado.
Equilíbrio – o orçamento deverá manter o equilíbrio, do ponto de vista financeiro, entre os valores de receita e despesa.	Esse princípio estabelece que o montante da despesa autorizada em cada exercício financeiro não poderá ser superior ao total de receitas estimadas para o mesmo período. Havendo reestimativa de receitas com base no excesso de arrecadação e na observação da tendência do exercício, pode ocorrer solicitação de crédito adicional.
Não foi mencionado.	Legalidade – Tem o mesmo fundamento do princípio da legalidade aplicado à administração pública, segundo o qual cabe ao Poder Público fazer ou deixar de fazer somente aquilo que a lei expressamente autorizar, ou seja, se subordina aos ditames da lei.
Não foi mencionado.	Publicidade – Justifica-se especialmente no fato de o orçamento ser fixado em lei, e esta, para criar, modificar, extinguir ou condicionar direitos e deveres, obrigando a todos, há que ser publicada. Portanto, o conteúdo orçamentário deve ser divulgado nos veículos oficiais para que tenha validade.
Não foi mencionado.	Especificação ou Especialização – Segundo este princípio, as receitas e despesas orçamentárias devem ser autorizadas pelo Poder Legislativo em parcelas discriminadas e não pelo seu valor global, facilitando o acompanhamento e o controle do gasto público. Esse princípio está previsto no artigo 5º da Lei nº 4.320/1964
Não foi mencionado.	Não-afetação da receita – Tal princípio encontra-se consagrado, como regra geral, no inciso IV, do artigo 167, da Constituição Federal de 1988, quando veda a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa

Quadro 5: Princípios do Orçamento.

Fonte: Elaborado pela autora.

Verificando o Quadro 5, notam-se claras diferenças, pois, para Kohama (2008), os princípios mencionados totalizam 7 e não há destaque para os princípios da legalidade, publicidade, especificação ou especialização e não-afetação da receita. Já no Manual da Despesa Nacional (2008), não houve destaque para os princípios clareza e programação. Todos esses princípios são necessários para a formulação e acompanhamento de orçamentos

públicos, mas o que vale destacar é a divergência que se encontra sobre o mesmo assunto.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, em seu art. 48, destaca que o orçamento, dentre outros instrumentos de planejamento, deve dar ênfase à transparência da gestão fiscal, pois este deve ser amplamente divulgado e de possível compreensão pela população.

As receitas públicas financiam as operações do Estado e abrangem os recolhimentos aos cofres públicos. Kohama (2008, p. 60) conceitua receita pública da seguinte forma:

Entende-se, genericamente, por Receita Pública todo e qualquer recolhimento feito aos cofres públicos, quer seja efetivado através de numerário ou outros bens representativos de valores – que o Governo tem o direito de arrecadar em virtude de Leis, contratos ou quaisquer outros títulos de que derivem direitos em favor do estado –, quer seja oriundo de alguma finalidade específica, cuja arrecadação lhe pertença ou caso figure como depositário dos valores que não lhe pertencerem.

De acordo com a Portaria Interministerial nº 163/2001, as contas públicas devem obedecer a padrões de consolidação nas esferas de governo federal, estadual, distrital e municipal, oferecendo uma uniformidade para a classificação orçamentária de receitas e despesas públicas. As receitas públicas são detalhadas no Manual da Receita e são divididas em dois grupos, as receitas orçamentárias e as receitas extra-orçamentárias.

De acordo com o Manual de Procedimentos da Receita Pública da Secretaria do Tesouro Nacional(2008), as receitas públicas são definidas como:

Receitas Públicas são todos os ingressos de caráter não devolutivo auferidas pelo poder público, em qualquer esfera governamental, para alocação e cobertura das despesas públicas. Dessa forma, todo o ingresso orçamentário constitui uma receita pública, pois tem como finalidade atender às despesas públicas.

As receitas são previstas diferentemente das despesas que são fixadas. A previsão de receitas públicas é uma expectativa do ente competente em arrecadar determinado valor para assim custear os serviços públicos à população. As receitas orçamentárias são os valores efetivos pertencentes ao Estado, são entradas que não serão restituídas, como, por exemplo: tributos, transferências, operações de créditos, entre outros. Essas arrecadações são previstas na LOA e executadas de acordo com o orçamento.

As receitas extra-orçamentárias são aquelas que não integram o orçamento público, sendo assim, não pertencem ao Estado. São ingressos temporários com os quais o Estado mantém uma característica de depositário. Esses ingressos são denominados recursos de terceiros. São exemplos de receitas extra-orçamentárias as fianças e cauções depositadas pelos

participantes de processos licitatórios e as antecipações de receita orçamentária (ARO), entre outros. O Quadro 6 apresenta a separação das receitas orçamentárias em receitas correntes e receitas de capital.

Receitas Correntes	Receitas de Capital
Receita Tributária Receita de Contribuições Receita Patrimonial Receita Agropecuária Receita Industrial Receita de Serviços Transferências Correntes Outras Receitas Correntes	Operações de Crédito Alienação de Bens Amortização de Empréstimos Transferências de Capital Outras Receitas de capital

Quadro 6: Tipos de Receitas Orçamentárias.

Fonte: Adaptado de Cruz (1989).

Os estágios da receita pública representam as fases percorridas pela receita na execução orçamentária e são descritos por Araújo e Arruda (2006, p. 95) da seguinte forma:

Previsão: indica a expectativa da receita por parte da Fazenda Pública, configurando-se no detalhamento do que se pretende arrecadar no exercício financeiro, com o objetivo de custear os serviços governamentais programados para o mesmo período;

Na Lei de Orçamento Anual (LOA), são previstas as receitas correntes, subdivididas em tributárias, transferências correntes e outras receitas correntes. Exemplificando cada uma dessas subdivisões da receita corrente, respectivamente, pode-se citar: impostos como o IPTU, transferências intergovernamentais como o fundo de Participação dos Municípios e receita da dívida ativa. Já as receitas de capital estão subdivididas em operações de crédito e alienações de bens. De acordo com Araújo e Arruda (2006, p. 95), o estágio de lançamento é definido como:

Lançamento: individualização e cadastramento dos contribuintes, discriminando a espécie, o valor e o vencimento dos tributos devidos por cada um deles. O lançamento pode ocorrer de modo:

- a) *direto*: quando o Estado conhece objetivamente o valor que deverá ser arrecadado, por exemplo, o Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana – IPTU;
- b) *homologação*: quando o Estado homologa o valor que foi pago pelo contribuinte de forma tácita, realizando fiscalizações para verificar a adequação, como ocorre com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS;
- c) *declaração*: quando o imposto é registrado e cobrado com base em declarações feitas pelo contribuinte. Nessa situação, temos o Imposto de Renda – IR;

Os lançamentos podem ser comparados à escrituração contábil das empresas privadas, ou seja, é o registro das operações do ente. Os sistemas utilizados são o orçamentário, financeiro e patrimonial. Como exemplo de lançamentos, pode-se citar a previsão de receitas e o empenho de despesas. De acordo com Araújo e Arruda (2006, p. 95), o estágio de arrecadação é definido como:

Arrecadação: representa o momento em que o contribuinte liquida suas obrigações para com o Estado junto aos agentes arrecadadores (bancos e funcionários fazendários);

A arrecadação é o momento em que o cidadão liquida a obrigação com o ente. Como exemplo, pode-se citar o pagamento de um carnê de IPTU em uma unidade arrecadadora, um banco, referente ao imposto devido sobre a residência ou local onde um comércio se estabelece. Finalizando ainda com Araújo e Arruda (2006, p. 95), segue a definição de recolhimento, que “é o ato pelo qual os agentes arrecadadores entregam diretamente ao tesouro Público o produto da arrecadação.”

O recolhimento acontece no exato momento em que a unidade arrecadadora repassa efetivamente o valor arrecadado para a conta do ente público.

A receita pública passa por todas essas etapas antes de chegar às mãos dos gestores da administração pública. A utilização da receita estará disponível após esse ciclo e será aplicada de acordo com o que está descrito na Lei Orçamentária Anual.

As despesas públicas são os desembolsos efetuados pelo Estado para atendimento aos serviços e obrigações assumidas de acordo com o interesse da coletividade, diante das determinações constantes na Constituição Federal, leis, contratos e outros instrumentos. Kohama (2008, p. 87) define despesa pública como:

Gastos fixados na lei orçamentária ou em leis especiais e destinados à execução dos serviços públicos e dos aumentos patrimoniais; à satisfação dos compromissos da dívida pública; ou ainda à restituição ou pagamento de importância recebida a título de cauções, depósitos, consignações etc.

Kohama (2008) classifica a despesa pública em dois grupos: despesa orçamentária e despesa extra-orçamentária. A despesa orçamentária é aquela que depende de autorização legislativa e fixação no orçamento público. Já despesa extra-orçamentária é aquela paga independentemente da lei orçamentária, pois se caracteriza por saídas de passivo financeiro, compensações de entradas no ativo financeiro, originadas por receitas extra-orçamentárias e corresponde à restituição de valores como cauções, depósitos, consignações e outros.

Da mesma maneira que a receita, a classificação da despesa pública orçamentária é dada pela Portaria Interministerial nº 163/2001(2001). Essa Portaria classifica a despesa segundo a natureza em categoria econômica, grupo de natureza da despesa e elemento da despesa. Em relação à categoria econômica, é dividida em despesa corrente e de capital. Quanto ao grupo econômico, correspondem às contas que apresentam características similares quanto ao objeto gasto e, quanto ao elemento da despesa, caracterizam os objetos gastos.

Na LOA, o detalhamento da despesa deve ser feito no mínimo por elementos que demonstrem o desdobramento da despesa. O Quadro 7 resume a classificação da despesa quanto a sua natureza.

Categoria Econômica	03 – Despesa Corrente 02 – Despesa de Capital
Grupos de Despesas	01 – Pessoal e Encargos Sociais 02 – Juros e Encargos da Dívida Interna 03 – Juros e Encargos da Dívida Externa 04 – Outras Despesas Correntes 05 – Investimentos 06 – Inversões Financeiras 07 – Amortização da Dívida Interna 08 – Amortização da Dívida Externa
Modalidades de Aplicação	15 – Transf. Intragov. Entidades dos Orçamentos Fiscais/Seg. Social ... 90 – Aplicações Diretas
Elementos de Despesa	01 – Aposentadorias e Reformas... 99 – Regime de Execução Especial

Quadro 7: Classificação da despesa quanto à natureza.

Fonte: Adaptado de Castro e Gomes (2000).

O Manual da Despesa Nacional de 2008 traz algumas modificações para a classificação quanto ao desdobramento da natureza das despesas, conforme mostra o Quadro 8 abaixo:

Grupos de Despesas	01 – Pessoal e Encargos Sociais 02 – Juros e Encargos da Dívida 03 – Outras Despesas Correntes 04 – Investimentos 05 – Inversões Financeiras 06 – Amortização da Dívida 07 – Reserva do RPPS 08 – Reserva de Contingência
---------------------------	--

Quadro 8: Classificação da despesa quanto à natureza em 2008.

Fonte: Adaptado do Manual da Despesa Nacional (2008).

A doutrina contábil aponta para quatro estágios da despesa pública. Os estágios são denominados fixação, empenho, liquidação e pagamento. Darós (2008) explica claramente cada um dos quatro estágios da despesa. A fixação da despesa ocorre na Lei Orçamentária Anual com a determinação dos montantes que os órgãos pretendem gastar durante no exercício. Na fixação da despesa, devem ser respeitadas as classificações orçamentárias segundo a categoria econômica, funcional, institucional e a fonte de recursos. Após a fixação da despesa e o início do exercício financeiro, o Poder Executivo aprova um quadro de cotas trimestrais da despesa que cada unidade orçamentária fica autorizada a utilizar. Assim, os órgãos e entidades passam a executar o orçamento por meio de empenhos nas dotações fixadas.

A Lei 4.320/64, Brasil (1964), define o que são empenhos em seu artigo 58 e, a seguir no artigo 59, diz que o empenho da despesa não poderá exceder o limite dos créditos concedidos. No terceiro estágio, a despesa que foi fixada e empenhada passa pela fase da liquidação. Segundo o art. 63 da Lei 4320/64, a “liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito”. O último estágio da despesa é o pagamento quando o ente público efetua a transferência dos recursos financeiros para o credor.

2.8 Fontes de Financiamento – Transferência de Recursos

Para identificar e codificar receitas e despesas foi desenvolvido uma classificação e uma sequência lógica numérica para mapeamento dos itens integrantes do orçamento. Por meio dessa classificação, é possível rastrear as origens de recursos e o destino da aplicação destes de forma padronizada. De acordo com Castro e Gomes (2000, p. 48), “Fonte é o agrupamento de receitas por natureza sob determinados códigos, consoante a vinculação legal dos respectivos dispêndios”. A fonte determina de onde veio o recurso a ser aplicado. O financiamento das atividades do Estado vem de distintas fontes, entre elas, as fontes próprias, as transferidas, os convênios, entre outras formas.

De acordo com Darós (2008), a utilização da classificação por fontes de recursos tem como finalidade principal indicar, na programação de trabalho, a origem dos recursos que estão financiando cada item de despesa. Ela serve para demonstrar também qual a proporção de recursos próprios das entidades da administração indireta e a sua maior ou menor dependência em relação aos recursos transferidos pelo Tesouro.

De acordo com Darós (2008), na programação de despesa, a fonte de recursos é indicada por um código de três dígitos, em que o primeiro dígito indica o grupo de fontes (Tesouro e outras fontes), e o segundo e terceiro dígitos indicam a fonte propriamente dita. São cinco os grupos de fontes:

- 1 - Recursos do Tesouro - Exercício Corrente
- 2 - Recursos de Outras Fontes - Exercício Corrente
- 3 - Recursos do Tesouro - Exercícios Anteriores
- 6 - Recursos de Outras Fontes - Exercícios Anteriores
- 9 - Recursos Condicionados

De acordo com o entendimento de Darós (2008), as transferências de recursos também são fontes de financiamento das atividades realizadas pelo Estado. As transferências são subdivididas em constitucionais, legais e voluntárias.

De acordo com a definição encontrada no Portal da Transparência (2009), Transferências Constitucionais são:

transferências, previstas na Constituição Federal, de parcelas das receitas federais arrecadadas pela União e que devem ser repassadas aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. O objetivo do repasse é amenizar as desigualdades regionais e promover o equilíbrio socioeconômico entre Estados e Municípios.

Dentre as principais transferências da União para os Estados, o DF e os Municípios, previstas na Constituição, destacam-se: o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE); o Fundo de Participação dos Municípios (FPM); o Fundo de Compensação pela Exportação de Produtos Industrializados (FPEX); o Fundo de Manutenção e de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF); e o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR).

De acordo com a definição passada pelo Portal da Transparência (2009), as Transferências Legais “são as parcelas das receitas federais arrecadadas pela União, repassadas aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, previstas em leis específicas”. Essas leis determinam a forma de habilitação, a transferência, a aplicação dos recursos e como deverá ocorrer a respectiva prestação de contas.

Dentre as principais transferências da União para os Estados, o DF e os Municípios, previstas em lei, destacam-se: o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE), o Programa Dinheiro

Direto na Escola (PDDE), o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, entre outros.

De acordo com Darós (2008), há basicamente duas modalidades de transferências legais:

- aplicação dos recursos repassados que não está vinculada a um fim específico;
- aplicação dos recursos repassados que está vinculada a um fim específico.

Darós (2008) explica que, no primeiro caso, o Estado ou Município possui discricionariedade para definir a despesa correspondente ao recurso repassado a estes. É o caso, por exemplo, dos *royalties* do petróleo, conforme a Lei nº 7.435/851, que são repassados aos municípios, a título de indenização, sobre o valor do óleo, do xisto betuminoso e do gás extraídos de suas respectivas áreas, onde se fizer a lavra do petróleo. Na segunda modalidade, a transferência legal tem um aspecto finalístico, ou seja, os recursos são repassados para atender a uma despesa específica. Esse mecanismo tem sido utilizado, nos últimos anos, para repassar recursos aos municípios em substituição aos convênios (que serão discutidos nas próximas unidades), tendo em vista a importância e abrangência da ação governamental.

Já as transferências voluntárias, de acordo com Darós (2008), são definidas no art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal, LRF), como a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.

Outra forma de financiamento concerne aos Recursos a Fundo Perdidos, que de acordo com o Portal da Transparência é um investimento realizado sem expectativa de retorno de montante investido. Esse tipo de investimento é realizado geralmente pelo Estado no sentido de melhorar as condições de existência de setores de baixa renda, como a construção de moradias populares, saneamento básico, ou mesmo realizações de obras de infra-estrutura como estradas, que estimulam os investimentos privados através da oferta de um produto ou serviço antes inexistente.

2.9 Prestação de Contas, Transparência, Convênios e Consórcios

Com a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal, as entidades públicas passaram a ser obrigadas ao cumprimento de novas exigências em relação à transparência de informações e prestação de contas. Os artigos da LRF que abordam especificamente sobre transparência e controle fiscal são os de número 48 a 59.

Cruz *et al.* (2001, p. 183) esclarecem o que é transparência:

A transparência na gestão fiscal é tratada na Lei como um princípio de gestão, que tem por finalidade, entre outros aspectos, franquear ao público acesso a informações relativas às atividades financeiras do Estado e deflagrar, de forma clara e previamente estabelecida, os procedimentos necessários à divulgação dessas informações.

A publicação das informações e o entendimento destas são passos necessários para alcançar o princípio da transparência. Informação transparente é mais do que informação pública. De acordo com a interpretação dada por Platt Neto (2009) sobre o conceito de informação transparente inicialmente apresentado pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina, a informação transparente deve pública e também compreensiva.

De acordo com o artigo 48, da Lei Complementar nº 101/00, são instrumentos de transparência na gestão fiscal:

São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e Leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

De acordo com o entendimento de Cruz *et al.* (2001, p. 184), a LRF, em seu artigo 48, ao referir-se aos meios eletrônicos de acesso público, aponta para a internet (rede mundial de computadores), possibilitando a popularização de acesso e conhecimento das informações sobre o desempenho das administrações públicas.

De acordo com a CF/88, em seu artigo 70, parágrafo único:

Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.

De acordo com entendimento dado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, todas as esferas de poder serão analisadas e terão suas contas aprovadas ou não pelo órgão competente para esse julgamento. Acompanhar a execução orçamentária dos entes públicos é um direito e um dever de cada cidadão. Os interessados nos resultados da administração pública podem perceber como os recursos são captados e empregados e se as ações estão de acordo com as leis orçamentárias. Com a transparência e prestação de contas exigidas de maneira mais imperativa pela LRF, os órgãos responsáveis pela fiscalização das atividades orçamentárias dos entes públicos têm a possibilidade de empreender ação mais enérgica no combate aos desvios e também se possibilitam as ações preventivas quanto aos excessos cometidos pelos maus gestores.

O Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse. De acordo com o texto encontrado no art. 1º, é possível identificar as principais partes envolvidas na celebração desse instrumento:

Art. 1º Este Decreto regulamenta os convênios, contratos de repasse e termos de cooperação celebrados pelos órgãos e entidades da administração pública federal com órgãos ou entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, para a execução de programas, projetos e atividades de interesse recíproco que envolvam a transferência de recursos oriundos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União.

I - convênio - acordo, ajuste ou qualquer outro instrumento que discipline a transferência de recursos financeiros de dotações consignadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União e tenha como partícipe, de um lado, órgão ou entidade da administração pública federal, direta ou indireta, e, de outro lado, órgão ou entidade da administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, ou ainda, entidades privadas sem fins lucrativos, visando a execução de programa de governo, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação.

O Decreto nº 6.170 também dispõe, nesse mesmo artigo, sobre contrato de repasse, termo de cooperação, concedente, contratante, conveniente, contratado e interveniente, além de outros elementos relacionados aos convênios.

Os convênios são mais uma forma de obtenção de recursos para a realização das atividades e obras necessárias ao desenvolvimento do Estado e satisfação das necessidades da coletividade.

De acordo com a definição apresentada por Di Pietro (2002, p. 189), “convênio é um dos instrumentos que o Poder Público utiliza para associar-se quer com outras entidades públicas quer com entidades privadas”. Chega-se ao entendimento de que o convênio é uma

parceria entre entes que possuem algum objetivo comum e se associam para realizá-lo. É um acordo de vontades, que possui suas próprias características. Existem características que distinguem convênios de contratos. Di Pietro cita características próprias relacionadas aos convênios:

- a) os entes conveniados têm objetivos institucionais comuns e se reúnem para alcançá-los;
- b) os participantes do convenio tem competências institucionais comuns;
- c) no convênio, os partícipes objetivam a obtenção de um resultado comum;
- d) no convênio, verifica-se a mútua colaboração;
- e) nos convênios, as vontades se somam, atuam paralelamente, para alcançar interesses e objetivos comuns;
- f) no convênio existem partícipes com as mesmas intenções.

Quanto à legalidade dos convênios, a Constituição Federal de 1988 traz em seu artigo 23, parágrafo único, que “Lei complementar fixará normas para a cooperação entre União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional”. A possibilidade de associação por meio de convênios está implícita nesse artigo da CF/88. O Código Tributário Nacional aborda os convênios entre Estados e Municípios com a União no art. 83, conforme se pode observar abaixo:

Art. 83. Sem prejuízo das demais disposições deste título, os Estados e Municípios que celebrem com a união convênios destinados a assegurar ampla e eficiente coordenação dos respectivos programas de investimento e serviços públicos, especialmente no campo da política tributária.

O art. 83 do CTN está em acordo com a CF/88, uma vez que está fundamentado no mesmo dever de cooperação recíproca entre entes, na busca do bem-estar coletivo.

Já os convênios celebrados entre entes públicos e privados são estruturados com o objetivo de fomentar, não sendo permitida a delegação de serviços públicos. De acordo com Di Pietro (2002), “caracteriza-se este por ser uma forma de incentivar a iniciativa privada de interesse público”. O ente público deixa a atividade ser desenvolvida pelo ente da iniciativa privada, apenas incentivando-o, com o objetivo de obter benefícios à coletividade.

Tanto os convênios como os consórcios são ferramentas utilizadas pelo poder público para a cooperação e desenvolvimento da gestão de serviços públicos que beneficiem a coletividade. Notam-se pontos em comum entre as duas modalidades, pois o objetivo final é somar forças para a realização de algo comum aos entes envolvidos. Di Pietro (2002) relata que, na realidade, a semelhança entre convênio e consórcio é muito grande, só que o convênio se celebra entre uma entidade pública e outra entidade pública, de natureza diversa, ou outra

entidade privada, e o consórcio é sempre entre entidades da mesma natureza: dois Municípios ou dois Estados.

De acordo com a Lei Complementar 11.107/2005, os consórcios públicos são parcerias realizadas por dois, três ou mais entes da federação, com o objetivo de realizar o interesse comum. Os consórcios, segundo informações divulgadas pelo Governo, são originários de associações de municípios com o intuito de promover áreas como a saúde, a educação, a realização de obras com abrangência e benefícios a mais de um território, água e saneamento, energia, entre outras. Um dos objetivos dos consórcios públicos é promover o alcance da gestão pública em regiões metropolitanas, assim, a solução de problemas comuns acontece pelo desenvolvimento de ações conjuntas. A união de pequenos municípios em consórcio, por exemplo, viabiliza o melhoramento técnico, gerencial e econômico da atividade a ser realizada.

De acordo com as informações divulgadas pelo Planalto do Governo na internet, o governo federal começou a discutir a lei dos consórcios em agosto de 2003, com o objetivo de regulamentar o artigo 241 da Constituição e dar mais segurança jurídica e administrativa às parcerias entre os entes consorciados.

A Lei 11.107/2005 regulamentou o artigo 241 da CF, dispondo sobre normas gerais de contratação por meio de consórcios públicos no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, para realização do interesse comum desses entes estatais e por meio de gestão associada citada no referido dispositivo constitucional.

O consórcio público detém personalidade jurídica própria. O consórcio público, quando criado como associação pública, terá personalidade jurídica de direito público e participará da administração indireta. Pode ser formulado com personalidade de direito privado, como visto na legislação civil.

Di Pietro (2002) explica que o consórcio também existe no âmbito do Direito privado, como modalidade de concentração de empresas, que se associam mutuamente para assumir atividades e encargos que isoladamente não teriam força econômica, técnica e financeira para executar.

O artigo 278, § 1º da Lei das S.A. (Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976) destaca: “o consórcio não tem personalidade jurídica e as consorciadas somente se obrigam nas condições previstas no respectivo contrato, respondendo cada uma por suas obrigações, sem presunção de solidariedade.”

Para administrar os consórcios são necessários alguns requisitos, entre os quais se encontra um dos requisitos destacados por Di Pietro (2002), que afirma inicialmente:

que não é obrigatória a criação de uma pessoa jurídica para administrar o consórcio. Pode haver consórcios que não demandem a criação de uma entidade personalizada. Ou ainda, por opção política, decida-se pela não criação.

Pelo entendimento dado por Di Pietro (2002), independentemente de quem irá administrar o consórcio, este estará administrando dinheiro público. Sendo assim, as contratações serão efetuadas mediante concurso público, e os contratos serão celebrados a partir de licitações. De acordo com as informações sobre consórcios divulgadas pelo *site* do Governo, no Quadro 9, apresentam-se alguns dos consórcios públicos ativos no Brasil em 2009:

<ul style="list-style-type: none"> • Consórcios de desenvolvimento regional Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE
<ul style="list-style-type: none"> • Consórcios de informática Consórcio intermunicipal de informática (SP)
<ul style="list-style-type: none"> • Consórcios de informática Consórcio intermunicipal de informática (SP)
<ul style="list-style-type: none"> • Consórcios de saúde Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Ribeira (SP) Consórcio Intermunicipal de Saúde (CIS) da Região de Laguna (SC)
<ul style="list-style-type: none"> • Consórcios de meio ambiente, recursos hídricos e saneamento Consórcio Riberão Lageado (SP) Consórcio Intermunicipal do Iberê (SC) Consórcio Lambari (SC)

Quadro 9: Exemplos de Consórcios ativos no Brasil.
Fonte: Adaptado do site do Planalto do Governo (2009).

Estes são apenas alguns exemplos dos consórcios que estão ativos neste ano de 2009 no cenário econômico brasileiro. São múltiplas as naturezas e os objetivos dessas parcerias. Os bancos de desenvolvimento regional são exemplos bem conhecidos de incentivo ao fomento, assim como os consórcios voltados à saúde e infra-estrutura.

3 DESENVOLVIMENTO

Este capítulo da pesquisa divide-se entre a criação da Região Metropolitana da Grande Florianópolis, os motivos de sua formação, a experiências brasileiras diante de outras regiões metropolitanas e propósitos de sua existência, culminando na verificação de sua habilitação legal.

3.1 A Região Metropolitana da Grande Florianópolis

O poder para criação de regiões metropolitanas foi atribuído aos Estados brasileiros por meio da Constituição Federal de 1988. Algumas dificuldades surgiram ao longo dos anos e estão relacionadas à extensão e abrangência dessas regiões. Em Santa Catarina (SC), foram criadas seis regiões metropolitanas. Para este estudo, será levada em consideração a Região Metropolitana de Florianópolis, doravante denominada Grande Florianópolis.

Apresentada no capítulo dois, a Grande Florianópolis é uma região metropolitana brasileira criada pela Lei Complementar Estadual nº 162 de 1998. Os municípios presentes nessa formação são Biguaçu, Florianópolis, Palhoça e São José. Esses municípios formam uma área contínua e são denominados municípios conurbados. Continuando a enumeração dos demais municípios integrantes da Região Metropolitana de Florianópolis, tem-se: Águas Mornas, Antônio Carlos, Governador Celso Ramos, Santo Amaro da Imperatriz e São Pedro de Alcântara.

A área de expansão da Região da Grande Florianópolis compreende ainda os municípios de Alfredo Wagner, Angelina, Anitápolis, Canelinha, Garopaba, Leoberto Leal, Major Gercino, Nova Trento, Paulo Lopes, Rancho Queimado, São Bonifácio, São João Batista e Tijucas. A soma total de municípios integrantes da Região Metropolitana da Grande Florianópolis alcança 22 municípios. A Figura 1 apresenta a antiga formação das regiões metropolitanas existentes em Santa Catarina.



Figura 1: Regiões Metropolitanas de Santa Catarina.
Fonte: Adaptado do IBGE (2009).

De acordo com o propósito identificado por Theis *et al.* (2001), a criação das regiões metropolitanas surgiu a partir da identificação de lacunas que não conseguiam ser preenchidas somente pelas políticas administrativas do município. Isoladamente, os municípios de uma determinada área revelavam-se incapazes de encontrar soluções viáveis para a resolução de problemas relacionados a infra-estrutura, transporte coletivo, saneamento e esgoto. Essas atividades possuem uma característica em comum, iniciam dentro dos limites geográficos de uma cidade e terminam em outra cidade vizinha.

A institucionalização das regiões metropolitanas foi efetivada no ano de 1973/74 com o reconhecimento das peculiaridades dos problemas encontrados nas regiões aglomeradas. O documento que reconheceu a forma institucional das regiões metropolitanas foi a Lei Complementar nº 14.

A partir do conceito de conurbação e do crescimento das cidades, verificou-se que os municípios haviam se unido, formando uma única região. O Projeto de Lei 01/97 foi amplamente discutido por seus mentores, conforme anexo ao final desta pesquisa, e findou na base para a criação de regiões metropolitanas catarinenses. O PL 01/97 detinha o propósito de fortalecer o planejamento administrativo de maneira que as cidades juntas pudessem somar esforços e resolver integradamente os problemas resultantes do rápido processo de urbanização.

As regiões metropolitanas habilitadas funcionam como uma assembléia, que é presidida por um dos prefeitos municipais integrantes, e cujos assuntos são expostos e devem ser votados, sendo aprovados ou rejeitados pelo voto dos representantes dos outros municípios que compõem a região. A presidência da região é modificada de tempos em tempos de forma democrática.

A dificuldade de mensuração dos resultados alcançados pelas regiões metropolitanas coloca em dúvida a sua real eficiência. Há grande dificuldade em identificar se o propósito legal da região metropolitana é eficaz o bastante no sentido de beneficiar todos os municípios integrantes com uma política geral de investimentos.

As vantagens que a região metropolitana sobrepõe a um município isolado parte do recebimento de recursos. O art. 6º da Lei Complementar nº 14/73 estabelece que os municípios da região metropolitana que participarem da execução do planejamento integrado e dos serviços comuns terão preferência na obtenção de recursos federais e estaduais. Outro argumento para a execução de serviços pelas regiões metropolitanas está ligado à escala.

Assim, pode ser caracterizada como vantagem das formações metropolitanas a indivisibilidade dos investimentos. Os municípios unidos viabilizam a realização de serviços e obras que não poderiam ser efetuados individualmente para cada uma das unidades municipais que compõem a região. As cidades-sede acabam tornando-se metrópoles e passam a ser centros econômicos de importância, recebendo indústrias e sediando serviços públicos.

De acordo com as informações retiradas de pesquisa realizada pelo Observatório das Metrópoles (2009), até o final de 2008, o Brasil contava com 24 regiões metropolitanas. Essas 24 regiões metropolitanas são formadas por 402 municípios, que estão distribuídos por 20 Estados brasileiros, inclusive o Distrito Federal. De acordo com o senso populacional realizado em 2007 pelo IBGE, essas regiões metropolitanas abrigam quase 80 milhões de pessoas, ou seja, quase 50% da população brasileira. Além das 24 regiões metropolitanas, existem três Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico.

As associações de municípios interagem com as regiões metropolitanas, promovendo estudos e pesquisas, encontros e fóruns voltados à discussão sobre melhores maneiras para conduzir o processo de desenvolvimento urbano sustentável. Além das estatísticas, as associações de municípios trabalham como parceiras dos municípios e regiões metropolitanas, fornecendo suporte técnico sobre assuntos relacionados aos municípios. A FECAM (Federação Catarinense de Municípios) é a representante no Estado de SC. Agregadas à FECAM, outras associações regionais também se fazem presentes, como, por exemplo, a GRANFPOLIS (Associação dos Municípios da Grande Florianópolis).

Anexa a este estudo, foi contemplada a justificativa do ante-projeto de lei que institui a Região Metropolitana de Florianópolis. Nessa justificativa, de maneira detalhada, encontram-se os aspectos gerais da criação da região, os conceitos, as necessidades alegadas e as comprovações estatísticas dos aspectos legais obrigatórios para a formação da região metropolitana e a composição desta. Além disso, no apêndice, localizam-se as informações de cada município integrante da Grande Florianópolis.

3.2 A Criação – Lei Complementar Estadual nº 162 de 1998

As regiões metropolitanas são inicialmente citadas na Constituição Federal de 1988, no art. 25, § 1º. O texto constitucional dá poderes aos Estados e permite, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, ou seja, vizinhos, visando à aceleração do desenvolvimento da região como um todo.

Em Santa Catarina, a regulamentação das regiões metropolitanas está descrita na Constituição Estadual, no art. 114, seção V. No § 1º dessa seção, encontram-se descritos quais os tipos de elementos devem ser analisados para a criação de uma região metropolitana. Primeiramente, deve-se levar em conta população, crescimento demográfico, grau de concentração e fluxos migratórios. Na sequência, atividade econômica e perspectivas de desenvolvimento, fatores de polaridade e, por último, deficiência de recursos públicos em um ou mais municípios com implicação no desenvolvimento da região. O § 3º destaca que os municípios poderão criar associações, consórcios e entidades intermunicipais para a realização de ações, obras e serviços de interesse comum.

Na Lei Complementar Estadual nº 104, de janeiro de 1994, no art. 3º, são mencionadas as funções públicas de interesse regional, as quais podem ser entendidas como as áreas que necessitam de desenvolvimento e merecem atenção especial do gestor público. Entre as áreas de maior interesse coletivo estão: serviços de utilidade pública, compreendendo as áreas da saúde, educação, transporte coletivo, segurança pública, limpeza pública, abastecimento de água, esgoto sanitário e abastecimento alimentar. No texto do art. 3º, também há menção sobre o exercício de poder de polícia administrativa para: preservação ambiental, controle do uso e ocupação do solo, preservação do patrimônio histórico cultural, definição e execução do sistema viário intra-regional, utilização de incentivos técnicos e financeiros como estímulo à atividade econômica e instituição de tributos.

Analisando o Projeto de Lei 01/97, projeto este que subsidiou a criação da Lei Complementar Estadual 162/98, descobriu-se que o movimento de criação da Região Metropolitana de Florianópolis partiu de 21 prefeitos de cidades que fazem parte, hoje, da Associação de Municípios da Grande Florianópolis – GRANFPOLIS.

O Substitutivo Global nº 19 ao PLC nº 01/97 contempla uma justificativa que explica algumas das motivações para a criação das regiões metropolitanas: a participação igualitária dos municípios que as integram, a participação de todos os prefeitos no apoio e nas decisões da região e a implantação de orçamento regionalizado, que proporcionaria entrosamento entre as aspirações regionais.

A criação das três primeiras regiões metropolitanas do Estado de Santa Catarina aconteceu na data de 6 (seis) de janeiro de 1998, com a aprovação da Lei Complementar nº 162.

A Lei Complementar 162/98 criou as Regiões Metropolitanas de Florianópolis, Vale do Itajaí e Norte/Nordeste de SC. No art. 2 da LC 162, está definido que as regiões metropolitanas seriam compostas por um núcleo metropolitano, sendo escolhida uma cidade da mesma maneira como uma capital é para seu Estado, e por uma área de expansão. As sedes das regiões metropolitanas criadas pela Lei Complementar 162 foram estabelecidas respectivamente nos municípios de Florianópolis, Blumenau e Joinville.

Art. 2 As Regiões Metropolitanas de Florianópolis, do Vale do Itajaí e da Norte/Nordeste Catarinense serão compostas por um Núcleo Metropolitano e uma Área de Expansão Metropolitana, tendo como sede, respectivamente, os Municípios de Florianópolis, Blumenau e Joinville.

As áreas de expansão das regiões metropolitanas foram compostas por municípios que apresentavam dependência de equipamentos de outros municípios do núcleo metropolitano e de prestação de serviços, como, por exemplo, assistência médica hospitalar nos hospitais regionais e municipais. Outra característica dos municípios formadores da área de expansão é a necessidade de apresentarem possível desenvolvimento integrado quando houver a complementação de funções. Segue o texto integral do art. 4, da LC 162/98:

Art. 4 Incluem-se na Área de Expansão Metropolitana de Florianópolis, do Vale do Itajaí e do Norte/ Nordeste Catarinense os municípios que:

I – apresentem dependência de utilização de equipamentos públicos e serviços especializados do Núcleo Metropolitano, com implicação no desenvolvimento da região;

II – apresentem perspectiva de desenvolvimento integrado, através da complementaridade de funções.

O art. 8º, da LC 162, define que os municípios criados decorrentes dos municípios integrantes das regiões metropolitanas deverão também integrá-las. O art. 10, da LC 162, por sua vez, destaca a criação de consórcios intermunicipais para a realização de obras e serviços de interesse comum e que visem o benefício da população como um todo da região metropolitana, como se pode observar:

Art. 10 Os municípios poderão criar consórcios intermunicipais para a realização de ações, obras e serviços de interesse comum.

Parágrafo único. Os consórcios deverão ser auto-suficientes em termos financeiros, não devendo onerar os demais municípios da Região Metropolitana que deles não participem.

Esse artigo define o propósito maior das regiões metropolitanas, qual seja, a cooperação mútua para o desenvolvimento regional uniforme. A possibilidade de realização de obras de grande vulto por apenas um município se torna difícil, porém, a junção de esforços e recursos viabiliza essas realizações. Como exemplo de grandes obras de interesse regional, tem-se: pontes ligando municípios vizinhos, implantação de pequenas hidrelétricas para abastecimento regional, hospitais para atender as demandas dos municípios integrantes da região, escolas profissionalizantes para combater o desemprego local, obras relacionadas à habitação popular etc.

Já o art. 18 da mesma lei aborda a criação do FDM (Fundo de Desenvolvimento Metropolitano) das três regiões metropolitanas criadas. O FDM deveria ser vinculado à Secretaria de Estado da Fazenda (SEF), e seu principal objetivo seria o de agir como instrumento financeiro voltado ao subsídio, total e/ou parcial, das realizações das regiões metropolitanas. A forma de utilização desses recursos seria a fundo perdido.

Esse mesmo artigo destaca em seus incisos as modalidades de uso dos recursos do FDM e proveniência de recursos, a saber:

Art. 18. Vinculados à Secretaria de Estado da Fazenda ficam criados os Fundos de Desenvolvimento Metropolitano de Florianópolis, do Vale do Itajaí e do Norte/Nordeste Catarinense, instrumentos financeiros de caráter rotativo, destinados a financiar, total ou parcialmente, sob a forma de empréstimo ou a fundo perdido:

I – as atividades de planejamento de desenvolvimento das respectivas Regiões Metropolitanas;

II – a gestão dos planos, programas, projetos e ações relativos às respectivas Regiões Metropolitanas;

III – a execução de funções públicas de interesse comum no âmbito da sua Região Metropolitana;

IV – a execução e a operação de serviços urbanos de interesse da Região Metropolitana.

3.3 Contribuições da Região da Grande Florianópolis e a Experiência Brasileira

Vistos os motivos que impulsionaram a criação da Região Metropolitana de Florianópolis, é possível destacar avanços em algumas áreas, como a de saneamento e a de abastecimento alimentar.

Em relação ao abastecimento de água e tratamento de esgoto, destaca-se a mescla de ações entre a CASAN, Companhia de Água e Saneamento de Santa Catarina, e os SAMAE, entidades responsáveis pela área de água e esgoto em municípios que declararam a independência total ou parcial da CASAN. Na Região Metropolitana de Florianópolis, a maioria dos municípios ainda é atendida pela CASAN, mas existem os que possuem SAMAE, como, por exemplo, o município de Governador Celso Ramos. As obras realizadas nessas áreas nos últimos anos foram as estações de tratamento de esgoto em Florianópolis, mas que não dizem respeito à cooperação de municípios da região, mesmo que o benefício gerado atinja indiretamente as pessoas que passam pela cidade de Florianópolis todos os dias. Os aterros sanitários atendem mais de um município da região e são viabilizados por intermédio da soma de esforços regionais, bem como as obras de canalização de água e esgoto efetuadas com a junção de recursos da CASAN, SAMAE e prefeituras.

O abastecimento alimentar da Grande Florianópolis é garantido por meio da produção dos municípios de Antônio Carlos, Santo Amaro da Imperatriz, Angelina, Águas Mornas, São Bonifácio e São Pedro de Alcântara. Esses municípios contam com um alto índice de produção agrícola, em especial de hortifrúti. A produção é caracterizada por pequenos produtores e propriedades familiares. Existem incentivos para que o pequeno produtor permaneça em sua propriedade, e projetos como o Microbacias 1, 2 e 3, porém esses fomentos têm origem estadual e não regional. Em relação ao abastecimento alimentar, não foi encontrado desenvolvimento de projeto específico para a área e a região de abrangência da Região Metropolitana da Grande Florianópolis.

De acordo com a Lei Complementar nº 14, de 1973, e mediante o conceito de conurbação ou conurbado, foi criada a idéia de região metropolitana. Essas regiões foram definidas como estruturas territoriais, formadas por conjuntos de municípios brasileiros e pelas aglomerações do seu entorno.

O artigo 25, da CF/88, atribui aos Estados a instituição de regiões metropolitanas. A criação dessas regiões se dá por meio de Leis Complementares estaduais. As regiões metropolitanas são constituídas por agrupamentos de municípios vizinhos, que fazem limites

territoriais entre si, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

Conforme conceito anteriormente visto no capítulo 2, uma região metropolitana, ou área metropolitana, é um grande centro populacional, que consiste em uma grande cidade central (uma metrópole) e sua zona adjacente de influência. No Brasil, são perceptíveis inúmeras formações com essas características, como, por exemplo, a Grande São Paulo, que forma um dos maiores aglomerados urbanos do mundo. Pode-se destacar a atividade industrial inerente ao ABC Paulista, a capital São Paulo, que acolhe uma diversidade de etnias, classes e raças que movimentam o comércio, a rede de transporte coletivo e a geração de riquezas. Na Região da Grande São Paulo, encontra-se também o centro financeiro do país. Todas essas cidades juntas constituem um cifra importante para as estatísticas brasileiras e, juntas, elas produzem mais e interagem na economia e no desenvolvimento da infra-estrutura regional.

De modo geral, as regiões metropolitanas formam conglomerados urbanos, cujo centro administrativo fica localizado na cidade central, normalmente aquela que dá nome à região metropolitana. Porém, uma região metropolitana não precisa ser obrigatoriamente formada por uma única área contígua urbanizada, podendo designar uma região com duas ou mais áreas urbanizadas intercaladas com áreas rurais, ou seja, os limites entre as cidades ainda são visíveis, mas nesse caso, são regiões metropolitanas menores que não possuem nem muitas vezes uma metrópole, mas uma cidade central. Um exemplo sobre o caso exposto é Joinville, que possui cerca de meio milhão de habitantes, menos da metade do que é necessário para se tornar uma metrópole, apesar de sua região metropolitana possuir mais de um milhão de habitantes.

O essencial para essas formações metropolitanas é que os municípios integrantes destas interajam entre si, melhorando o desempenho econômico, fortalecendo as parcerias políticas e desenvolvendo ações conjuntas relacionadas às áreas do bem-estar social voltados à coletividade. O Quadro 10 apresenta algumas das regiões metropolitanas existentes no Brasil até o ano de 2003.

Belo Horizonte	MG	Balduim, Belo Horizonte, Betim, Brumadinho, Caeté, Capim Branco, Confins, Contagem, Esmeraldas, Florestal, Ibirité, Igarapé, Itaguara, Itatiaiuçu, Jaboticatubas, Juatuba, Lagoa Santa, Mário Campos, Mateus Leme, Matozinhos, Nova Lima, Nova União, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Rio Manso, Sabará, Santa Luzia, Sarzedo, São Joaquim de Bicas, São José da Lapa, Taquaraçu de Minas, Vespasiano
Rio de Janeiro	RJ	Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica, Tanguá
São Paulo	SP	Arujá, Barueri, Biritiba-Mirim, Caieiras, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Diadema, Embu, Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guararema, Guarulhos, Itapeverica da Serra, Itapevi, Itaquaquecetuba, Jandira, Jiquitiba, Mairiporã, Mauá, Moji das Cruzes, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Poá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Salesópolis, Santa Isabel, Santana de Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Lourenço da Serra, São Paulo, Suzano, Taboão da Serra, Vargem Grande Paulista
Curitiba	PR	Adrianópolis, Agudos do Sul, Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Cerro Azul, Colombo, Contenda, Curitiba, Doutor Ulysses, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Lapa, Mandirituba, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Quitandinha, Rio Branco do Sul, São José dos Pinhais, Tijucas do Sul, Tunas do Paraná
Núcleo Metropolitano da RM Florianópolis	SC	Águas Mornas, Antônio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, São José, São Pedro de Alcântara
Área de Expansão Metropolitana da RM Florianópolis	SC	Alfredo Wagner, Angelina, Anitápolis, Canelinha, Garopaba, Leoberto Leal, Major Gercino, Nova Trento, Paulo Lopes, Rancho Queimado, São Bonifácio, São João Batista, Tijucas
Porto Alegre	RS	Alvorada, Araricá, Arroio dos Ratos, Cachoeirinha, Campo Bom, Canoas, Capela de Santana, Charqueadas, Dois Irmãos, Eldorado do Sul, Estância Velha, Esteio, Glorinha, Gravataí, Guafba, Ivoti, Montenegro, Nova Hartz, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, Parobé, Portão, Porto Alegre, Santo Antônio da Patrulha, São Jerônimo, São Leopoldo, Sapiranga, Sapucaia do Sul, Taquara, Triunfo, Viamão

Quadro 10: Composição das Regiões Metropolitanas em 2003.
Fonte: Adaptado do IBGE (2009).

Estas são apenas algumas das Regiões Metropolitanas brasileiras. As principais capitais abrigam o centro dessas formações, que se completam com os municípios ao seu entorno.

3.4 Lei Complementar Estadual nº 381 de 2007 e as Secretarias Regionais

Para abordar a extinção da Região Metropolitana de Florianópolis, é necessário compreender o propósito inicial da Lei Complementar Estadual de Santa Catarina nº 381, a reforma administrativa do Estado, efetuada pelo atual governador Luiz Henrique da Silveira. A LC Nº 381 dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da administração pública estadual e, em seu capítulo V, na seção XII, trata das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional, as quais vieram substituir as até então vigentes regiões metropolitanas catarinenses.

No art. 76 da Lei Complementar Estadual nº 381 de 2007, estão dispostas as atribuições das novas secretarias, similares às das Regiões Metropolitanas. As responsabilidades atribuídas às Secretarias Regionais foram: incentivar o desenvolvimento regional, articular a transformação em suas respectivas regiões visando ao desenvolvimento sustentável e ao bem-estar social, motivar o desenvolvimento econômico e social enfatizando o planejamento, o fomento, a geração de emprego e renda, induzir a participação de sociedades civis organizadas e colaborar na sistematização da avaliação dos programas de governamentais e nas audiências do orçamento regionalizado.

As Secretarias Regionais de Desenvolvimento passaram a representar o governo em seus respectivos territórios. As regiões metropolitanas não possuíam essa característica, pois eram formadas por conveniência e vontade de municípios próximos, não envolvendo diretamente o Governo do Estado em suas deliberações. A idéia de criação das Secretarias foi amplamente divulgada durante a campanha eleitoral de 2006, que foi uma das principais propostas a ser implementada caso o atual governo se reelegesse. Com a reeleição, a aplicação da chamada descentralização, o que, na verdade, entendemos como desconcentração, aconteceu, criando as Secretarias e extinguindo as regiões metropolitanas de Santa Catarina, subsistindo somente a Região Metropolitana de Chapecó.

Foram criadas 36 Secretarias de Desenvolvimento Regional, uma nova estrutura que aumentou gastos com pessoal e infra-estrutura. A Secretaria de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis, por exemplo, abrange os municípios de Águas Mornas, Angelina, Anitápolis, Antônio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Palhoça, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio, São Pedro de Alcântara e São José, totalizando 13 unidades municipais, nove a menos que a antiga Região Metropolitana de Florianópolis.

Essa mudança estrutural foi implantada sem a prévia consulta da população catarinense, e não há registros públicos que comprovem o contrário. A legitimação da nova estrutura poderia ter sido baseada em consulta popular, a ser realizada por meio dos instrumentos apropriados, como os plebiscitos ou referendos, mas não aconteceu.

A partir da implantação das Secretarias Regionais de Desenvolvimento, verificou-se a extinção das regiões metropolitanas de Santa Catarina, que suscitou algumas indagações sobre possíveis prejuízos herdados, como obras e projetos não concluídos pelas estruturas anteriores. Não se sabe se essas obras e projetos foram assumidos pelas novas Secretarias Regionais de Desenvolvimento. Outro possível prejuízo identificado foi o não recebimento de recursos destinados especificamente às regiões metropolitanas, recursos estes provenientes da União.

Neste ano de 2009, tramitou pela Assembléia Legislativa de Santa Catarina um novo Projeto de Lei que recriaria a Região Metropolitana da Grande Florianópolis, mas, após pesquisa no setor de documentação da própria ALESC, verificou-se que o projeto foi vetado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta seção, são apresentadas as conclusões sobre o estudo e são feitas algumas recomendações para trabalhos futuros.

4.1 Conclusões

Este trabalho de conclusão de curso é resultado de uma pesquisa bibliográfica aplicada à Região Metropolitana da Grande Florianópolis. A intenção desta pesquisa foi a de responder à seguinte questão: A região da Grande Florianópolis está habilitada a receber recursos destinados a regiões metropolitanas?

Visando responder a essa questão, foram apresentadas bibliografias referentes à administração pública, contabilidade pública, receitas e despesas públicas, origem de recursos, divisionismo regional e legislação específica. Por meio da exposição de tal bibliografia, houve a estruturação teórica do tema e, sequencialmente, a verificação do êxito no atendimento dos objetivos específicos.

O primeiro objetivo específico visava à análise da Lei Complementar 162, de 1997, que originou a Grande Florianópolis. A análise dessa lei foi efetuada em paralelo ao Projeto de Lei 01/97, que possibilitou a verificação de quais motivos impulsionaram a criação da Região Metropolitana da Grande Florianópolis. Os motivos identificados foram os seguintes: participação igualitária dos municípios que integram a região metropolitana, a participação de todos os prefeitos no apoio e nas decisões da região e implantação de orçamento regionalizado que proporcionaria entrosamento entre as aspirações regionais.

O segundo objetivo específico buscou a análise da Lei Complementar 381/07, que trata da reforma administrativa do Estado de Santa Catarina e da implantação das Secretarias Regionais de Desenvolvimento. A partir da vigência da LC 381/07, as Regiões metropolitanas catarinenses foram quase todas extintas e substituídas pelas Secretarias Regionais de Desenvolvimento. A partir da análise da Lei Complementar 381/07, conclui-se que a Região Metropolitana da Grande Florianópolis não está mais habilitada legalmente como região metropolitana e, sendo assim, não está mais apta a receber recursos destinados a este tipo de formação geográfica.

O terceiro objetivo específico visou identificar os recursos que são destinados às formações municipais, ou seja, às regiões metropolitanas, e tentar exemplificar com algumas repercussões pontuais. Esse terceiro objetivo específico não pode ser alcançado por completo devido à dificuldade para recolher dados que comprovassem especificamente quais e de onde provinham os recursos destinados às regiões metropolitanas. Sabe-se da existência desses recursos, mas não como são registrados.

Mesmo sem ter atingido a totalidade dos objetivos específicos, o objetivo geral do trabalho foi atingido. Após a realização da pesquisa, concluiu-se que a Região Metropolitana da Grande Florianópolis foi extinta no momento da habilitação das Secretarias Regionais de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, desenhada pela reforma administrativa estadual de 2007. Os possíveis prejuízos verificados foram a perda de recursos destinados a regiões metropolitanas e a não conclusão de projetos idealizados anteriormente ao novo modelo.

4.2 Recomendações para Trabalhos Futuros

Para a realização de trabalhos futuros recomenda-se um aprofundamento na busca das origens de recursos para essas formações e como são registrados na fonte, pois só assim será possível verificar o valor real de investimentos feitos nessas formações e a forma como são aplicados. Conjuntamente, recomenda-se a ampliação das temáticas pesquisadas, de acordo com as seguintes sugestões:

- analisar outras regiões metropolitanas, seus êxitos e falhas;
- verificar por qual motivo somente a Região Metropolitana de Chapecó sobreviveu à reforma administrativa;
- investigar o novo Projeto de Lei que deseja recriar a Região Metropolitana da Grande Florianópolis;
- acompanhar o que está sendo feito de diferente pelas Secretarias Regionais de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Antônio Carlos Carneiro de. **Terceiro Setor** – História e Gestão de Organizações. São Paulo: Summus Editorial, 2006.

AMARO, Luciano. **Direito Tributário**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

ARAGÃO, Alexandre Santos de. **Agências reguladoras e a evolução do direito administrativo econômico**. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos; ARRUDA, Daniel Gomes. **Contabilidade Pública** – da Teoria a Prática. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

BASTOS, Cláudio Ribeiro. **Curso de Direito Financeiro e de Direito Tributário**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

BORBA, Cláudio; **Direito Tributário teoria e 600 Questões**. 2. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2000.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 25 jul. 2009.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Despesa Nacional**. Brasília: STN/Coordenação-Geral de Contabilidade, 2008. 120p.

BRASIL. **Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964**. Institui Normas de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília, 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4320.htm. Acesso em: 20 jul. 2009.

BRASIL. Valéria Salgado. Ministério do Planejamento. **Atuação do Estado no desenvolvimento social e econômico**. Apresentação. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/>>. Acesso em: 15 set. 2009.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei Complementar 11.107 de 06 de abril de 2005**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11107.htm>. Acesso em: 12 out. 2009.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Procedimentos da Receita Pública da Secretaria do Tesouro Nacional:** Aplicado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios/Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Orçamento Federal. 1. ed. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Coordenação-Geral de Contabilidade, 2008.

BRASIL. **Portaria Interministerial nº 163 de, 04 de maio de 2001.** Dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e dá outras providências.

BRASIL. **Código Tributário Nacional.** Disponível em <http://www.receita.fazenda.gov.br/codtributnaci/ctn.htm>, Acesso em: 5 jun. 2009.

BRASIL. **Lei 11.107, de 06 de abril de 2005.** Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências. Ministério da Justiça – MJ; Ministério da Fazenda - MF; Casa Civil da presidência da República - CC-PR; MINISTÉRIO DA SAÚDE – MS; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf>. Acesso em: 12 ago. 2009.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei Complementar nº 14, de 08 de junho de 1973.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp14.htm > Acesso em: 22 out. 2009.

BRASIL. Portal da Transparência. Controladoria Geral da União. **Glossário.** Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/hp/lei_responsabilidade_fiscal.asp>. Acesso em: 25 jul. 2009.

BRASIL. Presidência da República. Congresso Nacional. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.** Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/hp/lei_responsabilidade_fiscal.asp>. Acesso em: 25 jul. 2009.

BRASIL. **Consórcios Públicos.** Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/.../L11107.htm. Acesso em: 24 jul. 2009.

CASSONE, Vittorio. **Direito Tributário.** 16. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

CASTRO, Róbison Golçalves de. GOMES, Luciano de Souza. **Administração e Direito Financeiro e Orçamentário.** 4. ed. Brasília: Vestcon, 2000.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica.** 4. Ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

COSTA, Claudia Soares; VISCONTI, Gabriel Rangel. **Terceiro Setor e Desenvolvimento Social**. Relato Setorial nº 3. Julho de 2001. AS/GESET. Disponível em <http://www.bndes.gov.br> Acesso em: 25 jul. 2009.

CRUZ, Flávio da. **Auditoria Governamental**. São Paulo: Atlas, 1997. Contabilidade e Movimentação Patrimonial do setor Público. Rio de Janeiro: ed. Do Autor, 1989.

CRUZ, Flávio da. (coord.). **Lei de Responsabilidade Fiscal Comentada**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

DARÓS, Leandro Luis. **Apostila Técnica Orçamentária e Finanças Públicas**. Florianópolis: UFSC, 2008.

Dicionário Michaelis. MELHORAMENTOS LTDA. (Brasil). Uol (Ed.). Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/>. Acesso em: 7 dez. 2009.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Parcerias na Administração pública**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

FABRETTI, Láudio Camargo; **Contabilidade Tributária**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA, Cepam. **O município no século XXI: cenários e perspectivas**. Ed. Especial. São Paulo, 1999.

GALLIANO, A. Guilherme. **O método científico: teoria e prática**. São Paulo: Harbra, 1988.

IBGE: **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 17 jul. 2009.

KOHAMA, Hélio. **Contabilidade Pública – Teoria e Prática**. 10. ed. São Paulo, 2008.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Maria de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1986.

LEITE, Marina Gomide. **Qualidade no setor público: uma alternativa sistematizada de implantação**. Empresas & Tendências. São Paulo, p. 25-27, 30 set. 1994.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1993.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 27. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2002.

NALINI, José Renato. **Constituição e Estado Democrático**. São Paulo: FTD, 1997.

OLAK, Paulo Arnaldo; NASCIMENTO, Diogo Toledo. **Contabilidade para entidades sem fins lucrativos (Terceiro Setor)**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES (Brasil). **Quem governará as metrópoles no Brasil?** Disponível em: <http://web.observatoriodasmetropoles.net/> Acesso em: 11 nov. 2009.

PARRA FILHO, Domingos; SANTOS, João Almeida. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Futura, 2003.

PLATT NETO, Orion Augusto. **Livro Didático**. Florianópolis: UFSC, 2009.

SANTA CATARINA, **Lei Complementar nº 162**, de 06 de janeiro de 1998. Institui as Regiões Metropolitanas de Florianópolis, do Vale do Itajaí e do Norte/Nordeste Catarinense e estabelece outras providências. Disponível em: <http://www.alesc.sc.gov.br>. Acesso em 10 ago. 2009.

SANTA CATARINA, **Lei Complementar nº 381**, de 07 de maio de 2007. Dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual. Disponível em: <http://www.alesc.sc.gov.br>. Acesso em 10 ago. 2009.

SILVA, Solange Tietzmann. (super.) **Brasil: Uma Visão Geográfica nos Anos 80**. Rio de Janeiro: IBGE, 1988.

THEIS, Ivo Marcos *et al.* **Globalização e planejamento do desenvolvimento regional: o caso do Vale do Itajaí** In: SIEBERT, Claudia (org.) **Desenvolvimento regional em Santa Catarina: reflexões, tendências e perspectivas**. Blumenau: Edifurb, 2001.

WELSCH, Gldem Albert. **Orçamento Empresarial**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1983.

APÊNDICE

Os próximos 22 quadros foram montados a partir de dados retirados do *site* da Federação Catarinense de Municípios – FECAM. Esses quadros repassam as principais informações de cada município integrante da antiga Região Metropolitana da Grande Florianópolis.

AGUAS MORNAS
<p>Prefeito: Pedro Francisco Garcia (PMDB)</p> <p>Vice-Prefeito: Valdeci José Sens (PP)</p> <p>Microrregião: Microrregião da Grande Florianópolis</p> <p>Secretaria regional: São José</p> <p>Área: 360.757 km² (fonte: IBGE)</p> <p>Data de criação: 19/12/1961</p> <p>Data de instalação: 29/12/1961</p> <p>Data de comemoração: 29/12</p> <p>Lei de criação: 790 - 19.12.1961</p> <p>Município de origem: Santo Amaro da Imperatriz</p> <p>Altitude: 70 m</p> <p>Latitude: 27°41'38</p> <p>Longitude: 48°49'25</p> <p>População: 4.520 habitantes (4.647 eleitores) (fonte: IBGE / ano 2009)</p> <p>IDH: 0,783 (fonte: PNUD / 2000)</p> <p>PIB: 43.303 (em milhões) (fonte: IBGE / 2006)</p> <p>Coefficiente FPM: 0.6 (fonte: STN / 2009)</p> <p>Índice ICMS: 0.0763344 (fonte: SEF - SC / 2009)</p>

Quadro 11: Dados do Município de Águas Mornas.

Fonte: Adaptado do *site* da FECAM (2009).

O município de Águas Mornas se caracteriza pelas belezas naturais, fontes de águas termais, cultura germânica e é o maior produtor de hortifrutigranjeiros da Grande Florianópolis.

ALFREDO WAGNER
<p>Prefeito: Nivaldo Wessler (DEM)</p> <p>Vice-Prefeito: Daniel Cansian (DEM)</p> <p>Microrregião: Microrregião do Itajaí do Sul</p> <p>Secretaria regional: Ituporanga</p> <p>Área: 732.277 km² (fonte: IBGE)</p> <p>Data de criação: 21/12/1961</p> <p>Data de instalação: 29/12/1961</p> <p>Data de comemoração: 29/12</p> <p>Lei de criação: 806 - 21.12.1961</p> <p>Município de origem: Bom Retiro</p> <p>Altitude: 480 m</p> <p>Latitude: 27°42'01</p> <p>Longitude: 49°20'01</p> <p>População: 10.150 habitantes (6.569 eleitores) (fonte: IBGE / ano 2009)</p> <p>IDH: 0,778 (fonte: PNUD / 2000)</p> <p>PIB: 120.058 (em milhões) (fonte: IBGE / 2006)</p> <p>Coefficiente FPM: 0.6 (fonte: STN / 2009)</p> <p>Índice ICMS: 0.1244333 (fonte: SEF - SC / 2009)</p>

Quadro 12: Dados do Município de Alfredo Wagner.

Fonte: Adaptado do *site* da FECAM (2009).

De acordo com dados do IBGE, quase 50% da população reside na zona rural. Para reduzir o êxodo, a Prefeitura incentiva o aumento da produção agrícola por meio de programas específicos. A principal atividade econômica é a pecuária, com destaque especial para suínos e gado de leite. Espera-se uma rápida industrialização da cidade devido à qualidade de seus acessos e à proximidade de cidades como Lages, Florianópolis e Rio do Sul.

ANGELINA
<p>Prefeito: Gilberto Orlando Dorigon (PMDB)</p> <p>Vice-Prefeito: Adair Francisco Possamai (DEM)</p> <p>Microrregião: Microrregião da Grande Florianópolis</p> <p>Secretaria regional: São José</p> <p>Área: 499.947 km² (fonte: IBGE)</p> <p>Data de criação: 07/12/1961</p> <p>Data de instalação: 30/12/1961</p> <p>Data de comemoração: 07/12</p> <p>Lei de criação: 781 - 07.12.1961</p> <p>Município de origem: São José</p> <p>Altitude: 450 m</p> <p>Latitude: 27°34'07</p> <p>Longitude: 48°59'07</p> <p>População: 5.436 habitantes (4.442 eleitores) (fonte: IBGE / ano 2009)</p> <p>IDH: 0,766 (fonte: PNUD / 2000)</p> <p>PIB: 37.459 (em milhões) (fonte: IBGE / 2006)</p> <p>Coefficiente FPM: 0.6 (fonte: STN / 2009)</p> <p>Índice ICMS: 0.079491 (fonte: SEF - SC / 2009)</p>

Quadro 13: Dados do Município de Angelina.

Fonte: Adaptado do *site* da FECAM (2009).

Angelina é parte integrante do circuito religioso catarinense, com destaque para o Santuário Mariano e a Gruta de Nossa Senhora da Imaculada Conceição. A colonização é de origem alemã, marcando o turismo local pela boa hospedagem e gastronomia.

ANITÁPOLIS
<p>Prefeito: Saulo Weiss (PMDB)</p> <p>Vice-Prefeito: Adir José Coelho (PSDB)</p> <p>Microrregião: Microrregião da Grande Florianópolis</p> <p>Secretaria regional: São José</p> <p>Área: 542.38 km² (fonte: IBGE)</p> <p>Data de criação: 19/12/1961</p> <p>Data de instalação: 29/12/1961</p> <p>Data de comemoração: 29/12</p> <p>Lei de criação: 789 - 19.12.1961</p> <p>Município de origem: Santo Amaro da Imperatriz</p> <p>Altitude: 430 m</p> <p>Latitude: 27°54'07</p> <p>Longitude: 49°07'43</p> <p>População: 3.266 habitantes (2.721 eleitores) (fonte: IBGE / ano 2009)</p> <p>IDH: 0,773 (fonte: PNUD / 2000)</p> <p>PIB: 30.232 (em milhões) (fonte: IBGE / 2006)</p> <p>Coefficiente FPM: 0.6 (fonte: STN / 2009)</p> <p>Índice ICMS: 0.0641205 (fonte: SEF - SC / 2009)</p>

Quadro 14: Dados do Município de Anitápolis.

Fonte: Adaptado do *site* da FECAM (2009).

Entre rios, serras e verdes vales, encontra-se Anitápolis. Colonizado por alemães e italianos, o município conta com a força de seus agricultores que impulsionaram o crescimento da produção de alimentos. Os principais atrativos de Anitápolis estão relacionados à arquitetura local e ao turismo histórico, com destaque para a tradicional Festa do Colono.

ANTONIO CARLOS
<p>Prefeito: Geraldo Pauli (PMDB)</p> <p>Vice-Prefeito: Pedro Paulo Dos Santos (PMDB)</p> <p>Microrregião: Microrregião da Grande Florianópolis</p> <p>Secretaria regional: São José</p> <p>Área: 229.118 km² (fonte: IBGE)</p> <p>Data de criação: 06/11/1963</p> <p>Data de instalação: 21/12/1963</p> <p>Data de comemoração: 06/11</p> <p>Lei de criação: 928 - 06.11.1963</p> <p>Município de origem: Biguaçu</p> <p>Altitude: 30 m</p> <p>Latitude: 27°31'01</p> <p>Longitude: 48°46'03</p> <p>População: 7.375 habitantes (5.795 eleitores) (fonte: IBGE / ano 2009)</p> <p>IDH: 0,827 (fonte: PNUD / 2000)</p> <p>PIB: 189.293 (em milhões) (fonte: IBGE / 2006)</p> <p>Coefficiente FPM: 0.6 (fonte: STN / 2009)</p> <p>Índice ICMS: 0.288759 (fonte: SEF - SC / 2009)</p>

Quadro 15: Dados do Município de Antônio Carlos.

Fonte: Adaptado do *site* da FECAM (2009)

Maior produtor de hortaliças de Santa Catarina, Antônio Carlos completa em 2009 seu quadragésimo sexto aniversário. A agricultura é a força econômica do município: pelo menos 80% das famílias vivem da produção de suas pequenas propriedades. A colonização é de origem alemã.

BIGUAÇU
<p>Prefeito: José Castelo Deschamps (PP)</p> <p>Vice-Prefeito: Ramon Wollinger (PSDB)</p> <p>Microrregião: Microrregião da Grande Florianópolis</p> <p>Secretaria regional: São José</p> <p>Área: 324.521 km² (fonte: IBGE)</p> <p>Data de criação: 01/03/1833</p> <p>Data de instalação: 16/05/1833</p> <p>Data de comemoração: 17/05</p> <p>Lei de criação: R.C.A.P. de 17.05.1833</p> <p>Município de origem: Florianópolis</p> <p>Altitude: 2 m</p> <p>Latitude: 27°29'3</p> <p>Longitude: 48°39'2</p> <p>População: 55.665 habitantes (36.870 eleitores) (fonte: IBGE / ano 2009)</p> <p>IDH: 0,818 (fonte: PNUD / 2000)</p> <p>PIB: 908.363 (em milhões) (fonte: IBGE / 2006)</p> <p>Coefficiente FPM: 2.2 (fonte: STN / 2009)</p> <p>Índice ICMS: 1.1946678 (fonte: SEF - SC / 2009)</p>

Quadro 16: Dados do Município de Biguaçu.

Fonte: Adaptado do *site* da FECAM (2009).

Biguaçu é um dos municípios conurbados da Grande Florianópolis, marcado pela colonização açoriana, com destaque para a cultura e o folclore típico. O município encontra-se em crescente desenvolvimento econômico e populacional. Biguaçu ainda é um município agrícola, mas existe uma mescla com o setor industrial. Um exemplo disso são as indústrias do setor petroquímico, como fabricantes de plástico, distribuidora de combustível e gás natural. Há grande expectativa para o comércio local devido à instalação de um estaleiro, possibilitando a geração de mais de 16.000 empregos.

CANELINHA
<p>Prefeito: Antonio da Silva (PP)</p> <p>Vice-Prefeito: Edson Orsi (PSDB)</p> <p>Microrregião: Microrregião dos Vales do Tijucas e Itajaí Mirim</p> <p>Secretaria regional: Brusque</p> <p>Área: 151.409 km² (fonte: IBGE)</p> <p>Data de criação: 03/12/1962</p> <p>Data de instalação: 23/12/1962</p> <p>Data de comemoração: 23/12</p> <p>Lei de criação: 855 - 03.12.1962</p> <p>Município de origem: Tijucas</p> <p>Altitude: 17 m</p> <p>Latitude: 27°15'54</p> <p>Longitude: 48°46'04</p> <p>População: 10.068 habitantes (7.745 eleitores) (fonte: IBGE / ano 2009)</p> <p>IDH: 0,795 (fonte: PNUD / 2000)</p> <p>PIB: 67.080 (em milhões) (fonte: IBGE / 2006)</p> <p>Coefficiente FPM: 0.6 (fonte: STN / 2009)</p> <p>Índice ICMS: 0.0996487 (fonte: SEF - SC / 2009)</p>

Quadro 17: Dados do Município de Canelinha.

Fonte: Adaptado do *site* da FECAM (2009).

Canelinha é a cidade da cerâmica vermelha, telhas e tijolos, e da cerâmica artística, vasos e esculturas. Sua atividade econômica também conta com confecções em malha e calçados. Está localizada no Vale do Rio Tijucas entre as cidades de Nova Trento, Brusque e Tijucas.

FLORIANÓPOLIS
<p>Prefeito: Dário Elias Berger (PMDB)</p> <p>Vice-Prefeito: João Batista Nunes (PR)</p> <p>Microrregião: Microrregião da Grande Florianópolis</p> <p>Secretaria regional: São José</p> <p>Área: 433.317 km² (fonte: IBGE)</p> <p>Data de criação: 26/03/1726</p> <p>Data de instalação: 10/04/1728</p> <p>Data de comemoração: 23/03</p> <p>Lei de criação: Carta Régia de 26.03.1726</p> <p>Município de origem: Laguna</p> <p>Altitude: 25 m</p> <p>Latitude: 27°35'48</p> <p>Longitude: 48°32'57</p> <p>População: 402.346 habitantes (301.576 eleitores) (fonte: IBGE / ano 2009)</p> <p>IDH: 0,875 (fonte: PNUD / 2000)</p> <p>PIB: 6.588.652 (em milhões) (fonte: IBGE / 2006)</p> <p>Coefficiente FPM: 2 (fonte: STN / 2009)</p> <p>Índice ICMS: 3.9059947 (fonte: SEF - SC / 2009)</p>

Quadro 18: Dados do Município de Florianópolis.

Fonte: Adaptado do *site* da FECAM (2009).

A Ilha de Santa Catarina sedia a capital do Estado de Santa Catarina, Florianópolis (Cuidado, há a parte continental tb, ok?). O município é conhecido mundialmente por suas belezas naturais e rica infra-estrutura turística. Além do turismo, existe a formação de um pólo tecnológico às margens da SC 401, cultivo de ostras e uma desenvolvida rede de prestação de serviços. A colonização é marcada pela cultura açoriana e, hoje, pela recepção de inúmeros brasileiros naturais dos Estados vizinhos e da Região Sudeste.

GAROPABA
<p>Prefeito: Luís Carlos Luiz (PMDB)</p> <p>Vice-Prefeito: Ildo Da Silva Lobo Filho (DEM)</p> <p>Microrregião: Microrregião de Laguna</p> <p>Secretaria regional: Laguna</p> <p>Área: 114.67 km² (fonte: IBGE)</p> <p>Data de criação: 19/12/1961</p> <p>Data de instalação: 19/12/1961</p> <p>Data de comemoração: 19/12</p> <p>Lei de criação: 795 - 19.12.1961</p> <p>Município de origem: Palhoça</p> <p>Distrito de origem: Palhoça</p> <p>Altitude: 18 m</p> <p>Latitude: 28°01'24</p> <p>Longitude: 48°36'48</p> <p>População: 16.577 habitantes (13.359 eleitores) (fonte: IBGE / ano 2009)</p> <p>IDH: 0,785 (fonte: PNUD / 2000)</p> <p>PIB: 148.286 (em milhões) (fonte: IBGE / 2006)</p> <p>Coefficiente FPM: 1 (fonte: STN / 2009)</p> <p>Índice ICMS: 0.1635529 (fonte: SEF - SC / 2009)</p>

Quadro 19: Dados do Município de Garopaba.

Fonte: Adaptado do *site* da FECAM (2009).

Os açorianos desembarcaram em Garopaba enviados pelo Império Português, procedentes em sua maioria da 3ª Ilha dos Açores. As principais atividades econômicas do município são o turismo, a construção civil, a pesca artesanal, os serviços públicos e a agricultura de subsistência. De dezembro a fevereiro, a cidade recebe aproximadamente 140 mil turistas, que deixam dinheiro suficiente para manter durante o ano inteiro os pequenos comerciantes locais. Garopaba é uma cidade de lindas praias e belezas naturais.

GOVERNADOR CELSO RAMOS
<p>Prefeito: Anísio Anatólio Soares (PMDB)</p> <p>Vice-Prefeito: Manoel Marcelo Da Cunha (PP)</p> <p>Microrregião: Microrregião da Grande Florianópolis</p> <p>Secretaria regional: São José</p> <p>Área: 93.061 km² (fonte: IBGE)</p> <p>Data de criação: 06/11/1963</p> <p>Data de instalação: 20/12/1963</p> <p>Data de comemoração: 06/11</p> <p>Lei de criação: 929 - 06.11.1963</p> <p>Município de origem: Biguaçu</p> <p>Altitude: 40 m</p> <p>Latitude: 27°18'5</p> <p>Longitude: 48°33'3</p> <p>População: 12.611 habitantes (11.327 eleitores) (fonte: IBGE / ano 2009)</p> <p>IDH: 0,79 (fonte: PNUD / 2000)</p> <p>PIB: 87.261 (em milhões) (fonte: IBGE / 2006)</p> <p>Coefficiente FPM: 0.8 (fonte: STN / 2009)</p> <p>Índice ICMS: 0.0806518 (fonte: SEF - SC / 2009)</p>

Quadro 20: Dados do Município de Governador Celso Ramos.

Fonte: Adaptado do *site* da FECAM (2009).

A principal atividade econômica do município é a pesca, artesanal e industrial, seguida pelo turismo de verão. A colonização foi feita por açorianos. Antes de se chamar Governador Celso Ramos, o município se chamava Ganchos. Muitas são as origens e histórias acerca da oriege, do nome do município, e a mais curiosa envolve um pirata de uma história infantil que por ali passara, o Capitão Gancho.

LEOBERTO LEAL
<p>Prefeito: Tatiane Dutra Alves da Cunha (PMDB)</p> <p>Vice-Prefeito: José Jair Alexandre (PMDB)</p> <p>Microrregião: Microrregião do Itajaí do Sul</p> <p>Secretaria regional: Ituporanga</p> <p>Área: 291.191 km² (fonte: IBGE)</p> <p>Área urbana: 30 km² (fonte: IBGE)</p> <p>Área rural: 2948 km² (fonte: IBGE)</p> <p>Data de criação: 12/12/1962</p> <p>Data de instalação: 17/02/1963</p> <p>Data de comemoração: 12/12</p> <p>Lei de criação: 856 - 12.12.1962</p> <p>Município de origem: Nova Trento</p> <p>Altitude: 550 m</p> <p>Latitude: 27°30'2</p> <p>Longitude: 49°17'1</p> <p>População: 3.683 habitantes (2.777 eleitores) (fonte: IBGE / ano 2009)</p> <p>IDH: 0,748 (fonte: PNUD / 2000)</p> <p>PIB: 32.178 (em milhões) (fonte: IBGE / 2006)</p> <p>Coefficiente FPM: 0.6 (fonte: STN / 2009)</p> <p>Índice ICMS: 0.0783018 (fonte: SEF - SC / 2009)</p>

Quadro 21: Dados do Município de Leoberto Leal.

Fonte: Adaptado do *site* da FECAM (2009).

Leoberto Leal é um pequeno município catarinense localizado a 130km de distância da capital. A cidade possui menos de 4 mil habitantes e vive basicamente da agricultura e do turismo rural e de aventura. Possui cachoeiras próprias para a realização de esportes radicais como a escalada e uma rede hoteleira simples, mas aconchegante.

MAJOR GERCINO
<p>Prefeito: Zelasio Angelo Dell Agnolo (PMDB)</p> <p>Vice-Prefeito: Modestino José Otto (DEM)</p> <p>Microrregião: Microrregião dos Vales do Tijucas e Itajaí Mirim</p> <p>Secretaria regional: Brusque</p> <p>Área: 285.679 km² (fonte: IBGE)</p> <p>Área urbana: 380 km² (fonte: IBGE)</p> <p>Área rural: 2465 km² (fonte: IBGE)</p> <p>Data de criação: 03/10/1961</p> <p>Data de instalação: 28/12/1961</p> <p>Data de comemoração: 28/12</p> <p>Lei de criação: 756 - 03.10.1961</p> <p>Município de origem: São João Batista</p> <p>Distrito de origem: Major Gercino</p> <p>Altitude: 80 m</p> <p>Latitude: 27°25'05</p> <p>Longitude: 48°57'05</p> <p>População: 2.897 habitantes (2.703 eleitores) (fonte: IBGE / ano 2009)</p> <p>IDH: 0,799 (fonte: PNUD / 2000)</p> <p>PIB: 24.378 (em milhões) (fonte: IBGE / 2006)</p> <p>Coefficiente FPM: 0.6 (fonte: STN / 2009)</p> <p>Índice ICMS: 0.0705992 (fonte: SEF - SC / 2009)</p>

Quadro 22: Dados do Município de Major Gercino.

Fonte: Adaptado do *site* da FECAM (2009).

Com a chegada de imigrantes luso-brasileiros, há 120 anos, seguidos de imigrantes italianos, alemães e poloneses deu-se início à colonização das terras que hoje formam Major Gercino. O município possui uma área de 292km² e está situado no Vale do Rio Tijucas. A principal atividade econômica do município é o plantio de uva e a produção de vinhos.

NOVA TRENTO
<p>Prefeito: Orivan Jarbas Orsi (PSDB)</p> <p>Vice-Prefeito: Pedro Piva Neto (PP)</p> <p>Microrregião: Microrregião dos Vales do Tijucas e Itajaí Mirim</p> <p>Secretaria regional: Brusque</p> <p>Área: 402.118 km² (fonte: IBGE)</p> <p>Data de criação: 08/08/1892</p> <p>Data de instalação: 26/12/1892</p> <p>Data de comemoração: 08/08</p> <p>Lei de criação: 36 - 08.08.1892</p> <p>Município de origem: Tijucas</p> <p>Altitude: 30 m</p> <p>Latitude: 27°17'0</p> <p>Longitude: 48°55'4</p> <p>População: 11.832 habitantes (8.222 eleitores) (fonte: IBGE / ano 2009)</p> <p>IDH: 0,815 (fonte: PNUD / 2000)</p> <p>PIB: 114.853 (em milhões) (fonte: IBGE / 2006)</p> <p>Coefficiente FPM: 0.8 (fonte: STN / 2009)</p> <p>Índice ICMS: 0.1403482 (fonte: SEF - SC / 2009)</p>

Quadro 23: Dados do Município de Nova Trento.

Fonte: Adaptado do *site* da FECAM (2009).

Nova Trento foi colonizada por imigrantes italianos da região de Trento. O município vive de atividades industriais, agricultura e turismo religioso. Na indústria, destaque para a fabricação de vinhos e calçados. Na agricultura, destaque para o plantio de uvas e, no turismo, o destaque fica para o Santuário de Madre Paulina, a primeira santa brasileira.

PALHOÇA
<p>Prefeito: Ronerio Heiderscheidt (PMDB)</p> <p>Vice-Prefeito: Valmir Walmor Schwinden (DEM)</p> <p>Microrregião: Microrregião da Grande Florianópolis</p> <p>Secretaria regional: São José</p> <p>Área: 394.662 km² (fonte: IBGE)</p> <p>Data de criação: 31/07/1793</p> <p>Data de instalação: 24/04/1894</p> <p>Data de comemoração: 24/04</p> <p>Lei de criação: 184 - 24.04.1894</p> <p>Município de origem: São José</p> <p>Distrito de origem: Fundada o povoado em 1793, Palhoça permaneceu como</p> <p>Altitude: 3 m</p> <p>Latitude: 27°38'43</p> <p>Longitude: 48°40'04</p> <p>População: 128.360 habitantes (81.047 eleitores) (fonte: IBGE / ano 2009)</p> <p>IDH: 0,816 (fonte: PNUD / 2000)</p> <p>PIB: 1.001.782 (em milhões) (fonte: IBGE / 2006)</p> <p>Coefficiente FPM: 3.4 (fonte: STN / 2009)</p> <p>Índice ICMS: 0.6850554 (fonte: SEF - SC / 2009)</p>

Quadro 24: Dados do Município de Palhoça.

Fonte: Adaptado do *site* da FECAM (2009).

Palhoça é um dos quatro municípios conurbados da Região da Grande Florianópolis. Trata-se de um município de grande extensão territorial. O município abriga praias belíssimas, como Pinheira e Guarda do Embaú. Sua natureza é rica e protegida pelo Parque da Serra do Tabuleiro, reserva ambiental ao pé do Morro do Cambirela. As principais atividades econômicas do município são turismo, agricultura, pesca e o intenso comércio.

PAULO LOPES
<p>Prefeito: Evandro João dos Santos (PMDB)</p> <p>Vice-Prefeito: Cacildo Antonio Geremias (DEM)</p> <p>Microrregião: Microrregião da Grande Florianópolis</p> <p>Secretaria regional: Laguna</p> <p>Área: 450.372 km² (fonte: IBGE)</p> <p>Data de criação: 20/12/1961</p> <p>Data de instalação: 30/12/1961</p> <p>Data de comemoração: 30/12</p> <p>Lei de criação: 798 - 20.12.1961</p> <p>Município de origem: Palhoça</p> <p>Altitude: 2 m</p> <p>Latitude: 27°57'42</p> <p>Longitude: 48°41'01</p> <p>População: 7.198 habitantes (4.876 eleitores) (fonte: IBGE / ano 2009)</p> <p>IDH: 0,759 (fonte: PNUD / 2000)</p> <p>PIB: 50.252 (em milhões) (fonte: IBGE / 2006)</p> <p>Coefficiente FPM: 0.6 (fonte: STN / 2009)</p> <p>Índice ICMS: 0.0873883 (fonte: SEF - SC / 2009)</p>

Quadro 25: Dados do Município de Paulo Lopes.

Fonte: Adaptado do *site* da FECAM (2009).

A praia da Gamboa representa um importante potencial turístico para o município, mas a falta de infra-estrutura impede o melhor aproveitamento turístico dessa bela praia do município. O município é cortado pela rodovia BR 101, foi colonizado por açorianos e vive da agricultura e da pesca.

RANCHO QUEIMADO
<p>Prefeito: Merio Cesar Goedert (PMDB)</p> <p>Vice-Prefeito: Valcir Huguen (PMDB)</p> <p>Microrregião: Microrregião da Grande Florianópolis</p> <p>Secretaria regional: São José</p> <p>Área: 286.432 km² (fonte: IBGE)</p> <p>Área urbana: 118 km² (fonte: IBGE)</p> <p>Área rural: 2762 km² (fonte: IBGE)</p> <p>Data de criação: 08/11/1962</p> <p>Data de instalação: 08/11/1962</p> <p>Data de comemoração: 08/11</p> <p>Lei de criação: 850 - 08.11.1962</p> <p>Município de origem: São José</p> <p>Altitude: 810 m</p> <p>Latitude: 27°40'21</p> <p>Longitude: 49°01'18</p> <p>População: 2.871 habitantes (2.668 eleitores) (fonte: IBGE / ano 2009)</p> <p>IDH: 0,773 (fonte: PNUD / 2000)</p> <p>PIB: 31.100 (em milhões) (fonte: IBGE / 2006)</p> <p>Coefficiente FPM: 0.6 (fonte: STN / 2009)</p> <p>Índice ICMS: 0.0686265 (fonte: SEF - SC / 2009)</p>

Quadro 26: Dados do Município de Rancho Queimado.

Fonte: Adaptado do *site* da FECAM (2009).

O município de Rancho Queimado foi colonizado por alemães. O turismo é destaque nesse município, pois está situado a 810 metros de altitude e possui lindas paisagens naturais, o que favorece o turismo rural nas temporadas de frio. A economia é movimentada não só pelo turismo, mas também pela gastronomia variada e produção de artigos coloniais.

SANTO AMORO DA IMPERATRIZ
<p>Prefeito: Edesio Justen (PSDB)</p> <p>Vice-Prefeito: Pedro Martendal (PP)</p> <p>Microrregião: Microrregião da Grande Florianópolis</p> <p>Secretaria regional: São José</p> <p>Área: 310.735 km² (fonte: IBGE)</p> <p>Área urbana: 2100 km² (fonte: IBGE)</p> <p>Área rural: 1420 km² (fonte: IBGE)</p> <p>Data de criação: 06/06/1958</p> <p>Data de instalação: 10/07/1958</p> <p>Data de comemoração: 10/07</p> <p>Lei de criação: 344 - 06.06.1958</p> <p>Município de origem: Palhoça</p> <p>Altitude: 18 m</p> <p>Latitude: 27°41'1</p> <p>Longitude: 48°46'4</p> <p>População: 18.266 habitantes (13.732 eleitores) (fonte: IBGE / ano 2009)</p> <p>IDH: 0,843 (fonte: PNUD / 2000)</p> <p>PIB: 140.183 (em milhões) (fonte: IBGE / 2006)</p> <p>Coefficiente FPM: 1.2 (fonte: STN / 2009)</p> <p>Índice ICMS: 0.12535 (fonte: SEF - SC / 2009)</p>

Quadro 27: Dados do Município de Santo Amaro da Imperatriz.

Fonte: Adaptado do *site* da FECAM (2009).

Santo Amaro da Imperatriz é conhecida por suas águas termais. A cidade se transformou em um palco para esportes radicais e de aventura, como o *rafting* e o parapente. A economia do município é baseada no turismo para idosos que procuram o descanso e aconchego das estações hidrominerais e na agricultura de milho, tomate e batata.

SÃO BONIFÁCIO
<p>Prefeito: Laurino Peters (DEM)</p> <p>Vice-Prefeito: Roque Buss (PMDB)</p> <p>Microrregião: Microrregião da Grande Florianópolis</p> <p>Secretaria regional: São José</p> <p>Área: 461.301 km² (fonte: IBGE)</p> <p>Área urbana: 4770 km² (fonte: IBGE)</p> <p>Área rural: 40 km² (fonte: IBGE)</p> <p>Data de criação: 23/08/1962</p> <p>Data de instalação: 29/12/1962</p> <p>Data de comemoração: 29/12</p> <p>Lei de criação: 840 - 23.08.1962</p> <p>Município de origem: Palhoça</p> <p>Distrito de origem: São Bonifácio do Capivari</p> <p>Altitude: 473 m</p> <p>Latitude: 27°54'05</p> <p>Longitude: 48°55'45</p> <p>População: 3.271 habitantes (2.441 eleitores) (fonte: IBGE / ano 2009)</p> <p>IDH: 0,785 (fonte: PNUD / 2000)</p> <p>PIB: 24.778 (em milhões) (fonte: IBGE / 2006)</p> <p>Coeficiente FPM: 0.6 (fonte: STN / 2009)</p> <p>Índice ICMS: 0.0672975 (fonte: SEF - SC / 2009)</p>

Quadro 28: Dados do Município de São Bonifácio.

Fonte: Adaptado do *site* da FECAM (2009).

O município de São Bonifácio está localizado dentro dos limites do Parque da Serra do Tabuleiro e é famoso por suas belas paisagens. Vive da agricultura e produção de laticínios.

SÃO JOÃO BATISTA
<p>Prefeito: Aderbal Manoel dos Santos (PP)</p> <p>Vice-Prefeito: Elias Germano Mafeçoli (PTB)</p> <p>Microrregião: Microrregião dos Vales do Tijucas e Itajaí Mirim</p> <p>Secretaria regional: Brusque</p> <p>Área: 220.726 km² (fonte: IBGE)</p> <p>Área urbana: 290 km² (fonte: IBGE)</p> <p>Área rural: 1730 km² (fonte: IBGE)</p> <p>Data de criação: 21/06/1958</p> <p>Data de instalação: 19/07/1958</p> <p>Data de comemoração: 19/07</p> <p>Lei de criação: 348 - 21.06.1958</p> <p>Município de origem: Tijucas</p> <p>Altitude: 30 m</p> <p>Latitude: 27°16</p> <p>Longitude: 48°50</p> <p>População: 23.547 habitantes (16.243 eleitores) (fonte: IBGE / ano 2009)</p> <p>IDH: 0,819 (fonte: PNUD / 2000)</p> <p>PIB: 245.852 (em milhões) (fonte: IBGE / 2006)</p> <p>Coefficiente FPM: 1.2 (fonte: STN / 2009)</p> <p>Índice ICMS: 0.2754537 (fonte: SEF - SC / 2009)</p>

Quadro 29: Dados do Município de São João Batista.

Fonte: Adaptado do *site* da FECAM (2009).

A cidade é famosa pela fabricação de calçados, principal atividade econômica do município. Está localizada próximo ao município de Tijucas e dá acesso ao município de Nova Trento, rota do turismo religioso.

SÃO JOSÉ
<p>Prefeito: Djalma Vando Berger (PSB)</p> <p>Vice-Prefeito: Telmo Pedro Vieira (PDT)</p> <p>Microrregião: Microrregião da Grande Florianópolis</p> <p>Secretaria regional: São José</p> <p>Área: 113.171 km² (fonte: IBGE)</p> <p>Área urbana: 841 km² (fonte: IBGE)</p> <p>Área rural: 319 km² (fonte: IBGE)</p> <p>Data de criação: 01/03/1833</p> <p>Data de instalação: 04/05/1833</p> <p>Lei de criação: Resolução de 01.03.1833</p> <p>Município de origem: Florianópolis</p> <p>Altitude: 8 m</p> <p>Latitude: 27°36'55</p> <p>Longitude: 48°37'39</p> <p>População: 199.280 habitantes (134.105 eleitores) (fonte: IBGE / ano 2009)</p> <p>IDH: 0,849 (fonte: PNUD / 2000)</p> <p>PIB: 2.920.832 (em milhões) (fonte: IBGE / 2006)</p> <p>Coefficiente FPM: 4 (fonte: STN / 2009)</p> <p>Índice ICMS: 2.3632078 (fonte: SEF - SC / 2009)</p>

Quadro 30: Dados do Município de São José.

Fonte: Adaptado do *site* da FECAM (2009).

São José é um dos municípios conurbados da Região Metropolitana da Grande Florianópolis, localiza-se encostado a capital do Estado, sendo difícil identificar onde começa cada município devido ao alto grau de urbanização na região. São José já foi cidade dormitório, mas hoje não mais pode ser considerada como tal, pois ocupa lugar de destaque na economia local. As principais atividades econômicas são o comércio e as pequenas indústrias.

SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
<p>Prefeito: Ernei José Stahelin (PMDB)</p> <p>Vice-Prefeito: Almir Valério Da Silva (PSDB)</p> <p>Microrregião: Microrregião da Grande Florianópolis</p> <p>Secretaria regional: São José</p> <p>Área: 139.635 km² (fonte: IBGE)</p> <p>Data de criação: 16/04/1994</p> <p>Data de instalação: 01/01/1997</p> <p>Data de comemoração: 16/04</p> <p>Lei de criação: 9.534 - 16.04.1994</p> <p>Município de origem: São José</p> <p>Altitude: 230 m</p> <p>Latitude: 27°33'58</p> <p>Longitude: 48°48'91</p> <p>População: 5.038 habitantes (3.482 eleitores) (fonte: IBGE / ano 2009)</p> <p>IDH: 0,795 (fonte: PNUD / 2000)</p> <p>PIB: 26.496 (em milhões) (fonte: IBGE / 2006)</p> <p>Coefficiente FPM: 0.6 (fonte: STN / 2009)</p> <p>Índice ICMS: 0.0630379 (fonte: SEF - SC / 2009)</p>

Quadro 31: Dados do Município de São Pedro de Alcântara.

Fonte: Adaptado do *site* da FECAM (2009).

Ao contrário do que se imagina, São Pedro de Alcântara é o município de colonização alemã mais antigo do Estado de Santa Catarina. Seu povo é conhecido pela organização e força para o trabalho. O município fica próximo à região conurbada da Grande Florianópolis e vive basicamente da agricultura.

TIJUCAS
<p>Prefeito: Elmis Mannrich (PMDB)</p> <p>Vice-Prefeito: Luiz Rogério Da Silva (PSB)</p> <p>Microrregião: Microrregião dos Vales do Tijucas e Itajaí Mirim</p> <p>Secretaria regional: Brusque</p> <p>Área: 276.622 km² (fonte: IBGE)</p> <p>Data de criação: 04/04/1859</p> <p>Data de instalação: 13/06/1860</p> <p>Data de comemoração: 13/06</p> <p>Lei de criação: 464 - 04.04.1859</p> <p>Município de origem: Porto Belo</p> <p>Altitude: 2 m</p> <p>Latitude: 27°14'2</p> <p>Longitude: 48°38'0</p> <p>População: 29.122 habitantes (21.854 eleitores) (fonte: IBGE / ano 2009)</p> <p>IDH: 0,835 (fonte: PNUD / 2000)</p> <p>PIB: 400.139 (em milhões) (fonte: IBGE / 2006)</p> <p>Coefficiente FPM: 1.4 (fonte: STN / 2009)</p> <p>Índice ICMS: 0.4610251 (fonte: SEF - SC / 2009)</p>

Quadro 32: Dados do Município de Tijucas.

Fonte: Adaptado do *site* da FECAM (2009).

O município de Tijucas é rico em história, arquitetura e diversidade cultural. O Rio Tijucas corta a cidade, fornecendo um por do sol muito atraente. O município vive da pesca e da agricultura. Em Tijucas, está sediada uma das maiores indústrias cerâmicas do Brasil, a Porto Bello.

ANEXO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DOMÉIO AMBIENTE

JUSTIFICATIVA DO ANTEPROJETO

**DE LEI COMPLEMENTAR
QUE INSTITUI A
REGIÃO METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS**

**1. ASPECTOS GERAIS**

Territórios municipais dizem respeito a limites político-administrativos, porém, fenômenos de diversas ordens (recursos naturais, sistema viário, transporte de passageiros, saneamento básico, uso e ocupação do solo, abastecimento d'água, etc.), vão além dessas fronteiras, sobrepujando-as, embora preservadas por força jurídica: deixa de existir correspondência entre o fenômeno urbano e a unidade político-administrativa que pretendia enquadrar esse fenômeno. Compreender as áreas de abrangência desses fenômenos significa delinear espaços com os mesmos problemas e os mesmos potenciais.

A instituição da Região Metropolitana de Florianópolis tem por finalidade a administração regional eficiente de uma área com forte relação de interdependência física, econômica e social, de maneira a promover o desenvolvimento sustentável, equilibrado e integrado da região.

Através da administração conjunta, será possível otimizar a oferta de serviços de infraestrutura, reduzindo-se os custos e os desequilíbrios regionais, além de buscar a melhoria da qualidade de vida da população, naquilo que as administrações municipais não puderem alcançar

2. DOS CONCEITOS

O desenvolvimento que se pretende para o Estado de Santa Catarina, expresso na sua Constituição, é o desenvolvimento sustentável, equilibrado e integrado, ao contrário do desenvolvimento a qualquer custo, que levou o país, na década de 70, a um grande crescimento, acompanhado de uma imensa dívida social e ecológica. O desenvolvimento sustentável objetiva a conciliação entre os objetivos econômicos, sociais e ecológicos, de maneira a assegurar que a utilização dos recursos naturais, que constituem a base material e energética da atividade econômica e de todos os processos que possibilitam a vida no planeta, tenha continuidade no tempo. O objetivo final do desenvolvimento sustentável é possibilitar a continuidade da vida e da espécie humana em condições dignas. Desenvolvimento sustentável implica em crescimento econômico, com equidade social, respeito à capacidade de renovação dos ecossistemas e de suporte para a assimilação de resíduos da atividade humana.

Com o desenvolvimento equilibrado pretende-se evitar a concentração de riquezas, e os consequentes bolsões de pobreza, geradores de migrações que tendem a favelizar



as periferias das áreas desenvolvidas. O objetivo é reduzir os desequilíbrios regionais, desenvolvendo ao máximo os potenciais regionais, respeitando sua vocação e peculiaridades. Assim, a melhoria da qualidade de vida da população estará mais próxima do ideal de justiça social.

A nível de operacionalização, o desenvolvimento sustentável e equilibrado implica na necessidade de coordenação e integração de ações. trata-se do desenvolvimento integrado, através da cooperação dos diferentes níveis de governo, mediante a descentralização, a articulação e a integração de suas entidades e órgãos públicos e da sociedade civil organizada, dentro de um processo participativo para garantir maior eficiência no desempenho das funções públicas de interesse comum.

3. A REGIÃO METROPOLITANA

A necessidade de instituição de uma região metropolitana reside no reconhecimento de situações que representem indicativos de uma unidade sócio-econômica-espacial e cujo interesse transcende os limites municipais, deixa de existir correspondência entre o fenômeno urbano e a unidade político-administrativa. Vários municípios sobre uma única realidade urbano regional, forte integração do ponto de vista social e econômico e necessidade de realização de funções públicas de interesse comum.

Detecta-se o surgimento de um processo de metropolização quando as relações de interdependência entre diversos municípios limítrofes se fortalecem e se intensificam a ponto de as ligações casa-trabalho e casa-comércio se darem principalmente a nível intermunicipal, transcendendo as divisas político-administrativas. Também o acesso ao lazer, a educação, a saúde, etc., no processo, passa a desconhecer limites intermunicipais.

A identificação e a delimitação das regiões metropolitanas no mundo inteiro, segue sempre um conjunto de critérios, que muitas vezes variam entre si na forma em que são apresentados, ou na ênfase que se atribui a uma determinada característica, porém, assemelham-se bastante uns dos outros na essência. Todos os autores concordam que uma região metropolitana caracteriza-se por uma associação de processos que se refletem nas características demográficas, na estrutura ocupacional e de produção e, no sistema de conexão entre as unidades componentes da mesma, que a torna diferente de outras áreas vizinhas.

Para a definição de uma região metropolitana duas categorias de critérios são necessários: critérios referentes a definição de municípios capazes de gerar uma vasta área de influência no seu entorno (município pólo) e, critérios referentes a definição dos municípios sobre os quais se faz sentir esta influência, ou seja, critérios para a delimitação destas regiões (aqueles que indicam sua integração).

A Lei Complementar nº 104, de janeiro de 1994, dispõe sobre os princípios de regionalização do Estado e estabelece o conceito e os critérios para a instituição da Região Metropolitana.

"Art. 6º - Considerar-se-á 'Região Metropolitana' o agrupamento de Municípios limítrofes a exigir planejamento integrado e ação conjunta com união

permanente de esforços para a execução das funções públicas de interesse comum dos entes públicos nela atuantes e que apresentar, cumulativamente, as seguintes características:




1. densidade populacional bruta e/ou taxa de crescimento superiores à média do Estado, e população igual ou superior a 10% (dez por cento) do Estado:

POPULAÇÃO 1991 (CENSO IBGE 1991)

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO 1991				DENSID. DEMOGR. hab/km ²	TAXA GEOM. MÉDIA DE CRESCIM. 80/91 total
	TOTAL		URBANA	RURAL		
	hab.	% reg.	hab.	hab.		
ÁGUAS MORNAS	4.612	0,73	1.045	3.567	15,27	-0,02
ANTÔNIO CARLOS	5.625	0,90	976	4.649	27,44	0,34
BIGUAÇU	34.027	5,42	28.215	5.812	104,38	4,29
FLORIANÓPOLIS	254.941	40,58	239.566	15.375	565,28	2,81
GOV. C. RAMOS	9.630	1,53	7.471	2.159	117,44	1,92
PALHOÇA	68.298	10,87	65.661	2.637	189,19	5,47
S.A. DA IMPERATRIZ	13.323	2,12	7.664	5.659	39,42	1,49
S. JOSÉ/ S.P. ALCANT.	139.318	22,18	128.203	11.115	508,46	4,28
NÚCLEO METROP.	529.774	11,67	478.801	50.973	226,50	
ALFREDO WAGNER	9.793	1,56	2.157	7.636	11,66	0,29
ANGELINA	6.260	1,00	729	5.531	10,02	-0,57
ANITÁPOLIS	3.569	0,57	1.032	2.537	6,40	-2,26
CANELINHA	8.081	1,29	3.695	4.386	60,31	1,11
GAROPABA	9.907	1,58	5.160	4.747	127,01	1,69
LEOBERTO LEAL	4.278	0,68	480	3.798	20,47	0,09
MAJOR GERCINO	3.804	0,61	1.112	2.692	13,03	-0,10
NOVA TRENTO	9.157	1,46	5.238	3.919	21,25	0,04
PAULO LOPES	5.541	0,88	2.828	2.713	11,22	0,08
RANCHO QUEIMADO	2.346	0,37	934	1.412	9,78	-0,63
SÃO BONIFÁCIO	3.380	0,54	655	2.725	8,26	-0,40
S. JOÃO BATISTA	12.710	2,02	8.240	4.470	58,84	1,59
TIJUCAS	19.638	3,13	14.337	5.301	82,86	2,73
ÁREA DE EXPANSÃO	98.464	2,17	46.597	51.867	13,86	
REGIÃO	628.238	100,00	525.398	102.840	68,46	2,99
ESTADO SC	4.638.248	-	3.205.600	1.332.648	47,63	2,06
% REGIÃO	13,54	-	16,39	7,72	-	-

FONTE: CENSO IBGE 1991



MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO
	1995 hab.
ÁGUAS MORNAS	4 607
ANTÔNIO CARLOS	5.710
BIGUAÇU	39 202
FLORIANÓPOLIS	282 504
GOV. C. RAMOS	10.377
PALHOÇA	80 736
S.A. DA IMPERATRIZ	14.147
S. JOSÉ/ S.P. ALCANTARA	160.483
NÚCLEO METROP.	597.766
ALFREDO WAGNER	9.921
ANGELINA	6.093
ANITÁPOLIS	3.149
CANELINHA	8.462
GAROPABA	10.593
LEOBERTO LEAL	4.294
MAJOR GERCINO	3.787
NOVA TRENTO	9.175
PAULO LOPES	5.562
RANCHO QUEIMADO	2.277
SÃO BONIFÁCIO	3.317
S. JOÃO BATISTA	13.542
TIJUCAS	21.710
ÁREA DE EXPANSÃO	101.882
REGIÃO	699.648
ESTADO SC	4.912.341
% REGIÃO	14,24

FONTE: Anuário Estatístico de Santa Catarina 1994

- Densidade populacional bruta do Estado = 47,53 hab /km²
- Densidade populacional bruta da Região = 68,46 hab /km²
(CENSO IBGE 1991)

➤ Densidade
populacional bruta
da Região superior
à média do Estado

- Taxa de crescimento média do Estado (1980/91) = 2,06%
- Taxa de crescimento média da Região (1980/91) = 2,99%
(CENSO IBGE 1991)

➤ Taxa de
crescimento da Região
superior à
média do Estado

- População do Estado (Censo IBGE/91) = 4.538 248 hab
- População da Região (Censo IBGE/91) = 628 238 hab
- Segundo o Censo do IBGE, de 1991, a População total da
Região corresponde 13,84% da população total do Estado.

➤ População
superior a
10% (dez por cento)
do Estado,

II. significativa conurbação:

➤ A Região Metropolitana de Florianópolis apresenta significativa conurbação (fusão de duas ou mais áreas urbanizadas de cidades de municípios vizinhos) entre os municípios de Florianópolis, São José, Palhoça, Biguaçu, em processo de conurbação os municípios de: Santo Amaro da Imperatriz, Águas Mornas; e, com tendência a conurbação os municípios de: Antônio Carlos e Governador Celso Ramos.

III. nítida polarização, com funções urbanas e regionais com alto grau de diversidade e especialização:

➤ As funções urbanas e regionais com alto grau de diversidade e especialização, capazes de gerar uma vasta área de influência, estão localizadas tanto no município sede, Florianópolis, como nos demais municípios que compõe o núcleo metropolitano e, as principais estão descritas na sequência deste documento quando se reporta a composição da região e sua justificativa.

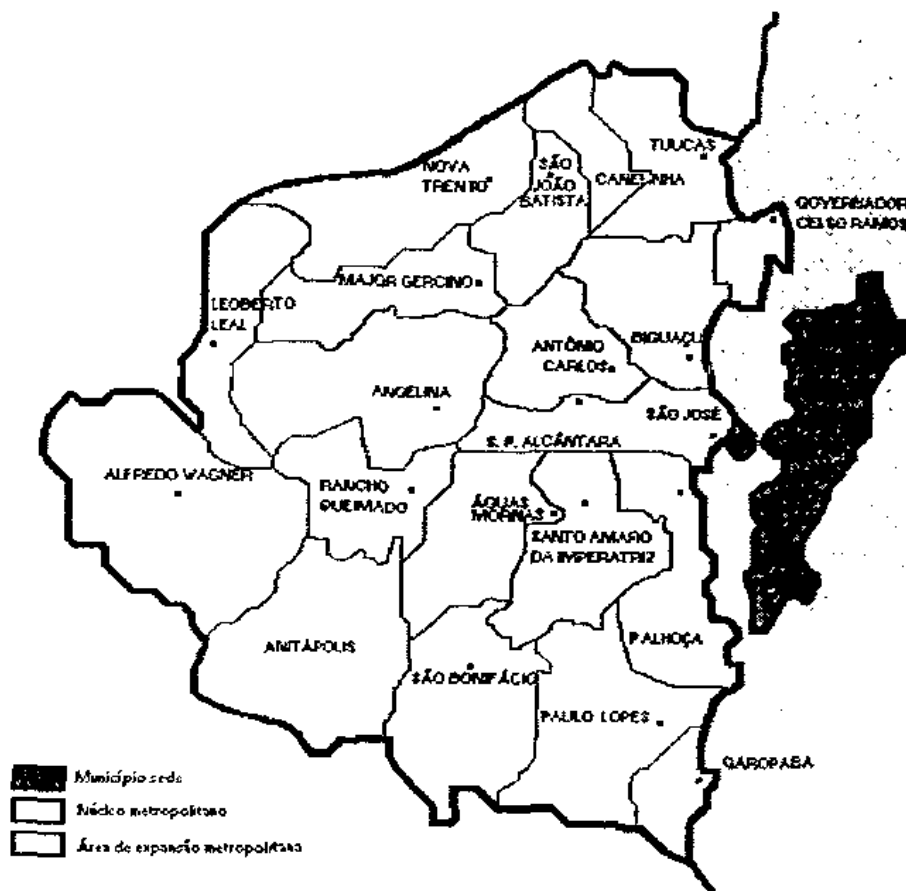
IV. alto grau de integração sócio-econômica:

➤ As principais características que identificam uma integração social e econômica entre municípios, são principalmente aquelas que se traduzem num conjunto de relações intrametropolitanas. Estas regiões atingidas pelo processo de metropolização, caracterizam-se, por um sistema de integração, que se traduz por um movimento alternado de pessoas se deslocando entre as unidades (*deslocamentos intermunicipais x movimentos pendulares*) complementando e suplementando o mercado de trabalho, ou, ainda, pela concentração de certas atividades especializadas no município sede, e a descentralização de outras atividades ou funções urbanas complementares em municípios vizinhos (*funções complementares*).

Os principais critérios de integração estão descritos na sequência deste documento quando nos reportamos a composição da região e sua justificativa.

3.1. A COMPOSIÇÃO

Em consequência das concepções até aqui expostas, no caso da Região Metropolitana de Florianópolis, foram estabelecidas diferenciações internas do espaço regional, em função do maior ou menor comprometimento com a metropolização, e que corresponderão a uma atuação diferenciada em termos das funções públicas de interesse comum. A região Metropolitana é um espaço de integração econômica e social, formada pelos 22 municípios (645 564 hab = 13,95% da População do Estado - CENSO IBGE/91), revelando níveis diferenciados de integração.



O MUNICÍPIO SEDE

O município sede, Florianópolis, é o centro polarizador da região, o que apresenta a maior população, a maior concentração, em seu território de equipamentos e serviços especializados de abrangência regional. Capital político-administrativa do Estado e *centro de referência*. O volume de população nela concentrado (254 941 hab.- CENSO IBGE/ 91; 282 504 hab.- estimativa p/95. Anuário Estatístico de SC 1994) dá margem a uma grande divisão de trabalho e conseqüentemente a produção de bens e serviços variados que lhe permitem alcançar uma vasta área de influência.

Florianópolis foi o município que gerou toda a problemática da metropolização, expandindo-se sobre o território dos municípios contíguos (a sua mancha urbana espalhou-se além dos seus limites municipais), definindo um espaço urbanizado comum (conurbação). Visto em mapa, este aglomerado populacional confunde-se com uma grande mancha, cujos recortes não correspondem aos limites de um único município.

Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina, concentra em seu território todos Órgãos Governamentais Estaduais e Federais e uma extensa rede de serviços, com capacidade de polarizar uma vasta área no seu entorno, sendo os principais:

- **SAÚDE** - Centros especializados de referência: LACEN - Laboratório Central de Saúde Pública; HEMOSC - Centro de Hematologia e Hemoterapia; CEPON - Centro de Pesquisas Oncológicas; LAFESC - Laboratório Industrial Farmacêutico do Estado de Santa Catarina; ASCR- Associação Santa Catarina de Reabilitação, PRR- Policlínica de Referência Regional;
 - * Hospitais e maternidades. Hosp. Governador Ceiso Ramos, Hosp. Florianópolis, Hosp. Nereu Ramos, Hosp. Infantil, Hosp. Universitário, Hosp. da Polícia Militar, Hospital de Caridade, Manicômio Judiciário, Casa de Saúde e Maternidade São Sebastião, Maternidade Carlos Correia e Maternidade Camela Dutra.
- **ENSINO SUPERIOR** Universidade Federal de Santa Catarina: Campus I da Universidade do Estado de Santa Catarina; Centro de Ensino da Polícia Militar, Fundação Esag
- **ESCOLAS TÉCNICAS E PROFISSIONALIZANTES:** Itag- Instituto Técnico de Administração e Gerência; SENAC- Serviço Nacional do Comércio, SENAI- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, Escola Técnica Federal de Santa Catarina;
- **TECNOLOGIA:** Fundação Centro Regional de Tecnologia em Informática, Associação Catarinense de Telemática e Eletrônica, Laboratório Brasileiro de Desenvolvimento Industrial, Polo Tecnológico da Grande Florianópolis - TECNOPOLIS.
- **COMÉRCIO E SERVIÇOS:** 1.768 estabelecimentos comerciais e 1.166 estabelecimentos de serviços
- **INDÚSTRIAS** 261 estabelecimentos (Censo Industrial - SC - 1985 - IBGE)
- **INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA:** 4.748 leitos em hotéis classificados, 4.671 leitos em hotéis não classificados, 22 campings, 2 albergues da juventude, 3 marinas, 500 restaurantes, 75 agências turísticas.

SEGURANÇA PÚBLICA Polícia Militar (4º Batalhão de Polícia Militar, 7º Batalhão de Polícia Militar, 1º Grupamento de Incêndio); Delegacias Especializadas da Diretoria de Investigações Criminais-DEIC, Penitenciária Estadual

- **TRANSPORTE:** TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS : Terminal Rodoviário de Passageiros com linhas intermunicipais, interestaduais e internacionais, TRANSPORTE AEROMARÍTIMO: Aeroporto Hercílio Luz, operando em aviação de primeiro nível, com 26 operações de vôos regulares domésticos, classificado como internacional

O NÚCLEO METROPOLITANO

O núcleo metropolitano é a área vizinha ao município sede, que apresenta fortes vínculos com este. As características relacionadas para os municípios desta área levam em consideração os fenômenos de dependência imediata e cotidiana com o município sede.

Esta área organizada e dinâmica, composta por 9 municípios, é capaz de induzir sua influência direta sobre os demais municípios da região. Os critérios básicos para a integração são:

a) conurbação;

- Área conurbada: Florianópolis, São José, Palhoça, Biguaçu;
- Área em processo de conurbação: Santo Amaro da Imperatriz e Águas Mornas (abrangência de Santo Amaro da Imperatriz pela visível continuidade da malha urbana com Palhoça, principalmente no trecho lindeiro à Br 101/entroncamento com a Br 282.

Águas Mornas pela sua proximidade e tendência a conurbação com Santo Amaro)

A não conclusão da Br 282, no trecho que liga Palhoça a Águas Mornas, induziu o fluxo de veículos a utilizarem, como alternativa, a rodovia que corta as áreas urbanas de Santo Amaro da Imperatriz e Águas Mornas, passando, assim, a ser um forte indutor da urbanização e importante acesso a locais de interesse turístico, como as Termas de Caldas da Imperatriz e Águas Mornas

- Área com tendência a conurbação: Antônio Carlos e Governador Celso Ramos

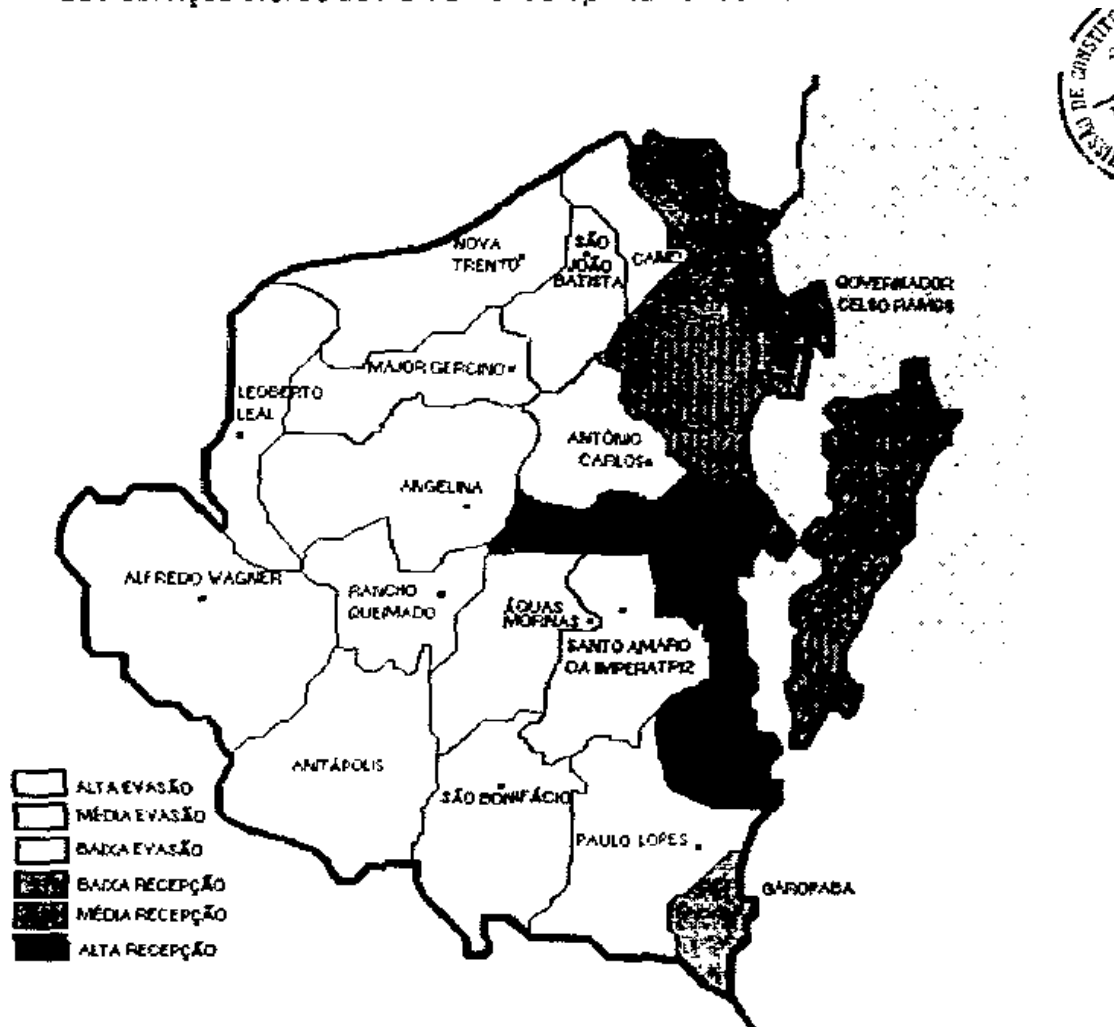
b) nítida polarização, com funções urbanas e regionais com alto grau de diversidade e especialização:

O núcleo metropolitano concentra em seu território uma rede de serviços, com capacidade de polarizar o seu entorno, sendo os principais:



- **SAÚDE** - São José: Hospital Colônia Santana e Instituto Psiquiátrico Santa Catarina; Fundação Hospitalar Santa Catarina; Hospital Regional São José; Instituto São José (Centro Psiquiátrico); Hospital Santa Tereza (São Pedro de Alcântara), Santo Amaro da Imperatriz: Sociedade Hospitalar S. Francisco de Assis;
- **ENSINO SUPERIOR** - Campus IV da Universidade do Estado de Santa Catarina - Biguaçu, Campus da UNISUL - Palhoça;
- **ESCOLAS TÉCNICAS E PROFISSIONALIZANTES**: São José: SENAC- Serviço Nacional do Comércio; SENAI- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, Escola Técnica Federal de Santa Catarina;
- **COMÉRCIO**: 153 estabelecimentos - Biguaçu, 28 estabelecimentos - Antônio Carlos; 16 estabelecimentos- Águas Mornas; 69 estabelecimentos- Gov. Celso Ramos; 233 estabelecimentos- Palhoça, 72 estabelecimentos- Santo Amaro da Imperatriz, 697 estabelecimentos - São José (Censo Comercial e de Serviços - SC - 1985 - IBGE).
- **SERVIÇOS**: 92 estabelecimentos - Biguaçu, 6 estabelecimentos - Antônio Carlos; 11 estabelecimentos- Águas Mornas, 18 estabelecimentos- Gov. Celso Ramos; 105 estabelecimentos- Palhoça; 55 estabelecimentos- Santo Amaro da Imperatriz; 313 estabelecimentos - São José (Censo Comercial e de Serviços - SC - 1985 - IBGE).
- **INDÚSTRIAS**: 55 estabelecimentos - Biguaçu; 16 estabelecimentos - Antônio Carlos, 8 estabelecimentos- Águas Mornas, 7 estabelecimentos- Gov. Celso Ramos, 90 estabelecimentos- Palhoça; 21 estabelecimentos- Santo Amaro da Imperatriz; 389 estabelecimentos - São José (FIESC - FPOLIS - 1993)
- **INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA**: Águas Mornas: 164 leitos em hotéis classificados, Biguaçu: 80 leitos em hotéis não classificados; Gov. Celso Ramos: 50 leitos em hotéis não classificados; Palhoça: 32 leitos em hotéis classificados, 175 leitos em hotéis não classificados; Santo Amaro da Imperatriz: 367 leitos em hotéis classificados, 75 leitos em hotéis não classificados, São José: 120 leitos em hotéis não classificados;
- **ABASTECIMENTO ALIMENTAR** - Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina S A - CEASA/SJ - São José

- Outra característica que demonstra a polarização exercida pela área do núcleo metropolitano e pelo município sede, sobre os demais municípios da região, é o afluxo de pessoas que se deslocam para essa área em busca dos serviços oferecidos e de novas oportunidades de trabalho



➤ Forte afluxo demográfico em direção dos Municípios de Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu.

c) alto grau de integração sócio-econômica;

As principais características que identificam uma integração social e econômica entre municípios, são principalmente

- movimento alternado de pessoas se deslocando entre as unidades (*deslocamentos intermunicipais x movimentos pendulares*) complementando e suplementando o mercado de trabalho, em busca dos serviços de educação, saúde, lazer, etc



➤ Segundo o DETER/STO, na área integrada pelos municípios de Florianópolis, São José, Biguaçu e Palhoça, em 1992, existiam 174 linhas de transporte coletivo convergindo para o centro de Florianópolis, que transportavam 316.000 passageiros diariamente, sendo 190.000 passageiros/dia (60%) no município de Florianópolis e 126.000 passageiros/dia (40%) entre Florianópolis e os demais municípios. Estes deslocamentos diários demonstram a forte integração entre o município sede e os municípios de São José, Biguaçu e Palhoça.

Hoje, estes deslocamentos diários já são significativos, também, entre Florianópolis, São José e Palhoça com Santo Amaro da Imperatriz e Águas Mornas. Ao Norte, destacam-se deslocamentos significativos entre Antônio Carlos e Biguaçu, e Governador Celso Ramos com os demais municípios do núcleo

- concentração de certas atividades especializadas no município sede, e a descentralização de outras atividades ou funções urbanas complementares em municípios vizinhos (*funções complementares*) e, necessidade de organização, planejamento e execução das funções públicas de interesse comum :

➤ Além da conurbação, a integração de Santo Amaro da Imperatriz e Águas Mornas, ocorre em razão das funções complementares localizadas em seu território, de interesse comum dos municípios do núcleo metropolitano:

- mananciais de água (1);
- Parque Estadual da Serra do Tabuleiro,
- Águas termais - potencial turístico

(1) Os mananciais de Pilões e Cubatão, considerados como os principais mananciais da região, abastecem uma população de, aproximadamente, 447.000 hab., distribuídos entre Florianópolis, São José, Palhoça, Biguaçu, Antônio Carlos, Águas Mornas e Santo Amaro da Imperatriz, que representam 81% da população total desses municípios

MANANCIAL DE PILÕES/ CUBATÃO

MUNICÍPIOS	LOCALIZAÇÃO DA BACIA	MUNICÍPIOS ABASTECIDOS
FLORIANÓPOLIS		
SÃO JOSÉ		
PALHOÇA		
BIGUAÇU		
ANTÔNIO CARLOS		
S. AMARO DA IMPERATRIZ		
ÁGUAS MORNAS		



➤ Inclusão de Governador Celso Ramos devido a sua integração físico-natural com os demais municípios do núcleo, através da Baía Norte e das áreas de proteção ambiental existentes em seu território, cujo planejamento e proteção requerem ação integrada dos municípios do núcleo:

- extensa faixa litorânea e proximidade das ilhas de Anhatomirim (ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL: 3 000 Ha, compreendendo Ilha, promotório e mar), Deserta, Arvoredo (RESERVA BIOLÓGICA MARINHA DO ARVOREDO: 17.600 Ha, compreendendo as ilhas e toda a faixa de marinha que as circunda), Ganchos, Palmas, Trinta-reis, André Vieras, Constância, Maximiliano e Maria Magalhães, merecendo um planejamento ambiental (possibilidade de controle ambiental da baía norte) e turístico integrado ao núcleo metropolitano.

➤ Inclusão de Antônio Carlos de sua forte integração física (a distância entre as áreas urbanas de Antônio Carlos e Biguaçu é de apenas 2 Km) e sócio-econômica com Biguaçu, que requer uma ação conjunta para a organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum entre este o e núcleo.

➤ Inclusão de São Pedro de Alcântara, município desmembrado de São José, a ser instalado em 1997, por sua relação sócio- econômica com o município "Mãe".

A ÁREA DE EXPANSÃO METROPOLITANA

A área de expansão metropolitana agrega os demais municípios polanzados diretamente pelo município sede ou pelo núcleo metropolitano São os municípios atingidos, de forma ainda tênue ou tendo em vista a complementaridade de funções, pelo processo de metropolização

Os requisitos estipulados para a integração dos municípios em uma ou outra área da região não excluem a dinâmica a que estes espaços estão sujeitos novos municípios podem ser agregados ou desmembrados, os limites regionais são passíveis de ajustes temporais condicionados pela dinâmica regional Tal preocupação é decorrência da incontestável dinâmica urbana e regional, do processo de urbanização e de seus novos arranjos espaciais com a criação de novos municípios, e das variações nos fatores econômicos e sociais



3.2. A ESTRUTURA PROPOSTA

A estrutura organizacional básica da Região Metropolitana de Florianópolis, será composta por três níveis:

- Conselho de Desenvolvimento Metropolitano;
- Câmaras Setoriais; e
- Órgão Gestor.

O CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO

A proposta prevê a criação de um Conselho de Desenvolvimento Metropolitano, órgão de carácter deliberativo, composto por representantes do Estado e dos Municípios, isto porque a problemática regional não encontra equacionamento exclusivo em um ou outro, como não pode prescindir da presença de pelo menos esses dois níveis de governo no processo decisório.

A adequada atuação, organização, planejamento e gestão desta região, somente será realizada com a efetiva participação do Estado e dos Municípios, tanto no processo decisório, quanto na destinação de recursos financeiros nos seus respectivos orçamentos para implementar as atividades e funções da região metropolitana

A nomeação do Presidente do Conselho fica a cargo do Governador do Estado, dentre os 08 (oito) Conselheiros

AS CÂMARAS SETORIAIS

O Conselho de Desenvolvimento terá como órgão de assessoramento, as Câmaras Setoriais que deverão ser formadas em razão das funções públicas de interesse comum elencadas para a região

As atribuições, composição e o funcionamento das Câmaras Setoriais deverão ser definidas pelo Conselho no seu regimento, garantindo-se a participação dos 03 (três) níveis de governo, e das representações dos Poderes Executivo e Legislativo Estadual e Municipais, da Associação de Municípios da Grande Florianópolis, e da sociedade civil, conforme estabelece o Inciso I, do Artigo 4º, da Lei Complementar nº 104



DAS FUNÇÕES PÚBLICAS DE INTERESSE COMUM

A Lei Complementar nº 104, em seu Artigo 3º, enumera as funções públicas de interesse comum de forma abrangente. A proposta deixa para a região, através do Conselho de Desenvolvimento Metropolitano, a tarefa de relacioná-las de acordo com as especificidades e peculiaridades regionais e com as variações que poderão sofrer ao longo do tempo, de maneira flexível.

Lei Complementar nº 104:

**Art. 3º - São consideradas funções públicas de interesse regional:*

- I. o planejamento integrado do desenvolvimento regional;*
- II. as prestações dos serviços de utilidade pública de:*
 - a) saúde e educação;*
 - b) transporte coletivo;*
 - c) segurança pública;*
 - d) limpeza pública;*
 - e) abastecimento d'água;*
 - f) esgoto sanitário;*
 - g) abastecimento alimentar;*
 - h) outros que vierem a ser criados*
- III. o exercício do poder de polícia administrativa para:*
 - a) preservação ambiental;*
 - b) controle do uso e ocupação do solo;*
 - c) preservação do patrimônio histórico e cultural;*
 - d) definição e execução do sistema viário intra-regional;*
- IV. utilização de incentivos técnicos e financeiros como estímulo à atividade econômica;*
- V. imposição de tributos."*

A COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

O que se propõe é que o Conselho de Desenvolvimento Metropolitano proponha ou institua, dentro das suas competências, mecanismos de compensação financeira para o município que receber o ônus das atribuições decorrentes das funções públicas de interesse comum. Caso dos municípios que vêem limitada suas condições de desenvolvimento devido a investimentos ou restrições que beneficiem o conjunto da região, como por exemplo, o município que tem um manancial de água em seu território, não pode desenvolver a indústria, não tem para onde dirigir o assentamento da população, não pode fazer certas obras viárias na bacia, etc. Ele tem uma das funções de maior significado social, econômico e ecológico para a região, que é armazenar água, por isto deve receber algum tipo de compensação.

DO ÓRGÃO GESTOR



A proposta deixa a competência de definição do Órgão Gestor, órgão executivo ou operacional da Região Metropolitana, bem como suas atribuições, ao Poder Executivo, através de lei ordinária.

São sugestões do "GRUPO DE TRABALHO PARA A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS" e do "SEMINÁRIO DA REGIÃO METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS", as seguintes possibilidades ou entidades:

1. ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA GRANFPOLIS:

- a configuração da Associação de Municípios da GRANFPOLIS é a mesma da Região Metropolitana proposta,
- domina os conhecimentos da região e suas especificidades e tem entre suas atribuições o planejamento regional.
- tem como principal função a representação das municipalidades associadas junto aos Governos Federal e Estadual;
- não onera o Estado com a criação de uma nova Empresa ou Órgão Público,
- tem dificuldade para captar recursos ou financiamentos externos,

2. AUTARQUIA DO GOVERNO DO ESTADO:

- deverá ter corpo técnico e espaço físico próprios;
- personalidade jurídica de direito público com orçamento próprio,
- necessita ser criada com finalidade específica.

3. CODESC:

- reúne condições técnicas e jurídicas para a formulação e gestão de programas de programas visando o desenvolvimento econômico e social do Estado;
- entidade governamental que pode oferecer avais, garantias e contragarantias para o Estado, Autarquias, Fundações e Sociedades de Economia Mista,
- promove a integração da ação do Estado com seus municípios e a União,
- possui estrutura técnica, administrativa e gerencial consolidada,
- não onera o Estado com a criação de uma nova Empresa ou Órgão Público,
- não está sujeita ao período orçamentário do Estado,
- forte presença do Estado - centraliza a responsabilidade pela implementação de projetos da região.

4. IPUF - INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS:



- estrutura técnica consolidada e com experiência (já coordenou trabalhos relacionados com a execução de obras no AGLURB/1970),
- Não onera o Estado com a criação de uma nova Empresa ou Órgão Público;
- deverá ter suas atribuições ampliadas e mudança da personalidade jurídica.

5. DIRETORIA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA:

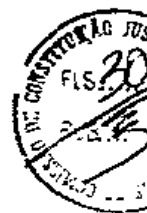
- aproveitamento da estrutura de governo existente;
- não onera o Estado com a criação de uma nova Empresa ou Órgão Público;
- possibilidade de remanejamento de pessoal para formação do corpo técnico, com possibilidade de obter a cedência de recursos humanos dos municípios

6. EMPRESA DE ECONOMIA MISTA A SER CRIADA PELOS MUNICÍPIOS:

- não onera o Estado com a criação de uma nova Empresa ou Órgão Público;
- cedência de pessoal técnico dos municípios;
- pode captar recursos;
- envolve os municípios na solução dos seus problemas

3.3. O FUNDO DE DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO

A proposta prevê a criação de um Fundo de Desenvolvimento Metropolitano, instrumento financeiro de caráter rotativo, destinado a financiar total ou parcialmente as atividades de planejamento do desenvolvimento da região, a gestão de planos, programas, projetos e ações metropolitanas, etc



**GRUPO DE TRABALHO PARA A
INSTITUCIONALIZAÇÃO DA
REGIÃO METROPOLITANA DE
FLORIANÓPOLIS**

Antônio Victorino Ávila - CODESC

Ivo Sostisso - SDE

Jorge Rebollo Squera - SDM

Luiz Antônio M. Silva - SDM

Márcio Bittencourt - SGO

Márcio Luiz Pereira - SDM

**Maria Terezinha de R. Marcon -
SDM**

Miguel A. Faraco - GRANPOLIS

Osni F. Proença - SGO

Rosane Fátima Buzatto - SDM

LEI COMPLEMENTAR Nº 162, de 06 de janeiro de 1998

Procedência – Governamental
Natureza – PC 01/97
D.O. 15.834 de 06/01/98
* Ver [LC 243/03](#); [LC 284/05](#)
* Revogada parcialmente pela [LC 284/05](#) (arts. 11 a 24) e
totalmente pela [LC 381/07](#)
* Regulamentação Decreto: 1643-(22/09/00)
Fonte - ALESC/Div. Documentação (tr.)

Institui as Regiões Metropolitanas de Florianópolis, do Vale do Itajaí e do Norte/Nordeste Catarinense e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Ficam instituídas, nos termos do art. 114 da Constituição do Estado de Santa Catarina e da Lei Complementar nº 104, de 04 de janeiro de 1994, as Regiões Metropolitanas de Florianópolis, do Vale do Itajaí e do Norte/ Nordeste Catarinense.

Art. 2º As Regiões Metropolitanas de Florianópolis, do Vale do Itajaí e da Norte/Nordeste Catarinense, serão compostas por um Núcleo Metropolitano e uma Área de Expansão Metropolitana, tendo como sede, respectivamente, os Municípios de Florianópolis, Blumenau e Joinville.

Art. 3º Incluem-se no Núcleo Metropolitano os municípios que atendam, alternativamente, os incisos II, III ou IV, do art. 6º da Lei Complementar nº 104, de 04 de janeiro de 1994.

Art. 4º Incluem-se na Área de Expansão Metropolitana de Florianópolis, do Vale do Itajaí e do Norte/ Nordeste Catarinense os municípios que:

I – apresentem dependência de utilização de equipamentos públicos e serviços especializados do Núcleo Metropolitano, com implicação no desenvolvimento da região;

II – apresentem perspectiva de desenvolvimento integrado, através da complementaridade de funções.

Art. 5º O Núcleo Metropolitano da Região Metropolitana de Florianópolis será integrado pelos Municípios de Águas Mornas, Antônio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, São José e São Pedro de Alcântara.

Parágrafo único. A Área de Expansão Metropolitana da Região Metropolitana de Florianópolis será integrada pelos Municípios de Alfredo Wagner, Angelina, Anitápolis, Canelinha, Garopaba, Leoberto Leal, Major Gercino, Nova Trento, Paulo Lopes, Rancho Queimado, São Bonifácio, São João Batista e Tijucas.

Art. 6º O Núcleo Metropolitano da Região Metropolitana do Vale do Itajaí será integrado pelos Municípios de Blumenau, Pomerode, Gaspar, Indaial e Timbó.

Parágrafo único. A Área de Expansão Metropolitana da Região Metropolitana do Vale do Itajaí será integrada pelos Municípios de Apiúna, Ascurra, Benedito Novo, Botuverá, Brusque, Doutor Pedrinho, Guabiruba, Ilhota, Luiz Alves, Rio dos Cedros e Rodeio.

Art. 7º O Núcleo Metropolitano da Região Metropolitana do Norte/Nordeste Catarinense será integrado pelos municípios de Joinville e Araquari.

Parágrafo único. A Área de Expansão Metropolitana da Região Metropolitana do Norte/Nordeste Catarinense será integrada pelos municípios de Balneário de Barra do Sul, Barra Velho, Campo Alegre, Corupá, Garuva, Guaramirim, Itaiópolis, Itapoá, Jaraguá do Sul, Mafra, Massaranduba, Monte Castelo, Papanduva, Rio Negrinho, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, São João do Itaperiú e Schroeder.

Art. 8º Os municípios criados, decorrentes de desmembramentos daqueles pertencentes às Regiões Metropolitanas de Florianópolis, do Vale do Itajaí e do Norte/Nordeste Catarinense, passarão também a integrá-las.

Art. 9º Os limites regionais são passíveis de ajustes temporais condicionados pela dinâmica da Região Metropolitana e das áreas que a compõem, observado o que dispõem os artigos 3º e 4º da presente Lei Complementar.

Art. 10 Os municípios poderão criar consórcios intermunicipais para a realização de ações, obras e serviços de interesse comum.

Parágrafo único. Os consórcios deverão ser auto-suficientes em termos financeiros, não devendo onerar os demais municípios da Região Metropolitana que deles não participem.

Art. 11. A estrutura organizacional básica de coordenação de cada Região Metropolitana compreenderá:

- I – O Conselho de Desenvolvimento;
- II – as Câmaras Setoriais;
- III – a Superintendência da Região Metropolitana.

“Fica revogada (...) os arts. 11 (...) da Lei Complementar nº 162, de 6 de janeiro de 1998, (...) e demais disposições em contrário.

Art. 12. O Conselho de Desenvolvimento de cada Região Metropolitana, órgão deliberativo, será composto:

I – por 05 (cinco) representantes do Governo do Estado;

II – pelo prefeito do município sede;

III – por 01 (um) prefeito representante dos municípios que compõem o Núcleo Metropolitano, eleito por seus pares;

IV – por 01 (um) prefeito representante dos municípios que compõem a Área de Expansão Metropolitana, eleito por seus pares;

V – por 01 (um) vereador representante das Câmaras Municipais dos municípios que compõem o Núcleo Metropolitano, eleito por seus pares;

VI – por 01 (um) vereador representante da Área de Expansão Metropolitana, eleito por seus pares.

§ 1º O Governador do Estado nomeará os representantes para cumprir mandato de até 02 (dois) anos, limitado ao termo final de seu mandato, permitida a recondução.

§ 2º A atividade dos Conselheiros será considerada serviço público relevante, devendo ser exercida sem prejuízos das funções próprias de seus titulares.

LC 284/05 (Art. 217.) – (DO. 17.587 de 28/02/05)

“Fica revogada ... os arts. 11 a 24, da Lei Complementar nº 162, de 6 de janeiro de 1998, ... e demais disposições em contrário.

Art. 13. Os Conselhos de Desenvolvimento das Regiões Metropolitanas terão um Presidente e um Vice-Presidente, ambos conselheiros e eleitos por seus pares, cujas funções serão definidas em Regimento Interno próprio.

LC 284/05 (Art. 217.) – (DO. 17.587 de 28/02/05)

“Fica revogada ... os arts. 11 a 24, da Lei Complementar nº 162, de 6 de janeiro de 1998, ... e demais disposições em contrário.

Art. 14. As deliberações dos Conselhos de Desenvolvimento das Regiões Metropolitanas terão forma de resolução e serão publicadas no Diário Oficial do Estado.

LC 284/05 (Art. 217.) – (DO. 17.587 de 28/02/05)

“Fica revogada ... os arts. 11 a 24, da Lei Complementar nº 162, de 6 de janeiro de 1998, ... e demais disposições em contrário.

Art. 15. A participação popular no exame dos planos, programas, projetos e propostas de interesse metropolitano, prevista no inciso I do art. 4º da Lei Complementar nº 104, de 04 de janeiro de 1994, será admitida nos termos definidos pelos Conselhos de Desenvolvimento das Regiões Metropolitanas no Regimento Interno.

LC 284/05 (Art. 217.) – (DO. 17.587 de 28/02/05)

“Fica revogada ... os arts. 11 a 24, da Lei Complementar nº 162, de 6 de janeiro de 1998, ... e demais disposições em contrário.

Art. 16. Os Conselhos de Desenvolvimento das Regiões Metropolitanas criarão Câmaras Setoriais, observadas as funções públicas de interesse comum, conforme o estabelecido no art. 3º da Lei Complementar nº 104, de 04 de janeiro de 1994.

§ 1º Nas Câmaras Setoriais será assegurada a participação prevista no inciso I do art. 4º da Lei Complementar nº 104, de 04 de janeiro de 1994, atendendo a especificidade da função pública de interesse comum correspondente.

§ 2º As atribuições, a composição e o funcionamento das Câmaras Setoriais serão definidos no Regimento Interno.

LC 284/05 (Art. 217.) – (DO. 17.587 de 28/02/05)

“Fica revogada ... os arts. 11 a 24, da Lei Complementar nº 162, de 6 de janeiro de 1998, ... e demais disposições em contrário.

Art. 17. São atribuições dos Conselhos de Desenvolvimento das Regiões Metropolitanas:

I – elencar dentre as funções públicas de interesse comum, especificadas no art. 3º da Lei Complementar nº 104, de 04 de janeiro de 1994, aquelas que atendam as especificidades da Região Metropolitana;

II – definir as prioridades de intervenção;

III – promover o processo de planejamento para o desenvolvimento sustentável, equilibrado e integrado da Região Metropolitana e a programação de serviços comuns;

IV – supervisionar a execução de programas e projetos de interesse metropolitano;

V – fiscalizar e aprovar a gestão do Fundo de Desenvolvimento da respectiva Região Metropolitana;

VI – propor ou instituir, no que couber, mecanismos de compensação para os municípios que, por atribuições decorrentes das funções públicas de interesse comum, sofrerem restrições de uso do solo ou perda de receitas;

VII – estabelecer diretrizes para as políticas tarifárias dos serviços públicos de interesse comum;

VIII – deliberar sobre quaisquer matérias de interesse regional;

IX – aprovar o seu Regimento Interno e o do Fundo de Desenvolvimento da respectiva Região Metropolitana;

X – estabelecer a participação orçamentária dos municípios no Fundo de Desenvolvimento;

XI – deliberar sobre a instituição dos consórcios, bem como as regras de funcionamento destes no âmbito da Região Metropolitana.

LC 284/05 (Art. 217.) – (DO. 17.587 de 28/02/05)

“Fica revogada ... os arts. 11 a 24, da Lei Complementar nº 162, de 6 de janeiro de 1998, ... e demais disposições em contrário.

Art. 18. Vinculados à Secretaria de Estado da Fazenda ficam criados os Fundos de Desenvolvimento Metropolitano de Florianópolis, do Vale do Itajaí e do Norte/Nordeste Catarinense, instrumentos financeiros de caráter rotativo, destinados a financiar, total ou parcialmente, sob a forma de empréstimo ou a fundo perdido:

I – as atividades de planejamento de desenvolvimento das respectivas Regiões Metropolitanas;

II – a gestão dos planos, programas, projetos e ações relativos às respectivas Regiões Metropolitanas;

III – a execução de funções públicas de interesse comum no âmbito da sua Região Metropolitana;

IV – a execução e a operação de serviços urbanos de interesse da Região Metropolitana.

§ 1º A Superintendência da Região Metropolitana de Florianópolis, a Superintendência da Região Metropolitana do Vale do Itajaí e a Superintendência da Região Metropolitana do Norte/Nordeste Catarinense serão os órgãos gestores das respectivas Regiões Metropolitanas.

§ 2º As Superintendências especificadas no § 1º deste artigo serão vinculadas à estrutura administrativa da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina – CODESC.

§ 3º A Superintendência de cada Região Metropolitana administrará o respectivo Fundo de Desenvolvimento Metropolitano, submetendo seus instrumentos de controle financeiro à aprovação do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana.

§ 4º Poderão constituir receitas do Fundo:

I – recursos de natureza orçamentária que lhe forem destinados pela União, pelo Estado e pelos municípios integrantes da Região Metropolitana;

II – produtos de operações de crédito realizadas pela União, Estados e pelos municípios que integram a Região Metropolitana, destinados ao financiamento dos planos, programas, projetos e ações de interesse metropolitano;

III – retorno financeiro de empréstimos ou subempréstimos para investimentos em obras e serviços de âmbito metropolitano;

IV – rendas auferidas com a aplicação de seus recursos no mercado financeiro;

V – recursos provenientes de taxas e contribuições de melhoria, arrecadadas pelo Estado ou pelos municípios, relativas a empreendimentos e serviços de interesse metropolitano;

VI – transferências a fundo perdido, provenientes de entidades públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais;

VII – recursos provenientes de outras fontes.

LC 284/05 (Art. 217.) – (DO. 17.587 de 28/02/05)

“Fica revogada ... os arts. 11 a 24, da Lei Complementar nº 162, de 6 de janeiro de 1998, ... e demais disposições em contrário.

Art. 19. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir ao Fundo de Desenvolvimento Metropolitano de Florianópolis, do Vale do Itajaí e do Norte/Nordeste Catarinense, crédito especial no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), por conta de provável excesso de arrecadação do orçamento do Estado no corrente exercício.

LC 284/05 (Art. 217.) – (DO. 17.587 de 28/02/05)

“Fica revogada ... os arts. 11 a 24, da Lei Complementar nº 162, de 6 de janeiro de 1998, ... e demais disposições em contrário.

Art. 20. Excepcionalmente, para o exercício de 1997, fica concedida autorização ao Chefe do Poder Executivo para aprovar o orçamento dos Fundos de Desenvolvimento Metropolitano.

LC 284/05 (Art. 217.) – (DO. 17.587 de 28/02/05)

“Fica revogada ... os arts. 11 a 24, da Lei Complementar nº 162, de 6 de janeiro de 1998, ... e demais disposições em contrário.

Art. 21. Anualmente, será elaborado o balanço geral contendo a prestação de contas circunstanciada das atividades desenvolvidas, que será submetido à apreciação do Tribunal de Contas do Estado até 31 de março do ano subsequente.

Parágrafo único. À Secretaria de Estado da Fazenda, órgão central dos Sistemas de Orçamento e Administração Financeira e de Contabilidade e Auditoria, caberá exercer o controle interno sobre os registros financeiros e contábeis, através de balancetes mensais e balanço anual que serão remetidos até o dia 10 (dez) do mês subsequente.

LC 284/05 (Art. 217.) – (DO. 17.587 de 28/02/05)

“Fica revogada ... os arts. 11 a 24, da Lei Complementar nº 162, de 6 de janeiro de 1998, ... e demais disposições em contrário.

Art. 22. Os órgãos estaduais e as empresas concessionárias de serviços públicos que executarem obras, projetos e programas de interesse da Região Metropolitana de Florianópolis, do Vale do Itajaí e do Norte/Nordeste catarinense deverão pautar suas ações pelas diretrizes contidas nos planos de desenvolvimento da região e implantá-los coordenadamente com a orientação da Superintendência da Região Metropolitana onde os serviços forem desenvolvidos.

LC 284/05 (Art. 217.) – (DO. 17.587 de 28/02/05)

“Fica revogada ... os arts. 11 a 24, da Lei Complementar nº 162, de 6 de janeiro de 1998, ... e demais disposições em contrário.

Art. 23. Aos servidores públicos do Estado e dos municípios, bem como aos empregados de entidades da administração indireta que forem colocados à disposição da Superintendência, fica assegurada a lotação, o regime jurídico, a vinculação providenciária e o regime remuneratório a que fazem jus no órgão de origem.

LC 284/05 (Art. 217.) – (DO. 17.587 de 28/02/05)

“Fica revogada ... os arts. 11 a 24, da Lei Complementar nº 162, de 6 de janeiro de 1998, ... e demais disposições em contrário.

Art. 24. A instalação dos Conselhos de Desenvolvimento das Regiões Metropolitanas dar-se-á por convocação do Governador do Estado, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, contados da vigência desta Lei Complementar.

LC 284/05 (Art. 217.) – (DO. 17.587 de 28/02/05)

“Fica revogada ... os arts. 11 a 24, da Lei Complementar nº 162, de 6 de janeiro de 1998, ... e demais disposições em contrário.

Art. 25. Esta Lei Complementar entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 26. Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis, 06 de janeiro de 1998.

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA

Governador do Estado

LEI COMPLEMENTAR Nº 381, de 07 de maio de 2007

Procedência: Governamental
Natureza: PLC. 01/07
DO: 18.116 de 07/05/07
Veto parcial – MSV 99/07
Fonte - ALESC/Coord. Documentação

Dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração pública Estadual.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

TÍTULO I
DOS FUNDAMENTOS CONCEITUAIS DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL,
DO MODELO DE GESTÃO E DA CULTURA ORGANIZACIONAL
DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

CAPÍTULO I

Da Estrutura Organizacional

Art. 1º A estrutura organizacional da Administração pública Estadual deverá desburocratizar, descentralizar e desconcentrar os circuitos de decisão, melhorando os processos, a colaboração entre os serviços, o compartilhamento de conhecimentos e a correta gestão da informação, para garantir a prestação eficiente, eficaz, efetiva e relevante dos serviços públicos, visando tornar o Estado de Santa Catarina referência em desenvolvimento sustentável, nas dimensões ambiental, econômica, social e tecnológica, promovendo a redução das desigualdades entre cidadãos e entre regiões, elevando a qualidade de vida da sua população.

Art. 2º A estrutura organizacional da Administração pública Estadual será organizada em dois níveis:

(...)

SEÇÃO XII
DAS SECRETARIAS DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Subseção I

Das Disposições Comuns

Art. 76. As Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional, no âmbito das respectivas regiões administrativas, atuarão como:

I - agências de desenvolvimento regional, na forma especificada no § 1º do art. 2º desta Lei Complementar;

II - articuladoras da transformação, nas suas respectivas regiões, em territórios de desenvolvimento sustentável e de bem-estar social;

III - motivadoras do desenvolvimento econômico e social, enfatizando o planejamento, o fomento e a geração de emprego e renda;

IV - indutoras do engajamento, integração e participação da sociedade civil organizada; e

V - colaboradoras na sistematização das propostas formuladas no Seminário Anual de Avaliação dos Programas Governamentais e nas audiências do Orçamento Regionalizado.

Art. 77. Às Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional, no âmbito de suas respectivas regiões administrativas, compete:

I - representar o Governo do Estado nas suas respectivas regiões;

II - elaborar o Plano de Desenvolvimento Regional, de forma articulada com as Secretarias de Estado Setoriais, sob a coordenação da Secretaria de Estado do Planejamento e com a participação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável;

III - articular as suas ações, promovendo a integração dos diversos setores da Administração pública Estadual;

IV - promover a compatibilização do planejamento e das necessidades regionais com as metas do Governo do Estado;

V - executar os programas, projetos e ações governamentais próprios, ou por intermédio da descentralização dos créditos orçamentários e financeiros das Secretarias de

Estado Setoriais e das entidades da Administração Indireta, nos termos do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual;

VI - elaborar os respectivos regimentos internos, observando as particularidades regionais;

VII - executar obras e serviços públicos na região de abrangência, ou coordenar a sua execução;

VIII - realizar reuniões periódicas com o Conselho de Desenvolvimento Regional para propor, planejar e deliberar sobre assuntos de interesse da região;

IX - implementar as prioridades e deliberações definidas nos Conselhos de Desenvolvimento Regional, no Seminário Anual de Avaliação dos Programas Governamentais e nas audiências do Orçamento Regionalizado;

X - apoiar os municípios na execução dos programas, projetos e ações, visando ao desenvolvimento sustentável regional e municipal;

XI - apoiar a sociedade civil organizada, por meio de convênios acordos ou instrumentos congêneres;

XII - coordenar a elaboração e implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional, integrando esforços e recursos do Estado, dos municípios, da sociedade civil organizada e da iniciativa privada;

XIII - realizar o planejamento e a execução orçamentária;

XIV - executar a manutenção rotineira das rodovias do Plano Rodoviário Estadual - PRE, mediante a transferência dos equipamentos e a descentralização dos créditos orçamentários e financeiros do Departamento Estadual de Infra-Estrutura - DEINFRA;

XV - promover estudos para instituição de consórcios, bem como de regras de funcionamento no âmbito regional;

XVI - executar, de forma articulada com a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, programas, projetos e ações governamentais da área da Segurança Pública, nos termos do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual;

XVII - executar, de forma articulada com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, a política estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação, definida pelo Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação - CONCITI;

XVIII - acompanhar e participar da elaboração e execução de Programa de pesquisa na área educacional da rede pública do Estado, de forma articulada com a Secretaria de Estado da Educação;

XIX - sistematizar e emitir relatórios periódicos de acompanhamento e controle de alunos, escolas, profissionais do magistério, de construção e reforma de prédios escolares e aplicação de recursos financeiros destinados à educação, de forma articulada com a Secretaria de Estado da Educação;

XX - realizar estudos e levantamentos sócioeconômicos objetivando o mapeamento das áreas demandantes de habitação popular de forma articulada e em conjunto com a Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação e COHAB;

XXI - participar da execução dos programas, projetos e ações, das áreas de habitação popular, urbana ou rural, de forma articulada e em conjunto com a Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação e a COHAB;

XXII - executar os programas, projetos e ações de operação, manutenção, conservação, restauração e reposição de rodovias e instalações correlatas;

XXIII - executar a política formulada pela Secretaria de Estado da Infra-Estrutura e pelo Departamento Estadual de Infra-Estrutura - DEINFRA, para a administração da infra-estrutura de transportes, edificações e obras hidráulicas, compreendendo sua construção, operação, manutenção, restauração, reposição, adequação de capacidade e ampliação;

XXIV - construir e reformar terminais rodoviários de passageiros e cargas, abrigos de passageiros, terminais hidroviários de passageiros e atracadouros;

XXV - implantar e pavimentar pátios de manobra e vias de circulação interna de Terminais de Passageiros;

XXVI - adquirir e reformar balsas e outros equipamentos de apoio ao transporte hidroviário de passageiros;

XXVII - responsabilizar-se pela operação, conservação e manutenção dos sistemas de contenção de cheias;

XXVIII - zelar pela segurança e bem estar dos usuários do transporte de passageiros sob sua jurisdição, de forma articulada com o Departamento de Transportes e Terminais - DETER;

XXIX - executar atividades de dragagem e captação de água mediante a descentralização dos créditos orçamentários e financeiros da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC; e

XXX - executar os programas, projetos e ações da política estadual de esporte de forma articulada com a Fundação Catarinense de Esporte - FESPORTE.

Art. 78. Decreto do Chefe do Poder Executivo fixará o quantitativo de servidores que atuarão nos órgãos das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional.

Art. 79. Os convênios que envolvam repasse de recursos estaduais a municípios e entidades de natureza privada sem finalidade econômica, a qualquer título, para a execução descentralizada de programas, projetos e ações governamentais serão firmados pelos Secretários de Estado de Desenvolvimento Regional, após deliberação dos respectivos Conselhos de Desenvolvimento Regional, observadas as exigências das legislações específicas.

Parágrafo único. Ato do Chefe do Poder Executivo disporá sobre a execução do disposto neste artigo.

Subseção II

Da Localização das Sedes das Secretarias de Estado de Desenvolvimento

Regional e os Municípios de sua abrangência

Art. 80. As Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional, instaladas nas cidades-pólo abaixo discriminadas, têm atuação nas seguintes unidades territoriais:

I - São Miguel d'Oeste, com abrangência nos seguintes Municípios: Bandeirante, Barra Bonita, Belmonte, Descanso, Guaraciaba e Paraíso;

II - Maravilha, com abrangência nos seguintes Municípios: Saudades, Bom Jesus do Oeste, Flor do Sertão, Iraceminha, Modelo, Pinhalzinho, Romelândia, Saltinho, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista e Tigrinhos;

III - São Lourenço do Oeste, com abrangência nos seguintes Municípios: Campo Erê, Coronel Martins, Galvão, Jupiá, Novo Horizonte e São Bernardino;

IV - Chapecó, com abrangência nos seguintes Municípios: Águas Frias, Caxambu do Sul, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Guatambu, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Planalto Alegre, Serra Alta e Sul Brasil;

V - Xanxerê, com abrangência nos seguintes Municípios: Abelardo Luz, Bom Jesus, Entre Rios, Faxinal dos Guedes, Ipuacu, Lajeado Grande, Marema, Ouro Verde, Passos Maia, Ponte Serrada, São Domingos, Vargeão e Xaxim;

VI - Concórdia, com abrangência nos seguintes Municípios: Alto Bela Vista, Ipira, Irani, Peritiba, Piratuba e Presidente Castello Branco;

VII - Joaçaba, com abrangência nos seguintes Municípios: Água Doce, Capinzal, Catanduvas, Erval Velho, Herval d'Oeste, Ibicaré, Jaborá, Lacerdópolis, Luzerna, Ouro, Treze Tílias e Vargem Bonita;

VIII - Campos Novos, com abrangência nos seguintes Municípios: Abdon Batista, Brunópolis, Celso Ramos, Ibiam, Monte Carlo, Vargem e Zortéa;

IX - Videira, com abrangência nos seguintes Municípios: Arroio Trinta, Fraiburgo, Iomerê, Pinheiro Preto, Salto Veloso e Tangará;

X - Caçador, com abrangência nos seguintes Municípios: Calmon, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Rio das Antas e Timbó Grande;

XI - Curitiba, com abrangência nos seguintes Municípios: Frei Rogério, Ponte Alta do Norte, Santa Cecília e São Cristóvão do Sul;

XII - Rio do Sul, com abrangência nos seguintes Municípios: Agrolândia, Agronômica, Braço do Trombudo, Laurentino, Rio do Oeste e Trombudo Central;

XIII - Ituporanga, com abrangência nos seguintes Municípios: Alfredo Wagner, Atalanta, Aurora, Chapadão do Lageado, Imbuia, Leoberto Leal, Petrolândia e Vidal Ramos;

XIV - Ibirama, com abrangência nos seguintes Municípios: Apiúna, Dona Emma, José Boiteux, Lontras, Presidente Getúlio, Presidente Nereu, Vitor Meirelles e Witmarsum;

XV - Blumenau, com abrangência nos seguintes Municípios: Gaspar e Pomerode;

XVI - Brusque, com abrangência nos seguintes Municípios: Botuverá, Canelinha, Guabiruba, Major Gercino, Nova Trento, São João Batista e Tijucas;

XVII - Itajaí, com abrangência nos seguintes Municípios: Balneário Camboriú, Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itapema, Luiz Alves, Navegantes, Penha, Balneário Piçarras e Porto Belo;

XVIII - Grande Florianópolis, com abrangência nos seguintes Municípios: Águas Mornas, Angelina, Anitápolis, Antônio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Palhoça, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio, São Pedro de Alcântara e São José;

XIX - Laguna, com abrangência nos seguintes Municípios: Garopaba, Imaruí, Imbituba e Paulo Lopes;

XX - Tubarão, com abrangência nos seguintes Municípios: Capivari de Baixo, Gravatal, Jaguaruna, Pedras Grandes, Sangão e Treze de Maio;

XXI - Criciúma, com abrangência nos seguintes Municípios: Cocal do Sul, Forquilha, Içara, Lauro Müller, Morro da Fumaça, Nova Veneza, Orleans, Siderópolis, Treviso e Urussanga;

XXII - Araranguá, com abrangência nos seguintes Municípios: Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaivota, Ermo, Jacinto Machado, Maracajá, MeLeiro, Morro Grande, Passo de Torres, Praia Grande, Santa Rosa do Sul, São João do Sul, Sombrio, Timbé do Sul e Turvo;

XXIII - Joinville, com abrangência nos seguintes Municípios: Araquari, Barra Velha, Balneário Barra do Sul, Garuva, Itapoá, São Francisco do Sul e São João do Itaperiú;

XXIV - Jaraguá do Sul, com abrangência nos seguintes Municípios: Corupá, Guaramirim, Massaranduba e Schroeder;

XXV - Mafra, com abrangência nos seguintes Municípios: Campo Alegre, Itaiópolis, Monte Castelo, Papanduva, Rio Negrinho e São Bento do Sul;

XXVI - Canoinhas, com abrangência nos seguintes Municípios: Bela Vista do Toldo, Irineópolis, Major Vieira, Porto União e Três Barras;

XXVII - Lages, com abrangência nos seguintes Municípios: Anita Garibaldi, Bocaina do Sul, Campo Belo do Sul, Capão Alto, Cerro Negro, Correia Pinto, Otacílio Costa, Paniel, Palmeira, Ponte Alta e São José do Cerrito;

XXVIII - São Joaquim, com abrangência nos seguintes Municípios: Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Rio Rufino, Urubici e Urupema;

XXIX - Palmitos, com abrangência nos seguintes Municípios: Águas de Chapecó, Caibi, Cunha Porã, Cunhataí, Mondai, Riqueza e São Carlos;

XXX - Dionísio Cerqueira, com abrangência nos seguintes Municípios: Anchieta, Guarujá do Sul, Palma Sola, Princesa e São José do Cedro;

XXXI - Itapiranga, com abrangência nos seguintes Municípios: Iporã do Oeste, Santa Helena, São João do Oeste e Tunápolis;

XXXII - Quilombo, com abrangência nos seguintes Municípios: Formosa do Sul, Irati, Jardinópolis, Santiago do Sul e União do Oeste;

XXXIII - Seara, com abrangência nos seguintes Municípios: Arabutã, Arvoredo, Ipumirim, Itá, Lindóia do Sul, Paial e Xavantina;

XXXIV - Taió, com abrangência nos seguintes Municípios: Mirim Doce, Pouso Redondo, Rio do Campo, Salete e Santa Terezinha;

XXXV - Timbó, com abrangência nos seguintes Municípios: Ascurra, Benedito Novo, Doutor Pedrinho, Indaial, Rio dos Cedros e Rodeio; e

XXXVI - Braço do Norte, com abrangência nos seguintes Municípios: Armazém, Grão Pará, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima, São Ludgero e São Martinho.

Subseção III

Das estruturas de cargos das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional

Art. 81. As Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional, atendendo aos objetivos de descentralização e desconcentração da Administração pública Estadual, terão estruturas diferenciadas de cargos, conforme previsto nos Anexos VIII-A a VIII-D, parte integrante desta Lei Complementar.

CAPÍTULO VI

Dos Conselhos de Desenvolvimento Regional

Art. 82. Os Conselhos de Desenvolvimento Regional terão a seguinte composição:

I - membros natos:

- a) o Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional;
- b) os Prefeitos da região de abrangência; e
- c) os Presidentes das Câmaras de Vereadores da região de abrangência; e

II - dois representantes, por município da região de abrangência, membros da sociedade civil organizada, assegurando-se a representatividade dos segmentos culturais, políticos, ambientais, econômicos e sociais mais expressivos da região, definidos por decreto do Chefe do Poder Executivo.

§ 1º Os membros natos, por motivos devidamente justificados, poderão ser representados:

I - o Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional, pelo Diretor Geral da Secretaria;

II - os Prefeitos, pelos respectivos Vice-Prefeitos; e

III - os Presidentes das Câmaras Municipais, pelos Vice-Presidentes.

§ 2º Os representantes dos membros natos não terão direito a voto.

§ 3º A entidade ou segmento social escolhido para fazer parte do Conselho de Desenvolvimento Regional será substituído caso seu representante tenha duas faltas injustificadas consecutivas ou três faltas injustificadas alternadas, no espaço de um ano.

§ 4º Os representantes das entidades poderão ser substituídos, a qualquer momento, desde que tal decisão seja oficializada, protocolada e aprovada pela Secretaria Executiva do Conselho de Desenvolvimento Regional.

§ 5º O prazo de permanência dos representantes da entidade ou segmento social será definido no regimento interno do Conselho de Desenvolvimento Regional.

§ 6º Ato do Chefe do Poder Executivo disporá sobre a participação de órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, sem direito a voto, no Conselho de Desenvolvimento Regional.

Art. 83. Aos Conselhos de Desenvolvimento Regional, com poder deliberativo, compete:

I - apoiar a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional na elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional, do Plano Plurianual e do Orçamento Anual;

II - aprovar os planos e programas relativos ao desenvolvimento regional elaborados em conjunto com as Secretarias de Estado Setoriais;

III - emitir parecer, quando solicitado pelo Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional, sobre projetos que requeiram decisão do Chefe do Poder Executivo para efeito de execução;

IV - auxiliar na decisão quanto à liberação de recursos estaduais para aplicação em projetos de desenvolvimento regional;

V - assessorar o Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional na coordenação do inter-relacionamento dos setores público, privado e comunidade científica e tecnológica;

VI - incentivar, orientar e apoiar programas de novos empreendimentos na região;

VII - emitir parecer, por escrito, firmado pelos membros do Conselho de Desenvolvimento Regional, a cada quadrimestre, sobre a execução orçamentária e o relatório das

atividades executadas na região, por área de atuação, a ser enviado ao Chefe do Poder Executivo por intermédio da Secretaria de Estado do Planejamento;

VIII - definir as prioridades de intervenção das funções públicas de interesse comum especificadas na Lei Complementar nº 104, de 04 de janeiro de 1994; e

IX - deliberar sobre a instituição e as regras de funcionamento de consórcios no âmbito regional.

Art. 84. Os Conselhos de Desenvolvimento Regional reunir-se-ão ordinariamente, em assembléia, e extraordinariamente, quando convocados, obedecendo ao rodízio de Municípios para a sua realização.

Parágrafo único. Decreto do Chefe do Poder Executivo fixará a periodicidade das reuniões ordinárias referidas no *caput*.

Art. 85. Sempre que possível, e priorizando o atendimento a questões urgentes e relevantes, o Governador e o Vice-Governador do Estado far-se-ão presentes nas reuniões dos Conselhos de Desenvolvimento Regional.

(...)